



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

PRISCILA GIMENES

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E AGRÁRIO DE  
CAMBÉ ENTRE 1930 A 2012**

**PRISCILA GIMENES**

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E AGRÁRIO DE  
CAMBÉ ENTRE 1930 A 2012**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof Dr Nilson Cesar Fraga

Londrina  
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

G491t Gimenes, Priscila.

Transformações no espaço rural e agrário de Cambé entre  
1930 a 2012 / Priscila Gimenes. – Londrina, 2013.  
128 f. : il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade  
Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Agricultura familiar – Teses.  
3. Mecanização agrícola – Teses. 4. Desenvolvimento rural – Teses.  
5. Produtividade agrícola – Teses. 6. Estrutura agrária – Teses. I.  
Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

CDU 911.3::631

PRISCILA GIMENES

**TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL E AGRÁRIO DE CAMBÉ  
DE 1930 A 2012**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
UEL – Londrina - PR

---

Profa. Dra. Margarida de Cássia Campos  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Júlio César Suzuki  
UNESP – São Paulo - SP

Londrina, 02 de março de 2013.

*Dedico este trabalho aos meus pais,  
Pedro e Sueli, em especial à minha  
mãe, por todo o exemplo de  
perseverança que sempre me  
transmitiu e transmite e por sempre  
ter incentivado a formação  
acadêmica de seus filhos.  
Dedico também à minha filha,  
Stefani, por tudo que ela me  
proporciona enquanto mãe. Aos  
meus irmãos, Débora e Pedro, por  
todos os bons momentos que  
vivemos e ainda viveremos.  
E ao meu namorado, Wagner.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo presente que me dá todas as manhãs: o de poder acordar ao lado de minha filha.

Ao orientador Nilson Cesar Fraga, que me acolheu quando tudo parecia perdido.

À professora Eliane Tomiasi Paulino, que me ajudou muito.

Ao Programa de Pós-graduação da UEL e aos professores com os quais convivi.

À professora Miriam Vizintini, sem cujas aulas a construção dos mapas neste trabalho seria impossível.

Aos professores da banca pela leitura e indicação de caminhos: Margaria de Cássia Campos e Viviane Custódia Borges.

Aos colegas de turma do mestrado pela convivência, pelas risadas, pelo carinho e pela amizade que construímos além das angústias que compartilhamos.

A profissionais da EMATER de Cambé pela atenção, ajuda, paciência e dedicação com que me apresentaram o acervo histórico da instituição.

Aos agricultores cambeenses que me acolheram com muita simplicidade, atenção e interesse. Eles são exemplos de perseverança e trabalho e estarão sempre presentes em minhas orações.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Muito obrigada!

*“O que realmente se fixa na memória é o que se vive,  
e o que se vive precisa de emoção” (Byington)*

GIMENES, Priscila. **Transformações no espaço rural e agrário de Cambé entre 1930 a 2012**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

A característica mais reconhecida da modernização da agricultura é a mudança na base técnica da produção e suas consequências econômicas. Entretanto, é resultado de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. Na modernização da agricultura brasileira, a política é uma dimensão expressiva tanto quanto a econômica e a cultural, as quais se manifestam no cotidiano da sociedade brasileira, alterando a organização territorial: o trabalho, a produção, a tecnologia, o consumo, as relações sociais. O município de Cambé, situado na região Norte do estado do Paraná, é um território formado basicamente pela agricultura familiar, baseada, em grande parte, por pequenas propriedades e pelo proprietário-arrendatário. Suas alterações na forma de produção foram precedidas e procedidas por mudanças políticas. Para compreensão do campo cambense buscamos no seu processo de ocupação efetiva e de modernização da agricultura as principais relações de poder que o consubstancia, de forma a compreender, entre 1930 e 2012, como são articuladas e quais são os seus principais desdobramentos territoriais. Para tanto, realizamos coleta de dados secundários e primários, entrevistas, pesquisa bibliográfica e representação geográfica. O objetivo geral da pesquisa, além de compreender o processo de modernização da agricultura no Estado do Paraná e o seu desdobramento no município de Cambé, é entender como se encontra a estrutura fundiária do campo de Cambé, os atores que produzem a agricultura, conhecer o perfil do agricultor familiar e entender as principais mudanças que ocorreram no município entre 1930 e 2012. Procuramos caracterizar o perfil dos agricultores familiares, contrapor a agricultura capitalista e a familiar além de demonstrar territorialmente, por meio de mapas, como se apresenta a concentração de terra em Cambé. Aliado a isso, quais transformações ocorreram no perfil familiar da agricultura e como se dá a sua sucessão.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura. Agricultura familiar. Concentração de terra. Município de Cambé.

GIMENES, Priscila **Transformations in rural and agrarian Cambé between 1930 to 2012**. In: 2013. 128 f. Dissertation (Master's degree in Geography, Environmental Dynamics Space) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

The most recognized agricultural modernization feature is the change of technical basis production and its economic consequences. However, it is the result of a historical process of joint power, structured on a conception of development, which is reflected territorially. Modernization of Brazilian agriculture, politics is an expressive dimension as well as the economic and cultural, that are manifested on daily routine of Brazilian society, changing the territorial organization: work, production, technology, consumption, social relations. The town of Cambe, on North Paraná, is a territory formed basically by family farms, based in large number of small farms, and the characteristic of the owner-tenant. Theyr changes in its ways of production were proceeded by political changes. To understand cambe's field, we look for the process of effective occupation and modernization of agriculture, the main power relations that constitutes, in order to understand, between 1930 and 2012, how they are articulated and how are their main outcomes territorial. To do this, we collected primary and secondary data, by interviews, literature and geographical representation. The research intended to understand modernization process of agriculture in Paraná and its deployment in Cambe, how is the foundational structure of Cambe's field, who produces agriculture, meet the family farmer's profile and understand the main changes that happened on the city between 1930 and 2012. We characterized the family farmers profile, oppose capitalist agriculture to the familiar ones, especially demonstrate territorially, by maps, how happens the land concentration in Cambe. Allied to this, we show which transformation occurred on agricultural family profile and how happens it's succession.

**Keywords:** Modernization of agriculture. Familiar agriculture. Land concentration. Cambe County.

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1** – Comercialização do implemento agrícola por meio da mercadoria  
(soja ou milho .....77
- Foto 2** – A importância do trator na realização do trabalho no campo .....78

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Área dos estabelecimentos do município de Cambé distribuída pela utilização entre lavouras temporárias e permanentes .....	.68
<b>Gráfico 2</b> – Porcentagem da população urbana e rural no município de Cambé .....	.73
<b>Gráfico 3</b> – Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do município de Cambé entre 1970 à 2006 .....	.74
<b>Gráfico 4</b> – Número de tratores existentes no município de Cambé .....	.76
<b>Gráfico 5</b> – Número de estabelecimentos por classe de área (ha) no município de Cambé .....	83
<b>Gráfico 6</b> – Área ocupada no município de Cambé por classes de área (ha) .....	83
<b>Gráfico 7</b> – Local de residência do agricultor entre 2011 - 2012. ....	.91
<b>Gráfico 8</b> – Agricultores entrevistados e classificados segundo utilização de mão-de-obra entre 2011- 2012.....	93
<b>Gráfico 9</b> – Agricultores que sempre trabalharam na agricultura entre 2011- 2012 .....	94
<b>Gráfico 10</b> – Faixa etária do agricultor de cambé entre 2011 – 2012.....	98
<b>Gráfico 11</b> – Presença de mão-de-obra extra familiar permanente e temporária nas propriedades do município de Cambé entre 2011 – 2012.....	99
<b>Gráfico 12</b> – Grau de instrução do agricultor do município de Cambé .....	103
<b>Gráfico 13</b> – Integrantes das famílias rurais que trabalham como assalariados no campo e/ou na cidade entre 2011 – 2012 .....	105
<b>Gráfico 14</b> – Principais culturas e atividades agrícolas desenvolvidas nas propriedades entre 2011 – 2012.....	106
<b>Gráfico 15</b> – Principal destino da produção entre 2011 – 2012 .....	107
<b>Gráfico 16</b> – Perfil do agricultor quanto a posse jurídica da terra no município de Cambé entre 2011 – 2012 .....	108
<b>Gráfico 17</b> – Realização de empréstimos/financiamentos ou crédito rural para empregar na atividade agrícola entre 2011 – 2012.....	110
<b>Gráfico 18</b> – Agricultores que utilizam agrotóxicos na produção entre 2011 – 2012.....	111
<b>Gráfico 19</b> – Quantidade de terras próprias (hectares) que o agricultor considera suficiente para viver bem entre 2011 – 2012.....	113

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Principais culturas produzidas em Cambé em 1938 .....	54
<b>Quadro 2</b> – Principais culturas produzidas em Cambé em 1950 .....	55
<b>Quadro 3</b> – Características da agricultura familiar .....	114
<b>Quadro 4</b> – Características da agricultura capitalista .....	115

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	–	Localização do município de Cambé .....	15
<b>Mapa 2</b>	–	Área total pertencente a CTNP/CMNP .....	22
<b>Mapa 3</b>	–	Ocupação do norte do estado do Paraná .....	30
<b>Mapa 4</b>	–	Ação imobiliária e colonizadora da CTNP/CMNP .....	39
<b>Mapa 5</b>	–	Anexação do distrito da Prata ao município de Cambé em 1956 .....	53
<b>Mapa 6</b>	–	Estrutura fundiária (hectares) do município de Cambé - 1982 a 2011-2012.....	86

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Valor do módulo rural (1 = 12 hectares) em Cambé.....	17
<b>Tabela 2</b> – Área dos estabelecimentos (hectares) distribuída pela utilização no município de Cambé .....	68
<b>Tabela 3</b> – Crescimento populacional do município de Cambé – 1970/2010.....	73
<b>Tabela 4</b> – Condição do responsável pelo estabelecimento no município de Cambé .....	80
<b>Tabela 5</b> – Indicação da Área (ha) dos estabelecimentos segundo condição do responsável no município de Cambé.....	80
<b>Tabela 6</b> – Número de estabelecimentos por classe de área (ha) no município de Cambé.....	82
<b>Tabela 7</b> – Área ocupada no município de Cambé por classes de área (ha) .....	82
<b>Tabela 8</b> – Períodos do ano no qual ocorre intensificação do trabalho .....	100

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CANECC</b>	Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico
<b>CMNP</b>	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
<b>CTNP</b>	Companhia de Terras Norte do Paraná
<b>EMATER</b>	Cambé - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>GERCA</b>	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
<b>GIS</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>IBC</b>	Instituto Brasileiro do Café
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>ITCG</b>	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
<b>SPOT</b>	Satélite Para Observação da Terra
<b>SIDRA</b>	Sistema IBGE de Recuperação Automática

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A INCORPORAÇÃO DO NORTE NOVO PARANAENSE NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA.....</b>	<b>20</b>
2.1	A RENDA TERRA COMO FUNDAMENTO PARA COLONIZAÇÃO .....	40
<b>3</b>	<b>REESTRUTURAÇÃO DA BASE TÉCNICA PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>50</b>
3.1	APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ.....	50
3.2	A INCORPORAÇÃO DO PARANÁ E DE CAMBÉ AO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA BASE TÉCNICA DA AGRICULTURA.....	56
<b>4</b>	<b>O CAMPO CAMBEENSE E SEUS AGRICULTORES.....</b>	<b>90</b>
	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>116</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>123</b>
	ANEXO A – Questionário .....	124
	ANEXO B – Mapa CANECC .....	127
	ANEXO C – Imagem de Cambé (Satélite) .....	128

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O recorte geográfico da pesquisa repousa sobre o Norte Novo do Paraná, mais especificamente sobre uma parte das terras antes pertencentes à Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Norte do Paraná, atual município de Cambé - Paraná. Sua temporalidade e análises tiveram como foco o período entre 1930 e 2012. Tal delimitação temporal foi determinada em virtude de Cambé ter sido criada e colonizada a partir deste período. Já a delimitação territorial, tendo como objeto o campo do município de Cambé, deu-se pela identificação pessoal com o mesmo.

O recorte geográfico está focalizado na área rural deste município, nas características atuais e naquelas que ainda estão sendo inseridas, visto que o mesmo faz parte de um processo tanto nacional quanto internacional das alterações que ocorrem na agricultura. Assim sendo, o campo de Cambé deve ser entendido como expressão dos abrangentes processos de desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro considerando, entretanto, as suas particularidades.

Este estudo compreende as transformações que a modernização da agricultura desencadeou no campo, na organização da estrutura, no modo de produção e na vida dos agricultores cambesenses nos anos de 1970 a 2012.

Quando se analisa o campo brasileiro verifica-se que ocorreram grandes transformações nas últimas décadas, as quais podem ser percebidas ao observarmos a paisagem, a configuração territorial e a dinâmica social, sendo em grande medida provocadas pela modernização daquele.

No modelo de modernização da agricultura incorporado pelo Brasil após a Segunda Guerra Mundial não ocorreu uma ruptura social por meio da reforma agrária, pois não houve uma mudança na estrutura fundiária brasileira. Ao contrário, foi difundida a chamada Revolução Verde, que proporcionou uma grande mudança da base técnica dos processos agropecuários, tornando-os menos dependentes das condições naturais e muito mais adstrito de insumos, implementos, transporte, armazenagem, beneficiamento, assistência técnica, créditos financeiros, entre outros.

Desta forma, para compreender a penetração dos processos técnicos na agricultura brasileira deve-se analisá-la de forma diferenciada, pois coexistem no tempo e espaço uma economia capitalista moderna gerada em

estruturas econômicas arcaicas<sup>1</sup> e uma agricultura familiar que se desenvolve pautada essencialmente na reprodução da família.

No Brasil, diferentemente dos países desenvolvidos, nunca houve uma revolução burguesa. O que ocorreu por aqui foi um pacto político entre as elites rurais e urbanas com o Estado, que por sua vez foi o responsável pela criação de obstáculos ao acesso democrático à terra para as classes sociais menos favorecidas, concentrando-a, ao longo da história econômica do país, nas mãos dos grandes e médios produtores rurais.

As alterações que foram se processando na agricultura brasileira a partir da inserção do padrão modernizador pós Segunda Guerra mundial se tornaram mais intensas a partir do final da década de 1960 e são caracterizadas pela redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, dando origem a um novo modelo de produção agrícola, marcado expressivamente pela concentração da terra.

A cidade também sofreu grandes alterações, passando a ser vista como uma das únicas opções para muitos trabalhadores que haviam perdido suas pequenas propriedades gerando um intenso e acelerado processo de industrialização nos centros urbanos.

No Paraná os efeitos da modernização começaram a ocorrer, com maior ênfase, a partir de 1970, apresentando maior concentração fundiária, da renda e o êxodo rural, sendo os pequenos produtores separados da terra, uma vez que as categorias de trabalho como o colonato e a parceria entraram em processo de extinção. Além disso, ocorreram impactos sobre a perda de área das culturas típicas de mercado interno em favor das denominadas modernas e de exportação.

A partir das significativas alterações advindas nos anos setenta, algumas regiões do Paraná se introduziram de maneira diferenciada na produção agrícola nacional seja em virtude de possuírem uma agricultura mais direcionada ao mercado consumidor ou pelo tipo de solo existente, que favorecia o melhor desenvolvimento de culturas como soja e trigo, ou ainda em razão dos incentivos da política de crédito subsidiado.

---

<sup>1</sup> Segundo Azevedo (1982, p. 24) a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar-se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto.

Entretanto, tais implicações afetaram de forma mais intensa e consistente a região Norte do estado. A paisagem cafeeira que predominava, foi gradativamente sendo substituída pelas áreas de pastagens e de produção de grãos modernos como soja, milho e trigo, contribuindo significativamente para a expulsão do trabalhador familiar, diminuição no número das pequenas propriedades existentes e na formação de um novo perfil de agricultor, mais integrado ao mercado e dependente das agroindústrias.

A “expulsão” de muitos trabalhadores do campo (colono e parceiro) deu origem à desagregação da família enquanto unidade de produção dessas categorias. Muitas dessas famílias foram morar na cidade, transformando-se em novos personagens de atuação, com destaque para o trabalho volante (o bóia-fria<sup>2</sup>), caracterizado pelo trabalhador rural que recebe salário (diário, semanal ou mensal) apenas pelo trabalho realizado ou pelos dias em que o realizou. Caracterizado ainda por morar na zona urbana mas trabalhar na zona rural, geralmente em diferentes propriedades.

O trabalho do bóia-fria se torna visível no campo brasileiro pós 1960 e no município de Cambé principalmente entre os anos de 1980 a 1985, quando os agrotóxicos utilizados nas lavouras modernas ainda não tinham total eficiência no controle de ervas daninhas, como ocorre atualmente, e principalmente devido ao período de instabilidade econômica pelo qual o país passava

As consequências dessa modernização também puderam ser percebidas na diminuição do número de propriedades rurais, uma vez que o pequeno produtor não estava inserido nos planos do governo e, sem qualquer tipo de assistência, foi expulso do campo. Em grande parte porque a produção ou o tamanho da propriedade não geravam renda necessária à sobrevivência do grupo familiar ou que lhe permitisse contrair empréstimos, o que acarretou a venda desta para outros agricultores mais capitalizados.

Os poucos produtores de agricultura familiar que permaneceram no campo, foram sendo moldados de acordo com as políticas e incentivos de tecnificação. Esses agricultores se inseriram nas novas formas de produção, com

---

<sup>2</sup> Bóia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém, portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social. [...] (SILVA, 2004, p. 13)

grãos modernos, utilização de máquinas para preparo da terra, plantio e colheita, de agrotóxicos e de assistência técnica oferecida pelas empresas e cooperativas.

Todavia, a análise realizada neste trabalho converge para as transformações que a inserção de técnicas modernas na agricultura acarretou pela adesão destas por agricultores familiares e para concentração fundiária que a modernização implicou na área rural de Cambé. Durante o trabalho de campo foi possível entrevistar alguns grandes proprietários que empregam trabalhadores assalariados e tecnologia de ponta durante o processo de produção agrícola.

Neste sentido, faz-se necessário compreender que o município de Cambé está localizado no Norte do estado do Paraná (mapa 01), em uma região caracterizada pelo alto índice de tecnologia empregado nas lavouras e pela presença expressiva, mas não única das culturas do soja, trigo e milho.

O objetivo geral da pesquisa, além de compreender o processo de modernização da agricultura no estado do Paraná e o seu desdobramento no município de Cambé, é entender como se encontra a estrutura fundiária do campo de Cambé, os atores que produzem a agricultura, conhecer o perfil do agricultor e entender as principais mudanças que ocorreram no município entre 1930 e 2012.

Deste modo, a pesquisa está organizada a partir do referencial teórico e metodológico articulado à base empírica procurando descrever o desenrolar da modernização do campo no território de Cambé.

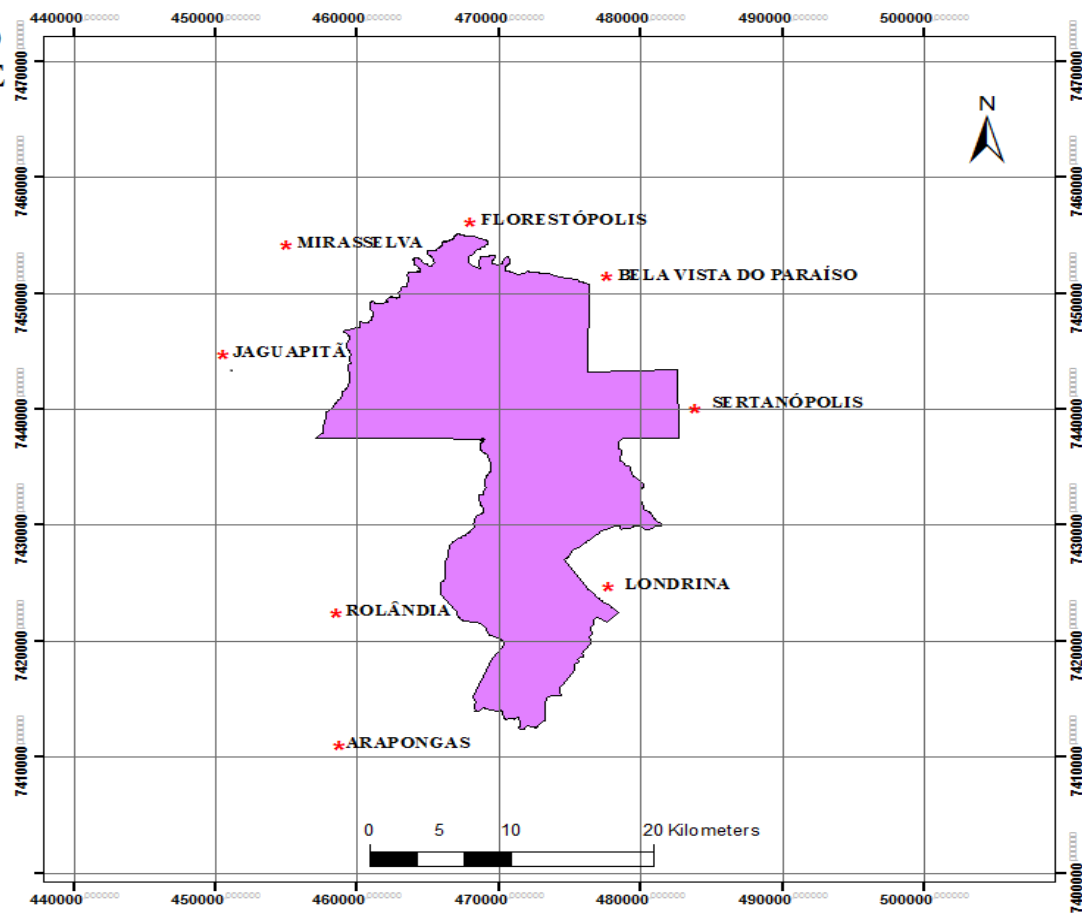
No que tange ao método, procurou-se pesquisar os processos em sua totalidade, compreendendo sua origem, seu desenvolvimento, suas contradições e seus impactos, ou seja, adotamos o materialismo histórico-dialético analisado por Lênin (1979), no qual as explicações da compreensão dos acontecimentos no mundo devem partir da realidade material, ou seja, do concreto. E por Saquet (2007), segundo o qual o território é produto histórico de mudanças e permanências, tendo como projeção espacial o ambiente no qual se desenvolve um determinado grupo social. O homem é o agente transformador do seu habitat e as definições territoriais se darão de forma específica, pois cada território possui diferentes níveis de conexões com os acontecimentos nacional e o global.

## MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ



- Município de Cambé
- \* Cidades Limítrofes

Fonte: Vetorial ITCG  
Organizador: GIMENES, Priscila  
Coordenadas: UTM - SAD 69



Desta forma, ambos os autores consideram que no materialismo histórico dialético o homem é um sujeito oriundo das transformações históricas, no qual apropria-se do que já foi produzido e o modifica, num processo dialético de constante transformação.

A apreensão dos aspectos gerais se baseou nas leituras e na coleta de dados secundários, e o trabalho de campo foi construído por meio de aplicação de questionários e fotos, como também o uso de geotecnologias, o Software ArcMap® versão 9.3 (ESRI, 2011), o que nos permitiu analisar como os processos, que são objeto de estudo nessa pesquisa, se materializam em um determinado território, neste caso o campo do município de Cambé. O resultado desse método de pesquisa é o estreitamento da fronteira entre o teórico e o empírico, entre o que é materializado e o que é abstraído pelo mundo das ideias. De modo que a teoria se sustenta em uma base material, histórica e territorialmente determinada, e o concreto torna-se mais compreensível, porque se comprovam as múltiplas determinações dos processos que se materializam em um determinado contexto territorial e temporal.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, buscamos entender a construção histórica do Norte do Paraná, o modo como este foi colonizado, quais atores sociais migraram para esta região, e quais processos possibilitaram a formação socioeconômica desta região, levando-se em consideração que o campo cambeense não se constitui um subterritório autônomo, sendo uma fração do território que está, também, sob a influência de forças externas. Essas análises ocorreram por meio dos autores Cancian (1981), Monbeig (1984) Stolck (1986), Gonzales Neto (1992), Paulino (2003; 2009), Bragueto (1996), Martins (1994; 2010) e o livro da CMNP (1975). Procurou-se entender o conceito de renda da terra, pautada nos teóricos Marx (1967) e Oliveira (2007). A preocupação foi evidenciar o processo no qual o capitalismo transforma terra em mercadoria por meio da extração da renda fundiária. Neste capítulo houve o uso da ferramenta de análise ArcMap, para espacialização dos fenômenos discutidos.

No segundo capítulo apresentamos as características gerais do município de Cambé. Abordou-se a temática da reestruturação da base técnica produtiva da agricultura no Brasil, no norte do Paraná, e mais especificamente nos desdobramentos territoriais cambeenses, no qual foi dado um maior significado a sua mundialização, ou seja, a junção entre o capital nacional e o internacional e à

sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro, especialmente a partir de 1970, quando a agricultura paranaense se insere definitivamente ao “pacote tecnológico” imposto por essa mundialização. Neste capítulo trabalhou-se com os dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e também com os dados coletados no trabalho de campo. Foram também construídos por meio de dados secundários, tabelas e gráficos pela utilização de dados extraídos dos Censos Agropecuários (1970 a 2006) e os Censos Demográficos (1970 a 2010). Os dados dos censos agropecuários de 1970 a 1996 foram emprestados pelo IBGE/Londrina. Para o ano de 2006 utilizou-se o Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Ainda sobre o segundo capítulo, fez-se uso das ferramentas de análises geotecnológicas, o ArcMap. Com ele geramos alguns produtos cartográficos, como os mapas da estrutura fundiária nos anos de 1982 e 2011-2012.

O uso de ferramentas geotecnológicas foi de suma importância por ser um instrumento de análise que auxiliou na interpretação de dados colhidos nos trabalhos de campo, possibilitando tecer uma dimensão da concentração de terra que existe no município em questão.

No entanto, não exploramos todas as possibilidades oferecidas pela ferramenta visto que isso demandaria muito mais tempo de estudo. O foco foi na construção de alguns mapas de localização e da modificação da estrutura fundiária do município de Cambé entre 1982 e 2011 – 2012.

Por fim, no terceiro capítulo detalhamos o perfil de quem está produzindo o campo cambense, tanto pequenos produtores, como médios e grandes. A definição desses produtores é realizada com base na área explorada e de acordo com a classificação fundiária estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em seu módulo rural, que para o município de Cambé é de 12 hectares por módulo. Desta forma o pequeno proprietário possui uma área entre 1 (um) a 4 (quatro) módulos rurais, o médio proprietário de 4 (quatro) a 15 (quinze) e o grande proprietário superior a 15 módulos rurais.

**Tabela 1** – Valor do Módulo Rural (1 = 12 Hectares) em Cambé.

Tamanho da Propriedade	Módulos	Hectares
Pequena	1 a 4	0,1 a 48
Média	de 4,01 a 15	de 48,01 a 180
Grande	+15,01	+180,01

Org.: GIMENES, Priscila

**Fonte:** INCRA

Para isso, optou-se por analisar os produtores a partir de algumas dimensões. Dentre as dimensões selecionadas estão: as estruturas produtivas e fundiárias, as características das unidades de produção e as relações de trabalho, o que nos possibilitou desenhar o seu perfil, no sentido de compreender melhor a realidade agrária em estudo.

Os anos de 2011 e 2012 compreendem o período de andamento das atividades relacionadas à pesquisa e à participação em congressos, simpósios, seminários, palestras, fóruns e feiras de agricultores.

No decorrer desse período de pesquisa reformulamos várias vezes o projeto de pesquisa. Esse fato pareceu normal, pois a cada nova experiência vivenciada, fosse na participação numa dada disciplina, ou no contato com uma nova bibliografia, ou então, nas várias pesquisas de campo que realizadas, fez-se necessário (re)pensar o projeto de pesquisa.

Prosseguiu-se a pesquisa empírica junto às famílias que moram no campo e a alguns agricultores que moram na cidade, mas possuem entre médias e grandes propriedades. O fato de conhecer muitos dos agricultores que compõem o quadro agrário municipal tornou a pesquisa menos laboriosa, no sentido de a autora não ser uma estranha com perguntas estranhas. No trabalho de campo, foram aplicados 125 questionários englobando famílias, trabalhadores assalariados, pequenos, médios e grandes agricultores, entre outros agentes que enriquecem o meio rural cambeense, como os vendedores de insumos agrícolas. Foram utilizadas ainda, outras fontes de pesquisa a fim de se atingir o objetivo proposto.

Os questionários foram aplicados num período de abril de 2011 até julho de 2012, sendo elaborado com a finalidade de obtenção de dados atuais das propriedades, por amostra qualitativa, ou seja, pela sondagem realizada. Foi elaborado um critério de escolha considerando as diferentes localizações das propriedades, os tipos de cultura e o tamanho das propriedades, diferentes

proprietários (composição da família, existência de aposentados, relações de trabalho praticadas). Após a coleta de dados no campo, as informações foram sistematizadas em tabulações e confecções de figuras, representações gráficas e mapeamentos, seguido de uma análise dos dados levantados.

Concomitantemente, entre o período da pesquisa empírica, as outras etapas da pesquisa foram sendo realizadas, principalmente a construção de bases cartográficas, sendo a etapa considerada mais demorada.

Portanto, o problema de pesquisa está fundamentado em compreender como se manifestam, no campo do município de Cambé, as tendências gerais do desenvolvimento capitalista no Brasil, e como este território se integra ao espaço nacional, procurando sempre verificar as particularidades em que cada agricultor está inserido na sua relação com o mercado.

Neste sentido, considerou-se de suma importância o uso do Sistema de Informações Geográficas como recurso capaz de facilitar a organização e espacialização das informações das propriedades rurais, o que permitiu a realização de diversas análises espaciais sobre os mesmos, pois ele se caracteriza como uma ferramenta de apoio que permite a espacialização de todo e qualquer tipo de informação geográfica.

Atualmente, os SIGs vêm sendo utilizados em diferentes setores, para fins comerciais e de pesquisa. No setor agrário brasileiro, a tecnologia de geoprocessamento é utilizada, sobretudo pelo agronegócio, por meio da chamada agricultura de precisão. Colheitadeiras monitoradas por satélites, sistemas de transmissão de dados, circuitos eletrônicos, dispositivos de controle e acionamento, colhedoras com medição da produtividade em tempo real, equipamentos eletrônicos equipados com GPS, enfim são diversas as tecnologias destinadas a essa categoria agrícola, restritas ao grande capital, que, quase invariavelmente, é destinado à agricultura de exportação.

A utilização do GIS neste trabalho deveu-se à criação de mapas para melhor compreensão da realidade estudada, por isso, é de suma importância detalhar como utilizamos essa ferramenta de interpretação cartográfica tão importante para a concretização deste trabalho.

O GIS utilizado neste trabalho foi o Software ArcMap® versão 9.3 (ESRI, 2011), que permitiu a execução das tarefas de criação de mapas e edição, assim como analisar informações geoespaciais. O primeiro passo realizado no

ArcMap foi a criação de um banco de dados pelo ArcCatalog, ferramenta que gerencia, permite a pesquisa, criação e organização de dados geográficos e alfanuméricos. Foi por meio da seleção desse gerenciador que criou-se o diretório de armazenamento das informações e em seguida um File Geodatabase, que é uma ferramenta relacional que armazena as informações geográficas e pode ser considerada como um container para armazenar dados espaciais e de atributo e relacionamentos que existem entre eles, no qual foi renomeado de CAMBÉ.GDB. A partir da criação do Banco de dados foram criados os Feature Class "Shapefile".

Os formatos estabelecidos para os Shapefile foram os de linha e polígonos, definindo seu formato em textos e numérico. Como um dos objetivos deste trabalho é mapeamento da atual estrutura fundiária do campo cambense, foi necessária a criação de *buffers* definindo as propriedades rurais, criadas no formato de polígono (PROPRIEDADE), linha (CAMPO).

A partir da imagem do satélite SPOT importada para o ArcMap®, foram realizados processos de georreferenciamento da imagem SCAN416.TIF, utilizando a ferramenta Georeferencing Add Control Points, tendo como coordenadas UTM SAD 69, georreferenciando a imagem SACAN416.TIF.

Após o processo de georreferenciamento, foi realizado o processo de delimitação da área de estudos, no qual foi possível a delimitação com o auxílio da imagem de satélite e da imagem SCAN416.TIF, o município de Cambé e suas propriedades, esta delimitação serviu como base para o recorte das imagens pela ferramenta Extract By Mask.

Por intermédio deste recorte foi possível iniciar o desenho das propriedades e a organização dos dados utilizados nesta pesquisa. Para efetuar este procedimento foi necessário utilizar a opção Editor, que possibilitou a vetorização das imagens e o armazenamento das informações.

A base de dados foi gerada a partir de cartas digitais do Instituto de Terras Cartografia e Geociências e para atualização das informações geográficas foram utilizadas imagens de satélite SPOT. Por meio desses passos foi possível a criação de inúmeros mapas para que ocorresse uma melhor interpretação das informações que se conseguiu por meio das pesquisas bibliográficas e das entrevistas colhidas no trabalho de campo, como se verá no capítulo final deste trabalho.

## 2 A INCORPORAÇÃO DO NORTE NOVO PARANAENSE NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Embora muitos agentes tenham concorrido para o processo de ocupação do Norte Novo Paranaense, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) se destaca pelo planejamento na ocupação, razão pela qual é oportuna uma reflexão sobre os desdobramentos dessa ação, pois a configuração atual desses municípios é resultado das rugosidades de tempos pretéritos acumulados no território. Deste modo, neste capítulo, pretende-se realizar uma releitura sintética do processo de incorporação do Norte Novo Paranaense na expansão da fronteira agrícola e a ocupação dos municípios criados pela ação da CTNP.

Para situar e contextualizar aquilo que se pretende desenvolver neste trabalho, seu início parte da análise do processo de incorporação das terras do Norte Novo Paranaense ao circuito mercantil e na apropriação da renda fundiária.

Desta forma, entendemos que o território aqui estudado é, como outros territórios, resultado das ações do trabalho humano, sendo expresso na forma como a sociedade se organiza sob o modo de produção vigente. Segundo Raffestin (1993), em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos nós os produtores de territórios.

[...] Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. [...] Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (RAFFESTIN, 1993, p.152-153)

Entendemos portanto, que o território é definido por relações de produção e de poder, que perpassam do Estado ao indivíduo. Para tanto, o processo de ocupação de terras no Estado decorreu do processo de valorização do território, da incorporação de terras ao processo de produção e circulação de mercadorias, sob a lógica da reprodução do capital, através da implantação de atividades econômicas, em especial o café, em várias regiões do estado do Paraná e,

especialmente, no Norte Novo do Paraná, onde a ocupação, a formação de cidades e a especulação fundiária se tornaram comuns a partir de 1920 com maior ênfase no pós 1930.

Como recorte territorial para compreender a formação do norte novo paranaense, utilizamos os municípios cuja constituição está diretamente vinculado a ação da CTNP, como mostra o mapa 02.

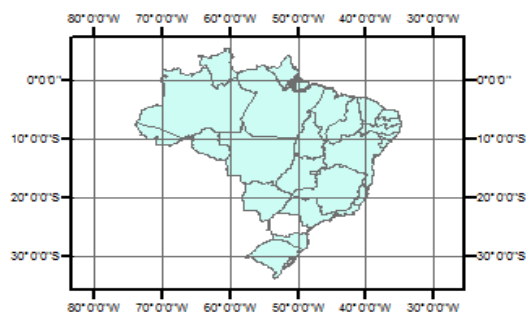
Neste período o estado do Paraná, principalmente o Norte Novo surgia como região de fronteira, e dessa forma, como área em disputa por duas modalidades de apropriação: a posse e a grilagem. Deste modo, a falta de institucionalização da propriedade fundiária brasileira permitiu a uma elite rural se apossar das terras que ainda estavam em mãos de pequenos agricultores, posseiros, quilombolas e indígenas (SILVA, 2008).


Portanto, havia nesta região, populações que não possuíam vínculos diretos com o mercado, em virtude de os cultivos da época não atenderem as necessidades do mercado interno ou externo. Some-se ainda a dificuldade em escoar a produção pela falta de infraestrutura, e o fato de que o cultivo era quase que exclusivamente para a sobrevivência das famílias (o que criava uma relação com a terra e a natureza dificilmente presenciada nas culturas capitalistas, visto que a relação não era de exploração e sim de necessidades básicas).

Assim, caracterizamos o processo de ocupação do Norte Novo paranaense como um processo fundamentado pelos ditames capitalistas, uma vez que a partir da promulgação da Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), a terra institucionalizou-se como mercadoria. Até esta data, a propriedade fundiária brasileira não atuava como mecanismo de barreira ao acesso do agricultor familiar aos meios de produção.

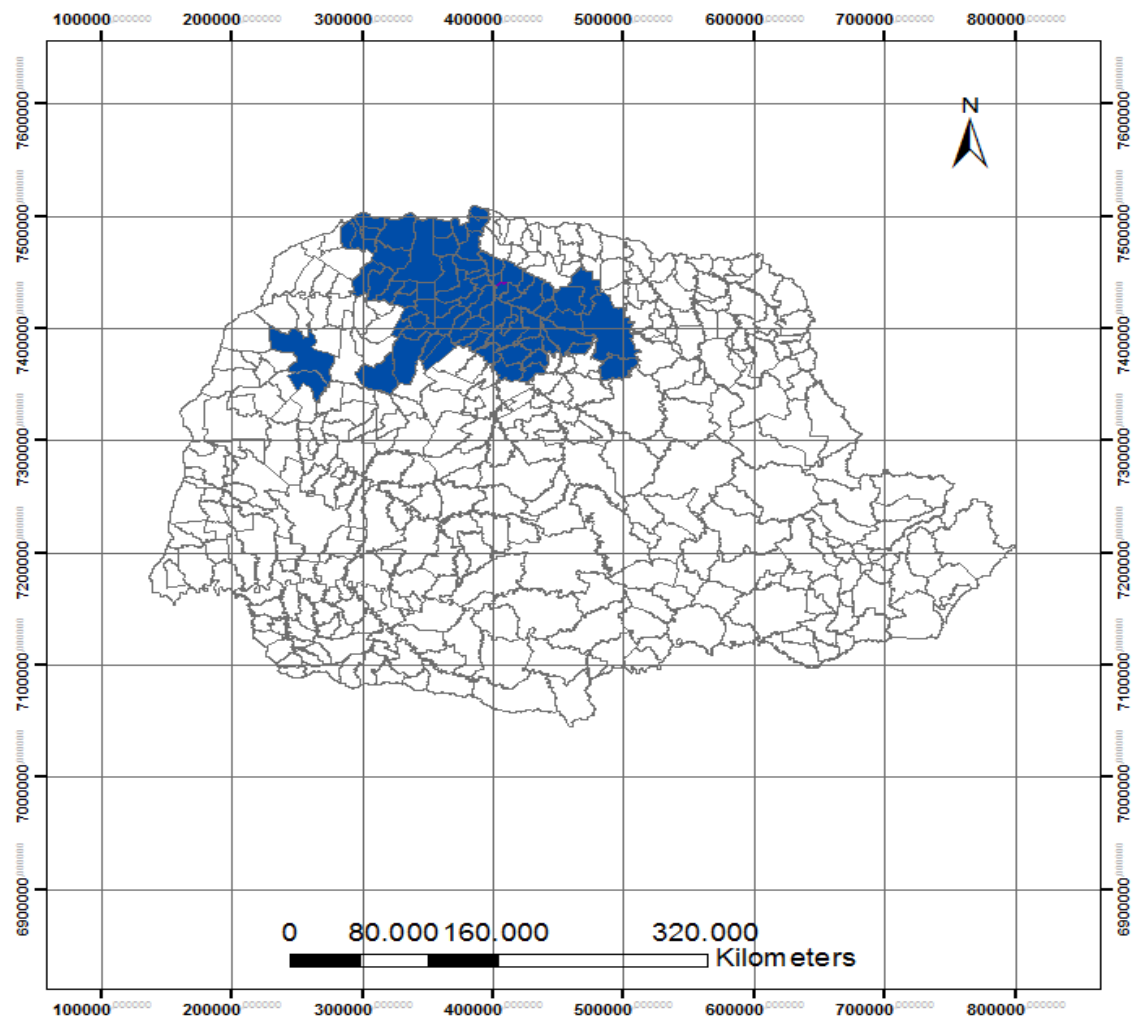
A Lei de terras de 1850 regulamentou a situação de posse e propriedade das terras após o vazio legal que se seguiu à extinção do regime de sesmarias, depois da independência do Brasil em 1822. Ela legitimava o direito de posse em terras ocupadas com culturas efetivas, recompensava o cultivo eficiente concedendo ao posseiro outro tanto do que possuísse, garantindo, dessa forma, as condições preexistentes de acesso à terra. Porém, [...] sua face mais importante era a que se voltava para o futuro, determinando que “ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não a compra”. (MEDEIROS, 2003, p.11).

**MAPA 02:  
ÁREA TOTAL PERTENCENTE  
A CTNP/CMNP**



 **Área do Estado do Paraná  
concedida à CTNP/CMNP**

**Fonte: Vetorial ITCG**  
**Organizador: GIMENES, Priscila**  
**Coordenadas: UTM - SAD 69**



Entendemos que a Lei de Terras se constituiu em um mecanismo que possibilitou a manutenção da concentração fundiária e a disponibilidade de mão-de-obra, pois dificultava o acesso à terra por parte de agricultores familiares sem recursos e se destinava a colocar em prática a concepção dominante do governo imperial, formado por grandes fazendeiros. Segundo Martins (2010, p.50):

A Lei de Terras, de 1850, e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as peculiares condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalhador na produção do café. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura.

Em seus artigos, tal Lei proibia a aquisição de terras devolutas por outros meios que não sejam a compra, determinava como o governo deveria proceder na execução da venda das terras, como calcular o preço e como seriam as vendas aos estrangeiros.

A Lei de Terras também autorizava o governo a custear, por meio do Tesouro Nacional, a imigração de trabalhadores livres em estabelecimentos agrícolas, ou seja, pagava às custas do dinheiro público a imigração de trabalhadores para as propriedades dos grandes fazendeiros.

A Lei de Terras, de 1850, já teve um caráter ambigualmente conservador [...]. É que a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas. Ao contrário do extinto regime de sesmarias, o novo regime retirava o direito de propriedade a co-propriedade do Estado. (MARTINS, 1994, p. 76)

Esta Lei transformou as terras devolutas em monopólio do Estado, porém, um Estado controlado e administrado por uma classe de grandes fazendeiros que geriam as leis em prol benefícios próprios. Ela é entendida como um verdadeiro bloqueio do acesso à terra por posseiros, caboclos, caipiras, quilombolas, caiçaras, enfim, dos camponeses e agricultores familiares, pois ao invés de modificar as relações sociais com a terra e incentivar a permanência e manutenção dos agricultores familiares, reduziu a possibilidade do acesso popular à terra, porque:

[...] o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também do pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado. [...] O país inventou a fórmula simples de coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava.” (MARTINS, 2010, p.9-10).

A Lei de Terras de 1850, segundo Martins (1981) impediu que negros, índios, mestiços, brancos pobres e outros despossuídos de capital e de influência política conseguissem, legalmente, títulos de posse de terra. Desta forma, institucionalizou a ilegitimidade da posse associada ao trabalho e à ocupação e criou condições de expulsar da terra quem realmente viveu e viveria dos frutos que ela pode proporcionar.

[...] Com ela, foi possível garantir força de trabalho abundante e barata para as lavouras, a despeito da abolição iminente, pois tanto os imigrantes quanto os escravos libertos não teriam como acessá-la, senão por meio da compra. É aí que se instaura a propriedade privada da terra no país, juntamente com os mecanismos institucionais que continuaram a assegurar a perpetuação do controle sobre o patrimônio fundiário. (PAULINO, 2009, p. 77)

Portanto, longe de servir aos interesses da sociedade, tal lei institucionalizou desigualdades e prejuízos incalculáveis à nação brasileira, sendo ela a primeira prática expurgadora do desenvolvimento depois da independência do Brasil.

Essa lei foi criada com a função de servir aos interesses dos grupos políticos que ofereciam sustentáculo ao Império, em consequência, não teve o desígnio de interferir nos interesses da elite política e econômica da época, constituída em grande parte por fazendeiros. A terra continuou a ser adquirida sem o controle do Estado, sob o amparo de documentos fraudados.

Aliado a essa lei, a partir da Primeira Constituição da República em 1891, por meio do artigo 64, atribui-se aos Estados a competência de legislar sobre as minas e terras devolutas nos seus respectivos territórios. O que na prática significou que foram depositados nas mãos das oligarquias regionais, o patrimônio fundiário brasileiro. Com isso, cada estado se torna responsável em desenvolver sua própria política de concessão de terras. Começam assim, segundo Martins (1981) principalmente nos estados do Sul e do Sudeste as maciças transferências de terras

devolutas para as grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária, ou seja, na renda da terra.

Conforme argumentou Paulino (2003), o estado do Paraná, a partir da Primeira Constituição Republicana, abdicou, em alguns períodos históricos de atuar de forma eficaz no ordenamento fundiário, pois era um Estado inicialmente sem divisas financeiras, principalmente pelo fato de até o ano de 1853 ter sido província de São Paulo e sua economia girar em torno apenas da erva mate e da madeira. Desta forma, o Paraná transmitiu terras do seu patrimônio às empresas de colonização, as quais tinham a tarefa de ordenar o processo de colonização e construção de estradas. Com isso a ocupação da região ficou condicionada aos interesses que moviam os colonizadores, ou seja, o interesse exclusivamente econômico.

Nesses termos a colonização dirigida foi justificada em contrapartida pela infraestrutura, ou seja, abertura de estradas. Desta forma, o governo do estado desempenhou um papel fundamental neste processo, pois estabeleceu várias políticas de colonização que favorecessem a incorporação das terras livres por meio do capital. De acordo com Bragueto (1996, p. 51),

[...] o governo do estado do Paraná desde o ano de 1891, quando a primeira Constituição Republicana, em seu Artigo 64, atribuiu aos Estados a competência de legislar sobre terras devolutas manifestava a preocupação na colonização das terras, visando o aumento da receita estadual (através da venda de terras e do incremento da cafeicultura). Conciliando tais interesses, o governo do Estado muda a política agrária, favorecendo a formação de empresas colonizadoras. Tratava-se de incentivar a colonização dirigida, concedendo terras a empresas para que estas, mediante venda e especulação com venda, compensassem o investimento com a abertura de estradas.

Houve no Norte do Paraná ações de colonização de várias empresas de particulares, além da atuação do Estado, porém, dentre esses atores a que obteve maior ênfase e um papel de destaque na região norte foi a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Lopes (1982) destaca as empresas colonizadoras que também tiveram papel importante de atuação no Norte do estado entre 1923 a 1927, dentre elas a Corain & Cia (colônia Primeiro de Maio), Antônio Alves de Almeida (colônia Nova Bahia) Leopoldo Paula Vieira (colônia Sertanópolis), Manoel F. Almeida

(colônia Zacaria de Goes), Francisco G. Beltrão, João L. P. Silva (colônia Indianópolis).

O processo de ocupação do chamado Norte Novo, aconteceu de maneira muito rápida e pode ser caracterizado fundamentalmente, como uma colonização de tipo capitalista. [...] O governo do estado teve papel importante nesse processo, uma vez que através de várias políticas de colonização proporcionou a incorporação das terras livres pelo capital. Embora interrelacionadas e, [...] na maioria das vezes ocorrendo ao mesmo tempo, cada uma dessas políticas marcou predominantemente um período da ocupação do Norte Novo pela propriedade privada do solo. (BRAGUETO, 1996, p. 49).

Devemos entender que o grande número de empresas colonizadoras e de agentes particulares no Norte do Paraná foi devido à grande facilidade de adquirir terras e às grandes vantagens financeiras que o governo concedia.

É de suma importância incluir que o processo de ocupação/colonização do Norte Novo do Paraná está relacionado com uma série de fatores, porém, o de maior importância é o fator econômico, pois no período em destaque, os ingleses almejavam plantar algodão para abastecer as tecelagens da Inglaterra, porém o plantio do algodão não sucedeu como eles esperavam e a partir de 1940 o café se tornava o produto de maior expressão econômica.

É devido à disponibilidade de terras existentes no Norte do Paraná que este se insere na dinâmica do cultivo e produção cafeeira, pois seu solo apresentava grandes privilégios naturais quanto à fertilidade e essa região detinha proximidade com canais de escoamento da produção. A região se torna alvo de cobiça dos mercadores de terras que surgiram desde a valorização prévia ativada pela expansão cafeeira (PAULINO, 2003).

O governo do Paraná, mesmo com todas as restrições impostas pelo governo federal para a formação de novos cafezais, incentivava o plantio nas áreas novas de colonização, pois agia em benefício da empresa inglesa, principalmente pelo fato de desrespeitar a Lei Federal de 1931, na qual se proibia a formação de novos cafezais em virtude da excessiva oferta no mercado internacional.

Nesta conjuntura, enquanto São Paulo limitava sua produção de café, o Paraná (também devido, [...] “aos esforços tenazes por parte da Companhia”), fica excluído dos acordos que limitavam a produção (mesmo quando esta se estendeu ao Paraná a CTNP, conseguiu que se fizesse “uma exceção limitada”), aumentando o fluxo de lavradores paulistas para o norte no Estado. (BRAGUETO, 1996, p. 71).

Essa proibição não atingiu as áreas nas quais o processo de colonização se intensificava, principalmente o Norte Novo e o Novíssimo, formados especificamente devido a expansão da cultura cafeeira.

Havia uma procura por terras mais férteis, principalmente por cafeicultores do Vale do Paraíba no estado de São Paulo, cuja terra se encontrava cansada, os preços de mercado do café baixos e os custos de produção elevadíssimos o que tornava a produção economicamente inviável nessa região (MARTINS, 2010).

Muitos fazendeiros passaram a ter preferência pela abertura de fazendas em terras novas, recém-desmatadas, onde a produtividade do cafeeiro era imensamente maior do que nas regiões ocupadas a mais tempo, como nas esgotadas terras do Vale do Paraíba. Fazendeiros deslocavam-se para novas regiões em busca de terras mais férteis. (MARTINS, 2010, p. 49)

O declínio da produção cafeeira nas regiões mais velhas (estado de São Paulo) e o incentivo do governo estadual com a ajuda implícita do governo federal, agiram como atrativos de numerosos fazendeiros, colonos e de empresas colonizadoras em busca das terras paranaenses para especulação e conseqüentemente para o plantio do café, pois a principal fonte de renda de grandes fazendeiros e empresas colonizadoras passou a ser a terra. Após a institucionalização da Lei de Terras, principalmente nos primeiros anos de expansão, em que a renda diferencial da terra produzida pela maior fertilidade natural das terras não dependia de investimentos de capital.

[...] É o transbordamento da atividade cafeeira que insere o Paraná no circuito produtivo/mercantil, notadamente a sua porção Norte, cuja trilha percorre as áreas geograficamente privilegiadas da região Sudeste até o ponto de exaustão, deixando para trás de si um rasto de depredação socioambiental, sempre compensado pela abundância de terras e braços. Ainda assim, essa atividade remodela, mais do que qualquer outra, parcelas do território, pela dinamização à economia nos dois últimos séculos. (PAULINO, 2003, p. 61).

O principal objetivo seria produzir a custos reduzidos. Assim sendo, a melhor maneira de fazê-lo era incorporar terras virgens, ou seja, terras sem proprietários legais e de alta fertilidade. E o Paraná, especificamente o Norte, se estabelece como uma região que detém essa característica.

No caso do Paraná [...], deve-se considerar que desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido a sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas, agiram no sentido de atrair um grande fazendeiros em busca das terras paranaenses, de boa qualidade para o café, e onde não havia proibição de plantio. (CANCIAN, 1981, p.14)

Podemos entender que a colonização do Norte do Paraná aconteceu em suas três regiões, o Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Conforme observamos no mapa 03, a cafeicultura se processou em momentos distintos nessas três regiões, pois segundo Cancian (1981, p.50) a cafeicultura no Paraná pode ser dividida em três fases:

1. A primeira, no Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o Rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929.
2. No Norte Novo, do Rio Tibagi, passando por Londrina, até as margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente. Nessa fase, a cafeicultura no Norte Pioneiro sofreu transformações profundas.
3. Do Rio Ivaí ao Piquiri, no Norte Novíssimo e deste último até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre as décadas de 1940 a 1960, quando encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense.

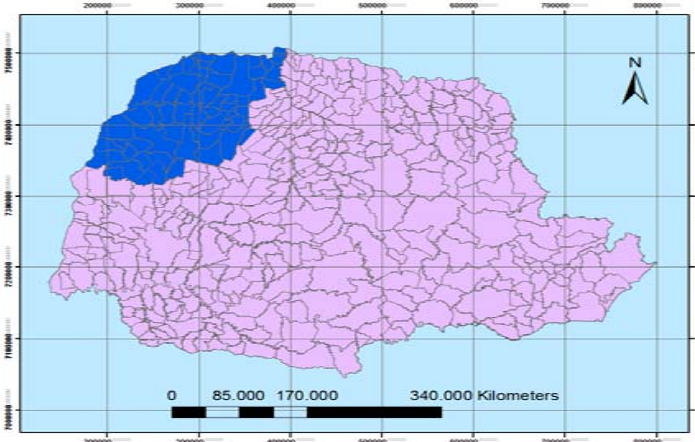
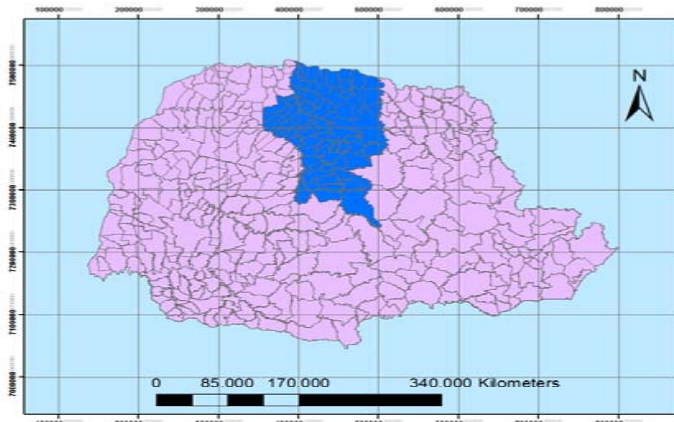
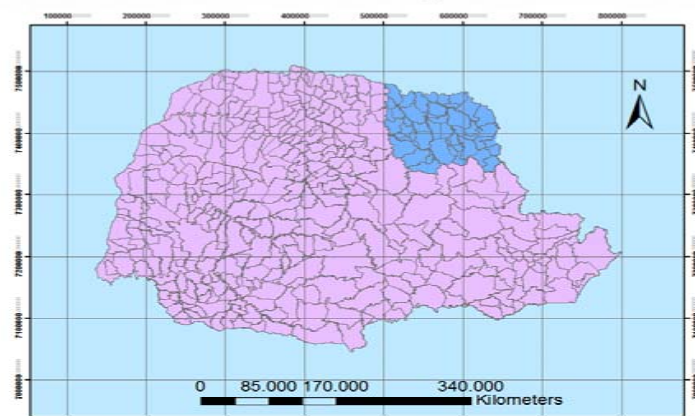
Desse modo, consideramos que o processo de colonização do Norte do Paraná insere-se, em escala nacional, num contexto de expansão da economia capitalista, de redefinição do papel da agricultura e principalmente da terra personificada no principal produto agrícola da época, o café.

Assim, podemos dizer que por meio das leis institucionalizadas, das políticas de incentivos fiscais e de concessão de terras, se desenham no território as diferentes facetas dos processos econômicos que foram e são construídos por meio de relações interdependentes com outros processos sociais. Essas relações forjam a própria construção da “identidade nacional”, a qual incentiva não as formas tradicionais de ocupação do território, mas sim as formas modernas de valorização

do capital. Desta maneira, se justificam todas as vantagens concedidas às empresas, demonstrando que a ocupação da terra foi e é um processo econômico, político, social e cultural, cuja principal característica é a interdependência (OLIVEIRA, 2010).

Compreendemos desta forma, como a política e a postura que o governo juntamente com as elites dominantes dão formas ao território brasileiro, e neste caso, como se gerou a política de colonização adotada não apenas no século XX e não somente pelo estado do Paraná, em que o avanço do processo de colonização dependia das formas tradicionais de ocupação do território. Desse modo, verificamos que há uma postura dominante na política de colonização em diversos períodos históricos pelo governo brasileiro, fundada na iniciativa privada, pela mercantilização das terras.

## MAPA 03 : OCUPAÇÃO DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ.



- **Norte Pioneiro:**  
Colonização iniciada a partir do final do século XIX e início do século XX;
- **Norte Novo/Norte Central:**  
Colonização iniciada em 1930;
- **Norte Novíssimo:**  
Colonização iniciada entre as décadas de 1940 a 1960.

Fontes: Vetorial ITCG  
 CANCIAN (1981, p.180)  
 Organizador: GIMENES, Priscila  
 Coordenadas: UTM - SAD 69

A colonização dirigida se transformou em um grande negócio: a terra era adquirida a preços baixos, ou adquiria-se diretamente da União através de concessões, ou ainda, por processos irregulares. Posteriormente construía-se uma infraestrutura básica para revendê-la a colonos por preços bem superiores. Tudo isso alicerçado por políticas públicas governamentais (SILVA, 2008).

Portanto, analisamos a década de 1920 no Norte do Paraná como um período em que o governo estadual realizou grandes concessões de terra a particulares, principalmente empresas, regularizando a aquisição de terras e fazendo grandes concessões com o intuito de obter fontes de renda. Trata-se de uma estratégia aparentemente promissora para o Paraná, pois os impostos que as terras loteadas geravam, rendiam tanto quanto a própria produção agrícola (CANCIAN, 1981).

A busca por terras novas abriu a possibilidade de ganhos até então incalculáveis às empresas de colonização e a alguns fazendeiros. Surgem muitas empresas de colonização e alguns agentes particulares, com o intuito de auferir renda, algo que até meados dos anos de 1850 era impossível, pois a terra era livre e o trabalho era cativo.

De acordo com a análise de Stolcke (1986), as companhias de colonização constituídas por capital privado, contribuíram para um mercado fundiário em expansão, ou seja, para a valorização das terras. E as terras do Norte do Paraná são um exemplo desta afirmação.

Uma característica importante das empresas de colonização, com maior destaque para a CTNP, é que não visavam apenas à venda do lote para o colono, mas necessitavam da garantia do sucesso da colonização, pois isso representava maior valorização das terras adquiridas e principalmente das ainda não comercializadas, potencializando as chances de auferirem uma renda da terra sem trabalhar nela.

Desse modo, na conjuntura econômica em que a terra e, até o momento, o café eram as principais mercadorias capazes de gerar grande renda, o governo paranaense incentivava de maneira mais efetiva uma colonização que contemplasse este último, pois mesmo com todas as dificuldades conjunturais, era o produto agrícola de maior representatividade no mercado internacional e, conseqüentemente, o setor agrícola mais defendido pelo governo (CANCIAN, 1981).

Todavia, fica claro que o avanço da fronteira agrícola, como ocorreu no Sul do Brasil, e ocorre em outras regiões, se deu e se dá sobre a égide da especulação fundiária, cujo objetivo é extrair renda territorial, pois:

[...] No que tange ao Brasil, a apropriação da terra sob a forma capitalista remonta ao período de 1850, quando a Lei das Terras pôe fim ao regime das posses livres e estipula que as terras só seriam apropriadas por meio da compra. (SILVA, 2004, p. 21)

[...] Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 2010, p. 11)

Dentro dessa lógica é possível compreender porque a empresa inglesa Brazil Plantations Syndicate Ltda criou a Paraná Plantations Company e, posteriormente, a subsidiária brasileira (a Companhia de Terras Norte do Paraná) em setembro de 1925. O intuito da criação de uma nova empresa e conseqüentemente de uma subsidiária para atuar de forma direta era de aproveitar as vantagens que o governo federal concedia como a doação de parte do patrimônio fundiário em troca de infraestrutura para escoamento da produção, notadamente estradas de ferro e de rodagem.

Conseqüentemente, a subsidiária nacional, Companhia de Terras Norte do Paraná,

[...] adquire diretamente do governo do Estado uma gleba de 1.089.000 hectares os quais, incrementados com a compra de terras de particulares, resulta em um patrimônio de 1.321.499 hectares, o que corresponde a aproximadamente 6,7% do território paranaense. (PAULINO, 2003, p. 67)

Foi assim, que a partir de 1925, no Norte do Paraná, os interesses capitalistas da burguesia internacional e nacional se uniram para reproduzir capital, de maneira que os negócios da elite inglesa, da brasileira e do aparelho estatal constituído, fossem simultaneamente contemplados mesmo que em diferentes medidas.

Paulino (2003) argumenta que o objetivo da CTNP, pós 1928, quando o plantio de algodão não se consumou, girou em torno da especulação fundiária/imobiliária, com foco exclusivo na colonização e venda de suas terras.

O fato de o estado do Paraná doar cerca de 3.600 hectares de terra por cada quilômetro de estrada de ferro construída no estado concretiza a compra pela CTNP da maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná em 1928, cujo interesse era prolongar os trilhos além de Cambará para alcançar maior valorização de suas terras (CMNP, 1975).

Com os anúncios do prolongamento da estrada de ferro, era possível aumentar o preço da terra e explorar novas áreas, razão pela qual a partir de então, as obras de extensão da estrada de ferro se intensificaram.

De acordo com Gonzales Neto (1992) a compra da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná foi fundamental para que o projeto de colonização tivesse êxito, transformando-se na linha mestra da colonização.

Depois que a Paraná Plantations comprou as ações da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, que em 1928 completava a ligação Ourinhos – Cambará, foi reiniciada a construção da estrada de ferro [...]. Os ingleses tomaram conta de todo o empreendimento e encetavam grandiosa empreitada da colonização ao longo do trecho Cincinato Braga; o rumo era Guaira, na fronteira do Estado do Paraná com o Paraguai, um ponto estratégico de ligação também com o então estado de Mato Grosso, ao Sul (GONZALES NETO, 1992, p. 25).

#### Após a efetiva compra dessa companhia ferroviária

A “Paraná Plantation” desdobrou-se em duas grandes companhias: a “Companhia de Terras Norte do Paraná”, e a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”. A primeira tinha por finalidade lotear e revender em pequenas propriedades os 12.643 km<sup>2</sup>, de terras devolutas adquiridas do governo do Estado. [...] A segunda teria a função de continuar os trilhos de Cambará, até o local do loteamento (WACHOWICZ, 1998, p. 165)

Desta forma, tais colonizadores do norte do Paraná sabiam que o adensamento populacional e econômico requeria estradas, pois o alicerce agrícola da região era um produto de exportação (café), dependente de estruturas de comercialização estabelecidos fora da região, sendo de suma importância a ferrovia como meio de integração econômica e espacial.

De modo geral, todas as atividades relacionadas ao produto (beneficiamento, armazenagem, transformação) foram se instalando ao longo das vias de acesso que se disseminavam, consolidando-se assim, o plano de colonização, pois

[...] todos os núcleos populacionais da época estavam localizados à margem da estrada de rodagem e da estrada de ferro e principalmente, havia uma regularidade de distâncias entre as estações e por conseguinte entre as cidades. (BRAGUETO, 1996, p.63)

O rendimento extraordinário do plano imobiliário da CTNP, decorreu da divisão das terras em pequenas porções, a serem vendidas a migrantes, imigrantes, colonos e, somente em menor número, a fazendeiros.

Tudo era planejado no sentido de se auferir cada vez maior renda da terra, por isso a Companhia adotou diretrizes bem definidas para efetiva colonização. Realizou um plano de ocupação diferenciado tanto para a área urbana como para área rural, determinando funções para tais.

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10,15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para o ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café [...]. Na parte baixa, construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para o consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar. A água seria obtida no ribeirão ou em poços de boa vazão. As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão, principalmente na época da colheita do café, que para a maioria dos pequenos agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria – consumindo o necessário e vendendo o supérfluo – das culturas paralelas: arroz e milho, plantados por entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p.77 – 79)

Com esse modelo de colonização ficou assegurada a reprodução da agricultura familiar, pois ele dava possibilidades de acesso à água, às vias de

circulação para seu deslocamento e aos núcleos urbanos, a produtos que não se podia produzir e também à comercialização do excedente de produção, o que garantia o abastecimento dos núcleos urbanos. Isso se constituiu no fator primordial de atração, pois o sucesso dos que chegavam era condição para atrair futuros compradores.

Porém, seria ingênuo afirmar que esse planejamento pensado para o agricultor familiar. Ao contrário, as divisões das terras em glebas deram origem a dois tipos de propriedades distintas: a grande e a pequena. Todavia a pequena propriedade foi numericamente predominante, o que ocorreu devido aos prazos de pagamento que a CTNP oferecia.

Segundo **MQ**<sup>3</sup>, “o trabalhador que possuísse um dinheirinho guardado, alguns braços, uma esposa e vontade de trabalhar visualizou no Norte Novo do Paraná a possibilidade de concretizar seu sonho: o de se tornar dono da terra e dos frutos que ela, ao receber trabalho e amor, pode oferecer, pois quando um trabalhador compra terra, ele compra consigo muito trabalho.” (Entrevista realizada em 03/06/2011).

Ao adotar o sistema de pequenas propriedades, a CTNP resolveu um dos maiores problemas da economia cafeeira: o de mão-de-obra, pois a maior parte dos compradores veio juntamente com suas famílias, aptas a se engajar imediatamente no trabalho agrícola, o que faria predominar uma modalidade de exploração baseada em pequenas frações de terra, ao invés da tradicional forma monocultora com que aparecia nas áreas originalmente cultivadas.

[...] os cafeeiros plantados no Paraná fugiram da condição monocultora em grandes propriedades. Ao contrário, desenvolveram a pequena e média propriedade, onde o lavrador e sua família eram parte da mão-de-obra da lavoura, o que diminuía o custo de produção e deixava margem de lucro satisfatório para a nova categoria de proprietários emergentes pela redução do emprego de assalariados. Para os casos de propriedades médias onde a família não conseguia absorver em si mesma o trabalho, grande parte das terras era mantida sem exploração à espera de melhores tempos, ou com pequeno número de colonos ou parceiros. O café não era produto exclusivo: as pastagens, o algodão e as lavouras temporárias, compunham um quadro diversificado da agricultura paranaense. (CANCIAN, 1981, p.33).

Essa organização da produção permitia ainda a produção de alimentos plantados entre as ruas de café, o que foi de fundamental importância

---

<sup>3</sup> As abreviaturas aparecerão ao longo do trabalho como forma de preservar a identidade do entrevistado.

para a subsistência das famílias dos pequenos proprietários e colonos das fazendas. Segundo Stolcke (1986) as roças de subsistência reduzem o custo da reprodução da mão-de-obra, numa relação de complementaridade, pois se optava por cultivos cujo ciclo era oposto ao do café em termos de demanda por cuidados. Com isso, esses pequenos agricultores podiam gerar renda complementar, vendendo à cidade o excedente de sua cultura alimentar, a qual compunha em torno de 1/3 de sua renda familiar, caracterizando uma economia mercantil.

Por sua vez, esse excedente era fundamental para o abastecimento dos centros urbanos, funcionando como eficiente meio de controle da elevação de preços. Isso sustentou a expansão do modelo de acumulação capitalista industrial que se gestava no Brasil, pois o foco na cafeicultura como produto comercial predominante impunha um permanente problema no que tange ao abastecimento de gêneros alimentícios, não raro impondo a importação (STOLCKE, 1986).

A combinação entre o cultivo do café e as culturas alimentares permitia aos colonos e aos agricultores familiares sobreviver mesmo nas épocas de baixa dos preços do café, sem risco a produção familiar. Assim, essa produção associada, longe de ameaçar a cultura comercial primaz, se convertia também em eficiente meio de abastecimento alimentar.

[...] a pequena propriedade, continha um pouco de tudo. Os cafeeiros eram plantados nos lugares mais altos, menos sujeitos a geadas; próximo a um córrego ou mina d'água situava-se a residência. Perto, localizava-se pequeno pasto, mangueirões para a criação de porcos, pomar, horta e lavouras temporárias: milho, arroz, feijão, algodão, de acordo com as necessidades familiares e do mercado local das cidades nascentes, ao qual abastecia. Enquanto os cafezais eram novos, permitiam a cultura intercalar de cereais, posteriormente, era-lhe destinada área própria. (CANCIAN, 1981, p. 95)

Podemos entender que existe uma lógica na produção familiar entre trabalho e consumo, pois eles buscam culturas que ofereçam melhor renda com menor grau de penosidade para a família. É importante salientar que o trabalho familiar se fundamenta no grau de exploração da força de trabalho da própria família, tendo como propósito a satisfação de suas necessidades. Ela busca formas de trabalho e de plantio que lhe proporcionam condições mais vantajosas de satisfação. Porém, normalmente a propriedade possui uma área limitada, o que intensifica o trabalho, devido à necessidade de diversificação das atividades a fim de complementação na renda.

Assim, a expansão da cultura cafeeira foi favorecida por três fatores primordiais: primeiro porque aqueles que chegavam já eram antigos colonos, e tinham experiência no trato do café por terem trabalhado nas lavouras do estado de São Paulo. Segundo porque era a lavoura comercial de destaque no país e terceiro porque o cultivo do café permitia aos agora proprietários de pequenas e médias propriedades, o sustento da família e assim sua recriação, pois o camponês tem sempre como meta a reprodução do seu grupo familiar.

Nos "sítios" o interesse pelo café existiu em função do antigo colono, transformado em proprietário, ser o lavrador junto com sua família, da sua própria terra. Quase não tendo dispêndio de mão-de-obra, morando no lote, realizando ele mesmo a derrubada da mata e ainda vendendo a madeira de lei encontrada, alimentando-se com o produto do seu próprio esforço e trabalho, vivendo em casas que eram verdadeiras choupanas de pau a pique [...]. Os imigrantes estrangeiros eram inúmeros e viviam de modo semelhante. Para esse tipo de lavrador, mesmo o pequeno lucro representava muito. (CANCIAN, 1981, p. 76)

Desta forma, nas áreas colonizadas pela CTNP a pequena propriedade foi produto do modelo de apropriação capitalista de terra e da extração capitalista de renda da terra através dos ganhos imobiliários promovidos pela empresa.

Monbeig (1984) salienta a intensa propaganda que havia de seus loteamentos associada à existência das vilas que possuíam tudo que seria necessário aos futuros compradores das propriedades rurais, tanto do ponto de vista comercial como espiritual. Por essa razão, em várias regiões, a fundação das cidades precedeu a colonização rural.

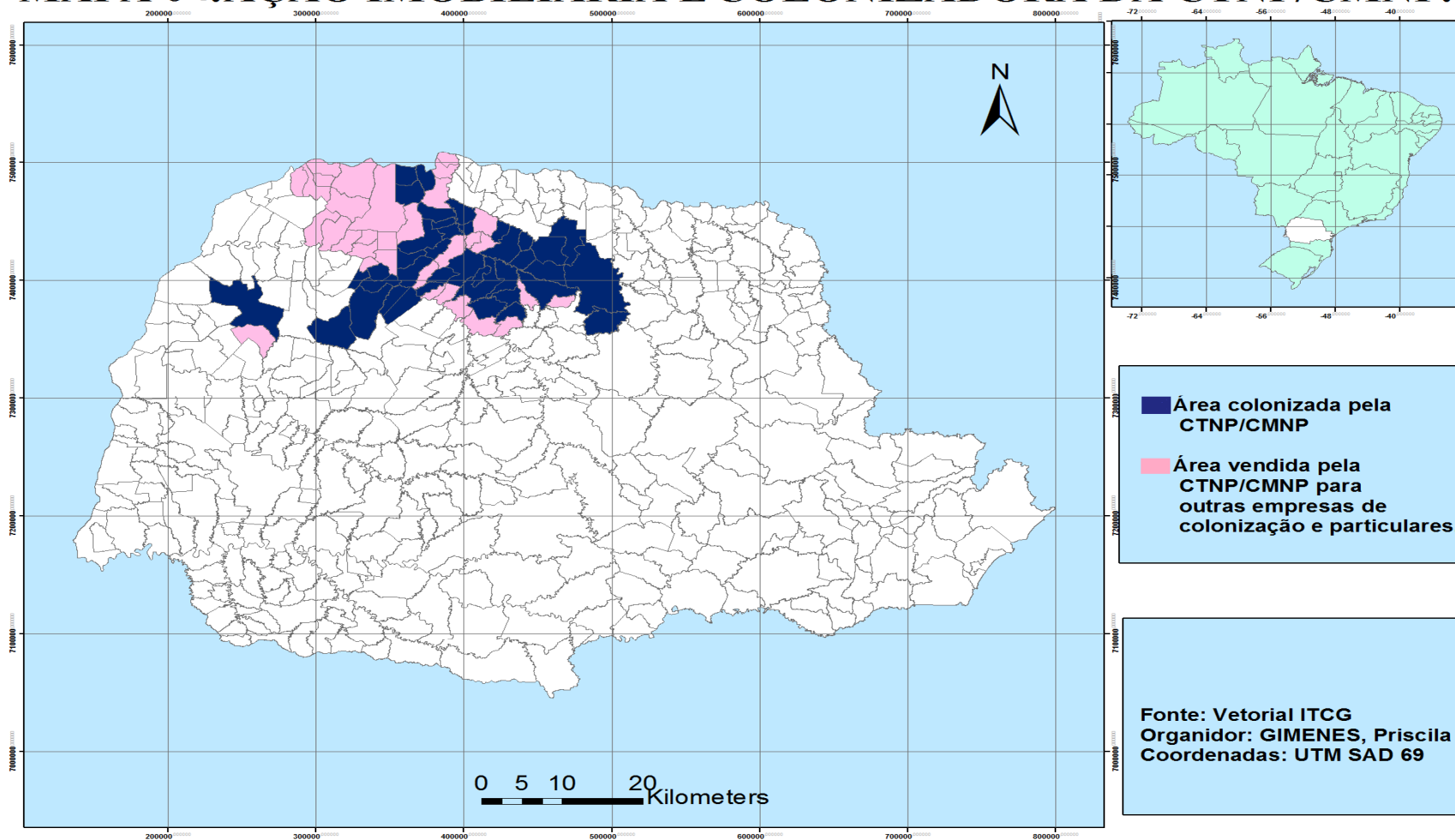
A geografia do Norte Novo e Novíssimo do Paraná é, assim, produto de negócios imobiliários empreendidos por empresas de colonização (neste caso a ação principal da Companhia de Terras Norte do Paraná). Em muitas glebas foram fundados, mais ou menos no centro, um povoado e, a partir daí, se vendiam lotes rurais de tamanhos crescentes conforme distância da vila e a sua quantidade de pecúlio. Quase todas as vilas foram fundadas nos espigões divisores de águas entre bacias hidrográficas.

A partir do mapa 04 podemos compreender a quantidade de terras pertencentes à CTNP/CMNP, porém, uma parte de suas terras foram vendidas à particulares e até mesmo para outras empresas de colonização.

O processo de colonização adotado no norte paranaense expressa uma duradoura opção do Estado brasileiro, que consiste em abdicar da prerrogativa de utilizar o patrimônio devoluto em favor dos produtores familiares. Nessa região, somente os pequenos agricultores com pecúlio tiveram possibilidades de se transformar em proprietários.

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Inglaterra passou a vender empresas em todo o mundo, como forma de obter dinheiro para se manter no conflito. Em 1942 a Companhia de Terras Norte do Paraná foi colocada à venda juntamente com as ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e, um ano depois, um grupo de acionistas brasileiros compraram-nas. As Companhias foram vendidas ao governo do Paraná e em 1950 seus novos donos passam a chamar a Companhia de Terras Norte do Paraná como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que atua no Norte Paranaense até 1975, quando as terras “virgens” se encontravam esgotadas.

## MAPA 04: AÇÃO IMOBILIÁRIA E COLONIZADORA DA CTNP/CMNP.



## 2.1 A RENDA DA TERRA COMO FUNDAMENTO PARA COLONIZAÇÃO

Para compreender o sentido da colonização do Norte do Paraná é oportuno entender a centralidade que a renda da terra possui nesse processo. Por isso concordamos com Oliveira (2007), quando afirma que a compreensão da realidade agrária e também urbana passa pela compreensão dos mecanismos de formação da renda territorial ou renda fundiária, pois tanto no campo como na cidade a terra se apresenta como componente específico do processo de valorização.

A renda da terra [...] um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. [...] Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência. Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, **componente particular e específico da mais-valia**. [...] no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente. (OLIVEIRA, 2007, p.43)

Segundo Marx (1967), a renda da terra é o trabalho personificado no sobretrabalho, tributo que a sociedade inteira fornece ao capital de forma involuntária, pelo fato de não ser ilimitada em quantidade nem de acordo com a dinâmica populacional.

Para o autor, a renda da terra desenvolve-se socialmente, tornando-se resultado do trabalho de toda a sociedade. O aumento da população e sua concentração em áreas urbanas acentuam a demanda por solo tanto para moradia quanto por alimentos. Assim, todos necessitam comer e morar e para tanto deverão pagar um tributo, a renda da terra, que aumenta a esse ritmo, portanto sem a intervenção do proprietário.

Porém, a renda da terra não é produto do desenvolvimento capitalista. Ela pode ser identificada no modo de produção feudal, em que a renda em produto, paga pelos camponeses para a nobreza era prática corrente. Em

relações não capitalistas de produção no campo, Marx (1967) identifica três formas de auferimento de renda: em trabalho, em produto e em dinheiro.

Segundo Marx (1967) e conseqüentemente Oliveira (2007), a renda em trabalho ocorre efetivamente com o trabalho não pago, sendo caracterizada como a forma mais simples da renda, pois se estabelece através dos dias de trabalho entregues gratuitamente ao senhor das terras.

[...] o produtor imediato cultiva, durante uma parte da semana, com instrumentos de arar que lhe pertencem (arado, gado, etc.), num solo que também lhe pertence, e passa seus outros dias a trabalhar nas terras do proprietário rural, para este proprietário rural, gratuitamente, [...] aqui renda e mais-valia são idênticas. A renda, [...] é a forma em que se exprime o sobretrabalho não-pago. (MARX, 1967, p. 347)

De tal modo, entendemos que o produtor imediato é o agricultor familiar que é obrigado a ceder dias de seu trabalho para o proprietário rural em troca do direito de cultivar em uma terra cedida por esse proprietário rural, sendo esse trabalho excedente o tributo que o senhor de terras cobra ao camponês sem terra ou com pouca terra para produzir, os meios necessários à sua reprodução.

A outra forma de renda (em produto) pressupõe que o agricultor familiar entregue gratuitamente parte de sua produção ao proprietário de terra pelo fato de este ter lhe concedido o direito de cultivar a terra.

A renda da terra em produto, sob o ponto de vista econômico, em nada altera a caracterização da renda da terra em trabalho, pois é ela mesma convertida em produto. Ou, por outras palavras, a renda da terra em produto nada mais é que renda da terra em trabalho transformada em *produto*, uma vez que a renda da terra em trabalho é a própria essência da renda da terra. Esta essência deriva do fato de ser a renda da terra a única forma dominante (histórica, portanto) e comum da mais-valia ou do próprio trabalho excedente, quando a agricultura é a atividade econômica dominante na sociedade. (OLIVEIRA, 2007, p. 60)

Com relação à renda em dinheiro, Marx (1967, p. 350), igualmente compreende tratar-se de uma variação que em nada altera o conteúdo uma vez que “resulta de uma simples transformação de forma da renda em produto”. Essa pode ser considerada uma forma embrionária da renda capitalista, pois os produtores passam a converter o produto excedente em dinheiro. Isso impõe aos camponeses o estreitamento dos laços mercantis, coisa até então desnecessária, porque praticamente tudo era realizado fora desse circuito.

[...] Em lugar do produto, o produtor imediato paga o preço a seu proprietário rural. Não basta, pois mais de um excedente de lucro sob forma natural; é preciso que esse excedente tome a forma de dinheiro. Uma parte do produto deve ser vendida e, em consequência, produzida pela venda. Todo caráter do modo de produção é, pois, mais ou menos modificado. A produção perde seu caráter independente, isolado, em relação ao conjunto das conexões sociais. A transformação da renda-produto em renda-dinheiro supõe um desenvolvimento mais considerável do comércio, da indústria urbana, da produção em geral das mercadorias e, em consequência, da circulação monetária. [...] Mas a renda-dinheiro, [...] é a forma última [...] da desaparecimento do tipo de renda da terra [...] enquanto forma normal da mais-valia. [...] Com a renda-dinheiro, a relação tradicional e costumeira entre os [...] que trabalham uma parte do solo e o proprietário rural torna-se forçosamente uma relação contratual baseada nas regras fixas da lei positiva, uma pura relação de dinheiro. O proprietário explorador torna-se, pois, de fato, o arrendatário. (MARX, 1967, p. 350)

Porém, para que houvesse esse relacionamento do agricultor familiar com o comércio foi necessário um desenvolvimento relativo do mercado mundial, do comércio e da manufatura, portanto, um desenvolvimento nas relações monetárias.

Com a transformação da renda-produto em renda-dinheiro o proprietário da terra estabelece um preço que deve ser pago pelo agricultor familiar pelo fato de cultivá-la, tornando essa relação contratual. O agricultor familiar agora tem um preço específico a pagar para o proprietário. Independentemente de ter tido uma colheita farta ou não.

O proprietário, [...] quando adota a renda da terra em dinheiro, em geral, não aceita dividir prejuízos com o camponês como no caso da renda da terra em produto, passando a exigir o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro pela cessão da terra. Mas, como em muitos casos, o camponês não consegue no mercado preços razoáveis para seus produtos, fica praticamente impossibilitado de pagar a renda da terra em dinheiro e, conseqüentemente, tem que deixar de cultivar a terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

Ao ficar impossibilitado de pagar a renda-dinheiro, o agricultor familiar se encontra obrigado a abandonar a terra, abrindo a possibilidade para que arrendatários capitalistas interponham-se entre o proprietário de terras e o real cultivador, uma vez que tais terras passam a ser exploradas por meio do trabalho assalariado. Assim, a renda da terra paga em dinheiro, transforma-se em renda capitalista da terra, pois é paga pelo arrendatário capitalista ao proprietário fundiário.

Podemos dizer que a renda da terra paga em dinheiro é o último estágio da renda pré-capitalista, pois foi por meio dela que foram criados modos de

se concretizar a agricultura capitalista, em que sua condição primeira é empregar trabalhadores assalariados, ou seja, camponeses expropriados.

Esta forma de renda pré-(não)-capitalista da terra em dinheiro, é também comum na agricultura brasileira, onde um grande número de camponeses sem terras arrendam terras de outros proprietários (em geral grandes) para produzirem [...] através do trabalho de suas famílias. Diferem, portanto, dos arrendatários que são capitalistas que arrendam terras. (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

A diferença está no fato de que os agricultores familiares que arrendam terras trabalham com suas famílias para garantirem sua reprodução, já os arrendatários capitalistas arrendam terras para explorar o trabalho assalariado, objetivando o lucro.

Oliveira (2007) lamenta que os dados do Censo Agropecuário do IBGE, sejam imprecisos neste aspecto, pois englobam em uma mesma categoria censitária os arrendatários capitalistas que exploram mão-de-obra assalariada e os agricultores familiares que trabalham com suas famílias. Isso dificulta uma análise mais profunda sobre as áreas de ocorrência destes no Brasil. Os agricultores familiares brasileiros não proprietários de terras, ou então, proprietários de terras insuficientes para a reprodução do grupo familiar arrendam terras e as pagam geralmente em forma de renda-dinheiro assim como fazem os arrendatários capitalistas. Esses agricultores estão presentes tanto nas áreas mais avançadas em termos capitalistas de produção, como nas áreas mais distantes e menos desenvolvidas economicamente.

Neste exemplo, podemos citar o município de Cambé, e englobá-lo como uma das áreas mais avançadas tecnicamente em termos capitalistas, apresentando uma mescla entre agricultores familiares-arrendatários e arrendatários-capitalistas.

Por meio desta característica presente no Brasil, afirmamos que as três formas de rendas pré-capitalistas de produção no campo, a renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro, são momentaneamente criadas, recriadas e redefinidas pelo capital no seu desenvolvimento contraditório e desigual e elas não tem o mesmo conteúdo daquelas que vigoraram durante o feudalismo. Essas três formas de renda

[...] são, muitas vezes, a forma com que os capitalistas encontraram para produzir seu capital. São por isso mesmo, parte componente do desenvolvimento capitalista geral da sociedade brasileira [...]. Não se trata, portanto, de estudar e compreender estas formas de renda existentes na agricultura brasileira como *restos*, *resíduos* etc., que serão extintos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mas, sim, como formas não-capitalistas de produção desenvolvidas pelo próprio capital em face de seu desenvolvimento contraditório. Como tendência geral, o capital tende a impor as relações de trabalho assalariado a todas as atividades econômicas, mas isto é apenas uma tendência. A sua lógica contraditória, entretanto, supõe e pressupõe a criação e recriação daquilo que, na aparência, pode ser historicamente superado ou mesmo adiantado (quando aparecem formas coletivas de produção). [...] No entanto, é da lógica deste processo contraditório gerar aquilo que deveria destruir e construir aquilo que será a sua própria superação. Assim, deve ser compreendida a existência destas diversas formas de rendas pré-(não)-capitalista da terra sob o desenvolvimento do modo capitalista de produção. (OLIVEIRA, 2007, p.62)

Outras modalidades de renda da terra aparecem de modo originalmente capitalista, porém, elas convivem juntas em um movimento contraditório e combinado com as rendas não-capitalistas de produção citadas anteriormente.

Essas novas rendas: a diferencial, a absoluta e a de monopólio, edificadas no sistema capitalista de produção só se tornam passíveis de existência quando o capitalismo transforma a terra, ela estando arrendada ou não, em renda capitalizada.

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização como meio de produção (arrendada ou não) através de um tributo: a renda capitalista da terra (OLIVEIRA, 1991, p. 79).

Podemos entender que o preço da terra é então a renda capitalizada da terra, porém de acordo com Suzuki (2006) no Brasil e nos países onde vigoraram o trabalho escravo, o preço que ele tinha ao seu senhor também é renda capitalizada, principalmente porque permitia aos proprietários de escravos a apropriação de parcela da riqueza socialmente produzida.

[...] a transformação da terra em mercadoria, como fundamento da reprodução das relações sociais, foi uma marca geral. Transformação que está na gênese da sociedade moderna, em consonância com a transição de relações de produção não-capitalistas para o assalariamento e a reprodução ampliada do capital. (SUZUKI, 2006. p. 221)

Essa transformação da terra em mercadoria, ou renda capitalizada, possibilitou a existência da renda diferencial, que segundo Oliveira (2007) incide quando há concorrência entre produtores capitalistas, resultante, portanto, do caráter capitalista de produção e não da propriedade privada do solo. Manifestando-se como diferença entre o preço individual de produção de cada produtor e o preço de produção geral, pode ser classificada em duas modalidades: diferencial I e diferencial II. A primeira ocorre pela diferença de fertilidade dos solos e independe do volume de capital aplicado na produção.

[...] a renda diferencial I, motivada pela diferença da fertilidade natural dos solos, decorre da diferença entre o preço de produção individual e do capital particular que dispõe de uma força natural monopolizada, e o preço geral de produção do capital empregado no conjunto do ramo de produção considerado. Dessa maneira, [...] a diferença da fertilidade natural, base natural do lucro suplementar, que permite a produtividade excepcional do trabalho, origem última da renda da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 47)

Também, de acordo com Oliveira (2007), se auferir renda diferencial I quando da proximidade de mercados consumidores ou centros processadores. Quanto mais distantes estiverem as terras desses pontos de interesse, menos renda se auferirá, porque “[...] os terrenos localizados mais próximos do mercado têm uma despesa menor com transporte de seus produtos ao mercado. Isto ocorre porque o preço regulador do mercado é o terreno "pior" localizado, que produz para este mercado [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 48).

Ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento dos meios de transporte deve ser levado em conta, pois o desenvolvimento do capitalismo acarreta o avanço rápido do sistema de transporte e com isso, mesmo as terras mais distantes poderão auferir mais renda que outras menos distantes se contarem com um sistema de transporte eficiente. Portanto a localização nunca é um dado absoluto.

Já a renda diferencial II ocorre quando das inversões de capitais para melhorar a fertilidade natural, melhorar as condições genéticas das plantas - para serem mais produtivas e resistentes às pragas -, ou seja, na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção.

Na agricultura capitalista esta renda é bem mais comum, pois ela se caracteriza pelo investimento constante de capitais para melhorar a produtividade do solo, aumentar a qualidade da planta e de seus grãos por meio da genética.

[...] a formação da renda da terra diferencial II, pode não se dar apenas pela melhoria nas condições de fertilidade do solo, mas, também, pela melhoria das condições genéticas das sementes empregadas. Pode também, advir da adequação genética das sementes ou mudas às condições ambientais gerais das diferentes parcelas do globo terrestre em cultivo para o mercado pelos capitalistas. Assim, a renda da terra diferencial II, tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p. 55)

A renda absoluta decorre do fato de quando existe o monopólio de uma classe ou fração desta sobre a terra, daí provirá a cobrança de um tributo para colocá-la para produzir. Assim, essa modalidade de renda só é extraída mediante a elevação artificial dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção, extraindo-se fração da massa de mais-valia dos trabalhadores. Toda sociedade paga a renda absoluta da terra aos proprietários para que eles possam colocar suas terras para produzir.

[...] a condição de proprietário da terra lhe garante o direito de receber a renda, assim como o capitalista recebe o lucro médio. É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o "pior solo" (que não deveria pagar renda) possa também auferi-la, a renda da terra absoluta. (OLIVEIRA, 2007, p. 55)

Entendemos que esse monopólio impõe a toda sociedade uma obrigação de pagar aos proprietários de terras pelo "seu favor de disponibilizar as terras à produção". Esse pagamento confere ao proprietário um lucro extraordinário, chamado de renda absoluta da terra, pois o simples fato de ser proprietário de terras já garante o recebimento desta renda.

[...] a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo. [...] a renda da terra absoluta provém do desvio entre os preços de mercado e os preços de produção, ou seja, provém da elevação do preço de mercado acima do preço de produção. [...] Só a extinção da propriedade privada do solo pode por fim a este tipo de renda da terra, caso contrário, a sociedade inteira terá que pagar sempre, aos proprietários de terras, este verdadeiro tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir. (OLIVEIRA, 2007, p. 56-57)

A renda da terra absoluta também pode ser auferida de uma só vez, quando a terra é colocada à venda, pois mesmo a terra não tendo valor, porque não é produzida pelo ser humano, possui um preço, de modo que a sua compra garante ao proprietário o direito de arrecadar de toda a humanidade a renda que ela pode vir a produzir. Oliveira (2007), afirma que ao comprar a terra, compra-se também o direito de embolsar a renda da terra.

Não se deve esquecer também da renda de monopólio, que é uma cobrança que se origina por condições únicas, naturais ou construídas,

[...] é, também, lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma mercadoria produzida em uma porção de superfície terrestre dotada de qualidades especiais. Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para ser produzida) ou mesmo do preço geral de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 58)

Só consegue auferir a renda da terra de monopólio quem produzir uma mercadoria especial, no sentido de que essa mercadoria não se encaixe entre as de primeira necessidade. Por não se enquadrar no grupo alimentar básico, ela é uma mercadoria produzida para sanar o desejo de alguns grupos sociais que possuem alta capacidade de compra.

Oliveira (2007) utiliza como exemplo a produção do Vinho do Porto de Portugal, pois é produzido em uma região única, cujas características climáticas, permitem a produção de um vinho de qualidade inigualável, mas com uma produção reduzida. Assim se chega ao preço de monopólio, pois só quem possui propriedades de terras nessas regiões consegue auferir essa renda extraordinária.

Esses são os tipos de renda próprios da lógica capitalista, porém, devidamente combinadas com as modalidades anteriormente mencionadas. Isso significa admitir que o modo de produção capitalista é híbrido, pois a relação de assalariamento não é absoluta.

O modo de produção capitalista implica, pois por condição primeira que os verdadeiros agricultores sejam assalariados, ocupados por um capitalista, [...] que não vê na agricultura senão um campo especial da exploração do capital, o investimento de seu capital em um ramo particular, e por ele praticado, da produção. (MARX, 1967, p. 354)

Por isso admitimos que o seu desenvolvimento ocorre de maneira contraditória e combinada, pois

[...] ao mesmo tempo que [...] avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo). [...] ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponesas de produção, a peonagem etc.; todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2007, p. 73-74)

Desta forma, concluímos que o desenvolvimento e a expansão do capitalismo no campo, se dá de forma contraditória, pois ao se (re)criar, deixa aberturas que possibilitam ao produtor familiar se recriar também.

É importante, porém, ressaltar que sua presença não decorre de uma licença capitalista para sua existência, isso é fruto da capacidade própria de articular mecanismos de resistência.

Oliveira (2007) afirma que a produção do capital nunca é única e exclusivamente produto das relações capitalistas de produção, pois o desenvolvimento das relações de produção do capital se dá de forma contraditória e desigual.

O capitalismo cria sua própria geografia histórica e distintiva, pois:

Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de trabalho (trabalho familiar, sistemas fabris, círculos de qualidade, participação do trabalhador. (HARVEY, 2010, p. 307)

É preciso compreender que seu desenvolvimento não se faz em sentido único, a sua reprodução ampliada se faz ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, são (re)criadas formas não capitalistas com vistas à extração de renda, via pilhagem, como forma de produzir capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010)

Harvey (2010, p. 307) complementa, afirmando que o capital:

É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias, [...]. Suas regras internacionalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano transforma os espaços e acelera o ritmo da vida.

Do mesmo modo, compreendemos que o capital busca abarcar, absorver, enfeitiçar, transformar tudo e todos que estão inseridos no mundo capitalista. Ele cria e recria contradições, aprofunda as desigualdades, explora o trabalhador, diminui as possibilidades de inserção da população a uma condição de vida melhor. Também se apresenta como um capital concentracionista de terra e riqueza.

Há várias maneiras de (re)criação do capital, pois ele procura absorver, em seu processo de reprodução, todas as formas de relações presentes na sociedade, no sentido de obter sempre mais lucros para, dessa forma, continuar se ampliando. Considerando tais aspectos, devemos nos ater ao fato de que o sistema de produção capitalista está longe de ser um processo homogêneo e linear.

Portanto, a terra, no modo de produção capitalista, é uma mercadoria capaz de prover renda para quem a detém, além de se transformar em terra de negócio, terra de exploração, de especulação e de exploração do trabalho alheio.

Por isso, há um interesse constante em sua apropriação, que não foi diferente na colonização desta região, a partir de 1930 e desde então envolta em uma dinâmica mudança de sua base técnica e de sua relação com o mercado.

Destarte, compreender a renda da terra é entender como ela desempenha um papel fundamental na política e economia de qualquer país, mas principalmente do Brasil a partir de 1850, quando ocorre a transição da renda capitalizada escravista para a renda capitalizada da terra. É de suma importância sua articulação e contextualização com as políticas de modernização da agricultura, que de fato concentraram a renda da terra nas mãos de alguns.

### **3 REESTRUTURAÇÃO DA BASE TÉCNICA PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ E SEUS DESDOBRAMENTOS.**

#### **3.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ**

O município de Cambé foi construído, planejado e vendido pela ação imobiliária e especulativa da CTNP/CMNP. Sua história não difere daquela dos demais municípios estruturados por essa companhia, porém, considera-se de suma importância sua contextualização.

Cambé foi a segunda cidade prevista nos planos ingleses. Primeiro seria Londrina e, conseqüentemente viria Cambé, que inicialmente ficou conhecida como Água da Aliança, por se localizar acima de um Ribeirão de mesmo nome. Porém, o fato de um grande número de imigrantes europeus oriundos de Dantzig (uma cidade da Polônia) virem para esta região, ela passou-se a chamar Nova Dantzig (GONZALES NETO, 1987).

Todavia, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil estabelece acordos com os países do grupo dos Aliados (Inglaterra, França e Estados Unidos), que lutaram contra o grupo do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, por meio de um decreto de 1944, o governo do Paraná estabelece que todas as cidades que apresentassem nomes relacionados com os países rivais fossem substituídas por outros nomes. Desta forma, Nova Dantzig passou a se chamar Cambé neste mesmo ano, que na língua Tupi significa “Passo do veado”, remetendo à caça e também ao nome de um Ribeirão que banha o município (GONZALES NETO, 1992).

O governo do Estado, por sua vez, assinou o Decreto-Lei nº 199, de 30 de outubro de 1943, publicado no Diário Oficial do dia 13 de janeiro de 1944, mudando os nomes de cidades que tinham relação com os países inimigos, foi por isso que Nova Dantzig passou a ser chamada de Cambé. (GONZALES NETO, 1992, p. 36)

No período de colonização das terras do norte paranaense, ocorreu a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, que ocasionou muitos prejuízos na economia do mundo ocidental e, como resultado, o número de trabalhadores sem emprego se tornou muito grande e a inflação muito elevada. Atenta a esse fato, a CTNP/CMNP intensificou a propaganda que existia no mundo

ocidental europeu sobre a qualidade e fertilidade das terras do norte paranaense e de como a vida em um mundo novo poderia ser promissora. Tais ações contribuíram de forma significativa para a imigração do povo Europeu à América do Sul e, conseqüentemente, para o Brasil.

Segundo Gonzales Neto (1992) no decorrer dos anos de 1930, Nova Dantzig cresce concomitantemente com toda a região Norte do Paraná, caracterizando um período de migração intensa, com a chegada de contínuas levas de brasileiros e estrangeiros, das diferentes regiões e naturalidades à procura de um futuro melhor.

Migraram para Nova Dantzig várias etnias, como os italianos, espanhóis, alemães, portugueses, libaneses, japoneses, incluindo também os brasileiros oriundos do estado de São Paulo, das regiões nordestina e mineira, atraídas pela intensa propaganda realizada pela companhia da fertilidade da terra e das possibilidades de compra de pequenos lotes (GONZALES NETO, 1992).

Gonzales Neto (1992) argumenta que o ordenamento territorial em lotes de tamanhos pequenos e médios em maior número foi estratégia da companhia para lançar suas bases de apropriação da renda da terra na região e logicamente no município. De toda forma, tal estratégia contribuiu para a formação de um espaço agrário peculiar, marcado pelo predomínio, em número, dos pequenos estabelecimentos rurais, predominantemente vinculados ao trabalho familiar.

Contribui para isso, a chegada dos trilhos da estrada de ferro que escoaria a produção e para o transporte das pessoas. A construção da estação ferroviária foi de imensa importância, pois facilitava a chegada de novos imigrantes e garantia de forma concreta a comercialização do café até os portos. Isso ocorreu em 15 de agosto de 1935. Bragueto (1996) argumenta que o prolongamento da ferrovia, por meio do capital inglês, resolveu o problema dos transportes e a partir disso abriram-se portas para o avanço da cafeicultura na região.

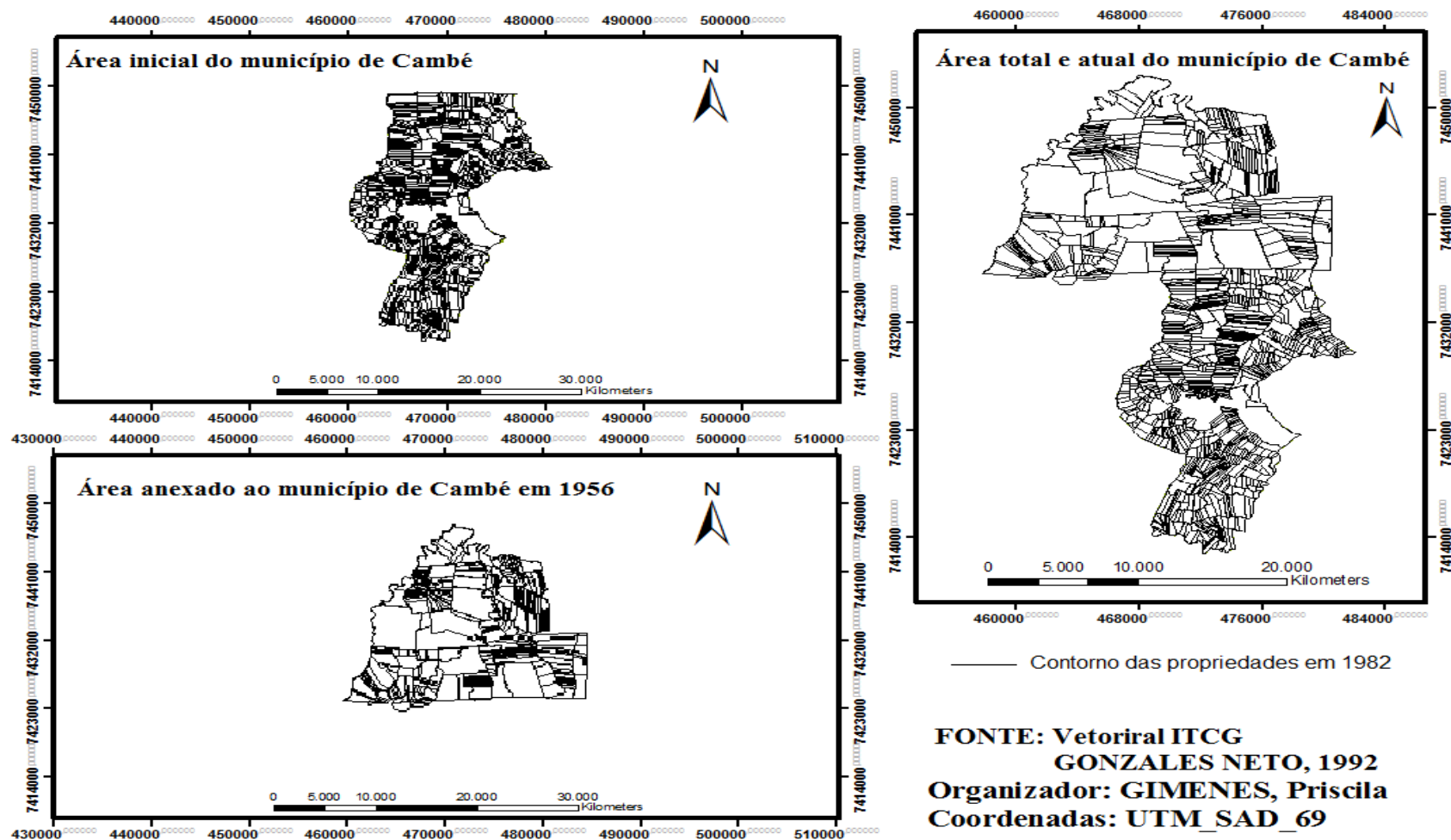
Cambé pertenceu a Londrina até 10 de outubro de 1947, ou seja, por dezessete anos, porém em 11 de outubro de 1947 ocorreu a sua emancipação. Gonzales Neto (1992) afirma que quando foi delimitado o município de Cambé, ele contava com 213 quilômetros quadrados, porém, em 1956 houve a anexação de parte do distrito da Prata, até então pertencente ao município de Bela Vista do Paraíso. Essa anexação ocorreu decorrente de um plebiscito realizado com os respectivos moradores do distrito (mapa 05).

A idéia do plebiscito surgiu com a contínua reclamação dos moradores daquela região com a falta de escolas e má conservação das estradas. Assim apesar de pertencer ao município de Bela Vista, Jacídio conseguiu a instalação de uma escola estadual na Fazenda S. José dos irmãos Artimonti e frequentemente enviava a moto-niveladora para consertar as estradas. A moto-niveladora várias vezes foi apreendida por fiscais de Bela Vista, criando um clima de tensão entre as duas prefeituras. O plebiscito constituía a solução ideal da questão, o que foi feito. Como era previsto, a maioria da população optou pela incorporação a Cambé, com que o território de Cambé foi praticamente dobrado. (GONZALES NETO, 1992, p. 100)

De acordo com Gonzales Neto (1987) foram incorporados a Cambé um pouco mais de dez mil e quinhentos alqueires de terra, somados aos dez mil alqueires do seu antigo território, o que totalizou um pouco mais de vinte mil e quinhentos alqueires. Cambé passou a possuir uma área territorial de 496,122 quilômetros quadrados. Houve desta forma, um aumento da área do município e naturalmente um acréscimo no número de propriedades, pois a Companhia de Terras do Norte do Paraná havia negociado as terras até o conhecido km 12 (até então, o marco do final do território de Cambé) e daí em diante começavam as grandes propriedades que pertenciam ao município de Bela Vista do Paraíso.

O distrito da Prata era (e continua sendo) formado por grandes fazendas e, na época de sua anexação, de acordo com o senhor **JF** “essas fazendas possuíam uma vida própria, com suas imensas colônias, algumas possuíam escolas, máquinas de beneficiamento de café e até farmácia, isso sem falar nas famosas vendas. Os grandes fazendeiros abrigavam em suas colônias, famílias de agricultores que chegavam a ter mais de oito filhos. Existia uma imensidão de gente aqui. Todos eram compadres, se conheciam e um ajudava o outro, principalmente nas trocas de alimentos: se eu plantava mandioca e o outro feijão, a gente trocava. No mercado a gente só comprava o que não conseguia produzir” (Entrevista realizada em 21/11/2011).

## MAPA05: ANEXAÇÃO DO DISTRITO DA PRATA AO MUNICÍPIO DE CAMBÉ EM 1956



A economia do município era diversificada, formada por grupos de produtores familiares, cujo princípio básico estava fundamentado na sobrevivência de suas famílias, pois, segundo Gonzales Neto (1992), Cambé teve uma produção de lavouras alimentares significativa para a economia local em 1938. (Quadro 01).

**Quadro 1** – Principais culturas produzidas em Cambé em 1938

Produtos cultivados	Produção em Kg
Milho	5.409.360
Feijão	696.990
Café	185.510
Arroz	27.760

**Org.:** GIMENES, Priscila

**Fonte:** GONZALES NETO, 1992, p. 30

Porém, esses dados estão presentes apenas em alguns livros que contam a história do município pois, como previamente citado, Cambé pertenceu a Londrina até 1947. Desta forma, somente temos dados de produção segundo o censo/IBGE a partir de 1950. Gonzales Neto (1992, p. 30) ainda destaca que “em 1938 existiam, nas imediações de Cambé, cerca de 800.000 pés de cafés em formação.”

Por meio desse quadro, constatamos que a preocupação inicial das famílias estava em produzir alimentos, enquanto o café se formava, o que deixa clara a importância dada à alimentação de suas famílias. O excedente era comercializado na cidade, gerando uma renda que possibilitava ao produtor se manter até as vindouras colheitas de café.

Inicialmente o produtor se restringia à produção de alimentos, ou seja, mandioca, arroz, feijão e milho. A partir do segundo ano passa também a plantar algodão, que juntamente com a venda de porcos (daí também a grande quantidade de milhos cultivada), do café a partir do quarto ano, e de outros produtos, contribuem para o pagamento do lote. (BRAGUETO, 1996, p. 124)

Desta forma, as lavouras alimentares e intercalares se destacavam como de fundamental importância para a manutenção dos membros da família, não simplesmente para o abastecimento interno, mas também para comercialização. Afinal era com a renda gerada pela venda dos produtos cultivados que muitos agricultores se mantiveram na propriedade e pagaram sua prestação até a safra do

café. Ou ainda quando ocorriam fenômenos climáticos adversos. Tais fatores caracterizavam as propriedades como de policultura.

De acordo com Bragueto (1996) quando o agricultor familiar adquiria sua terra pela CTNP/CMNP, ela estava inicialmente coberta por vegetação. Posteriormente, após a compra do lote, ocorria a derrubada dessa vegetação para a limpa e, grande parte da madeira extraída era comercializada proporcionando uma renda inicial aos agricultores.

É em razão do sistema fundiário de pequenas e médias propriedades e por serem constituídas (via de regra) de agricultores familiares, que a área rural se tornou dinâmica, tanto em população como em culturas diversas, o que possibilitou o crescimento e abastecimento urbano.

Já em 1950, com Cambé já emancipada, os dados de produção das principais lavouras cultivadas, ainda davam conta de predomínio dos mesmos cultivos do quadro 01, porém a quantidade produzida se inverte, com o café se destacando agora como principal produto, apesar de o traço alimentício, característico da agricultura familiar, persistir. (quadro 02).

**Quadro 2** – Principais culturas produzidas em Cambé em 1938

Produtos Cultivados	Produção em Kg
Milho	8.671.000
Feijão	722.000
Café	120.830.000
Arroz	538.000

**Org.:** GIMENES, Priscila  
**Fonte:** IBGE – Censo 1950.

O café, como fica evidente, é a única lavoura permanente de importância econômica, assim como é o principal produto cultivado para exportação. Porém, as culturas alimentares predominavam de forma quase que absoluta entre as lavouras temporárias, como o milho, o feijão e o arroz, que continuavam sendo produzidos e o excedente comercializado na área urbana. A conjugação dessa cultura com as características da agricultura familiar na área consolidaram uma agricultura baseada no trabalho familiar e na policultura. Porém, vinte e cinco anos mais tarde aconteceriam drásticas transformações.

### 3.2 A INCORPORAÇÃO DO PARANÁ E DE CAMBÉ AO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DA BASE TÉCNICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Mais especificamente a partir de 1975, articulado na conjuntura nacional, o município começa a trilhar novos caminhos em busca do utópico “crescimento/desenvolvimento”. Porém sob a ótica do capital industrial, obedecendo às regras da divisão social e territorial do trabalho, que determinam as novas relações.

É importante ressaltar que a agricultura brasileira sempre se apresentou, ao longo da história, subordinada à lógica do capital em suas diferentes faces, caracterizando-se como um setor de transferência de riquezas. Deste modo, dentro do seu processo de reestruturação da base técnica produtiva da agricultura, mais conhecida como modernização e/ou tecnificação da agricultura, devemos dar significado maior à sua mundialização, ou seja, a junção entre o capital nacional e o internacional e à sua inserção na divisão internacional do trabalho ou, ainda, à penetração do modo de produção capitalista no campo brasileiro.

Segundo Chesnais (1996), a mundialização do capital originou um novo contexto histórico caracterizado por profundas e significativas transformações que, apesar de marcadas pelas contradições do capital, abriram uma nova fase no curso histórico de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias.

Essa mundialização ocorre pela integração da agricultura no sistema capitalista mundial através da intervenção do capital dominante no processo produtivo agrícola e “esta intervenção [...] indica claramente que o capital não é a soma de capitais individuais; é mais do que isso: é global [...]” (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 32).

Desta forma, Chesnais (1996, p.13) salienta que a mundialização do capital se refere a uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulamentação”. Ela colabora para acentuar os problemas estruturais e conjunturais do mundo atual, privilegiando os interesses específicos da classe dominante, deteriorando as condições de trabalho e não se limitando a um ou outro setor produtivo.

A reestruturação da base técnica produtiva no Brasil não foi mensageira de um processo de construção e consolidação de amplo mercado interno. Ela ocorreu excluindo, simplesmente porque se fundou na produção

condicionada de tecnologia, capitais e até mesmo de consumidores externos para bens sofisticados, considerando o padrão de renda nacional.

Antonello (2009, p. 29) salienta que:

[...] o modelo de desenvolvimento econômico pautado no padrão industrial dos países de capitalismo avançado, particularmente no modelo fordista espreado pelo mundo pós-segunda Guerra Mundial não ocorre da mesma forma nos países considerados periféricos na divisão internacional do trabalho, nos quais a internacionalização da indústria deu-se como sombra do fordismo central. Entrementes, um grupo de países periféricos começa a convulsionar o seu espaço socioeconômico, via defesa da industrialização, para realizar a passagem da especificidade produtiva agrária – exportadora, para a industrial.

A partir desse fato, caracterizamos não somente a reestruturação da base técnica produtiva da agricultura brasileira, mas de uma maneira geral a reestruturação que ocorre de maneira intensa nos países subdesenvolvidos, fenômeno que se iniciou definitivamente a partir do pós-guerra, em especial, no início da década de 1950. Os países subdesenvolvidos limitaram-se basicamente a um processo de industrialização intensiva, que se configuravam e se configuram como sinônimo de desenvolvimento econômico.

[...] entre as principais transformações nas relações entre os diversos setores da economia, encontra-se a progressiva mudança nas relações entre a agricultura e a indústria, com o setor agrícola redefinindo o seu papel no conjunto da economia, na base da subordinação ao complexo industrial. [...] o Estado teve papel importante ao recolocar e influenciar a estrutura produtiva agrícola na nova conformação de acumulação industrial. Com o golpe militar de 1964, os debates sobre os caminhos da agricultura se “restringem”, à necessidade de modernização da mesma, com as políticas governamentais para o setor se resumindo a este aspecto, contrapondo-se às mudanças nas formas de uso e posse da terra, ou seja, eliminando qualquer possibilidade de reforma agrária. (BRAGUETO, 1996, p. 167-168)

As mudanças que se processaram na agricultura brasileira, principalmente a partir do final da década de 1960, caracterizaram uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, dando origem a um novo padrão de produção agrícola.

[...] A alteração da base técnica da agricultura, associada à articulação com a indústria produtora de insumos (fertilizantes, vacinas, herbicidas etc.) e bens de capital para agricultura (tratores, implementos agrícolas etc.), e também com a indústria processadora de produtos naturais levou à formação do chamado “complexo agroindustrial” ou “*agribusiness*”, isto é, a idéia de “industrialização da agricultura”. (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 43)

Desta forma, compreendemos que nas décadas posteriores a 1970 ocorreram transformações bruscas nos padrões produtivos tanto no campo (com o violento processo de modernização da agricultura, caracterizando uma expressiva concentração da terra, a expulsão em massa dos trabalhadores rurais que não possuíam a posse legal da terra e com a implantação de novos produtos agrícolas) como na cidade (que se assinalou como uma das únicas opções para muitos trabalhadores destituídos do direito de trabalharem na terra). As cidades passaram por um intenso processo de industrialização que só foi possível devido à entrada da grande massa de trabalhadores recém-chegados do campo.

A reestruturação do setor agrícola com forte intervenção estatal, privilegiou, em seu pacote de inserção, o uso de sementes selecionadas, insumos químicos, irrigação, mecanização agrícola e variedades genéticas das culturas.

Entretanto, esse processo se inicia em algumas regiões do país de forma isolada. É somente a partir dos anos de 1960, com a implantação de empresas produtoras de bens industriais, que se deu o salto para a utilização de equipamentos e produtos industrializados, podendo se falar em uma industrialização da agricultura.

A modernização da agricultura estava ligada de várias formas ao surto de desenvolvimento industrial. Por um lado deveria ampliar os mercados para os ramos industriais produtores de máquinas, equipamentos e outros insumos modernos para a agricultura. Por outro lado deveria aumentar a oferta de matérias-primas para a indústria de transformações, assim como, com a diversificação da pauta de produtos agrícolas exportáveis gerar recursos para reduzir os desequilíbrios de pagamentos externos. (BRAGUETO, 1996, p. 168)

Segundo Martins (1981) esse modelo tinha como plano de fachada equiparar a agricultura brasileira ao alto nível de rentabilidade e de produtividade da agricultura dos países desenvolvidos, em especial à dos Estados Unidos. Porém, para chegarmos a tal ponto seria necessário adquirir um pacote tecnológico que ficou conhecido como Revolução Verde, baseada na grande transformação da base técnica dos processos agropecuários, no aumento do uso da força mecânica em detrimento da força de trabalho humano, na substituição da adubação natural pela adubação química, o controle químico de pragas e doenças e também o uso de sementes melhoradas, ampliando o mercado de produção e venda desses produtos.

O sustentáculo de todo esse processo de adequações da agricultura brasileira, foi e ainda é o Estado, que criou e cria políticas de financiamento a juros subsidiados, que foram e são preferencialmente destinadas aos grandes produtores para a compra de máquinas, sementes e insumos.

Assim sendo, o governo nacional implantou vários instrumentos para a consolidação da modernização agrícola. Porém, o Estado, ao invés de criar uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, instituiu uma política promotora de desigualdades, devido ao seu caráter seletivo. Essa seletividade se deve ao modo como ocorreu, em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrado, sobretudo e inicialmente nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores.

Conforme Martins (2011), essa caracterização de políticas criadas e instituídas pelo Estado para o benefício das elites é devido ao fato de que a política se move separada da economia e da sociedade, que por sua vez é um corpo estranho em face da política e da economia. Esta então triunfa solitariamente à beira do abismo do seu próprio e descontrolado progresso, pois a realidade brasileira foi profundamente alcançada por um modelo de desenvolvimento capitalista, desenraizador, no qual as oligarquias brasileiras colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, alocando a seu controle todo o aparelho de Estado.

O governo brasileiro, sob o controle das oligarquias nacionais e internacionais, visa única e exclusivamente o crescimento *econômico*, porém, a economia não cresce sozinha e separada das outras dimensões da vida social. Contudo, podemos considerar e parafrasear Martins (2011) quando alega que é a modalidade de crescimento econômico que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira.

[...] o crescimento econômico apenas reduzirá a pobreza rural e urbana se os níveis iniciais de desigualdade e pobreza não forem muito altos. Nos países nos quais, no início do processo, há uma grande desigualdade, como no caso do Brasil, o crescimento por si só é completamente ineficaz na redução da pobreza e desigualdade. [...] (LEITE; ÁVILA, 2007, p.58. Grifo do autor).

Visando o crescimento econômico, a produção agrícola é orientada para a exportação e recebe grandes incentivos e financiamentos do Estado, em

detrimento da agricultura voltada para o abastecimento do mercado interno. Porém, os benefícios e créditos rurais passam a ser orientados, então, principalmente para o cultivo de gêneros agrícolas como a soja, o trigo, o milho, a laranja e a cana-de-açúcar, ou seja, produtos de maior valor no mercado internacional.

O Estado, fortemente estruturante, impôs as políticas econômicas necessárias ao avanço da industrialização e da modernização “conservadora” do agro, ainda ampliando consideravelmente nosso volume de comércio exterior, aproveitando-se do substancial aumento que ocorria no período do comércio internacional. (CANO, 1993. p.19)

Excepcionalmente, afirmamos que o Brasil descobriu, a partir dos anos de 1970, a fórmula mágica pela qual não seria necessário mudar as relações presentes até então, principalmente distribuir renda. Poderíamos industrializar sem que de fato ocorresse desenvolvimento<sup>4</sup>. Alcançaríamos elevados níveis de integração industrial e de sofisticação tecnológica e, no entanto, continuaríamos com uma imensa população pobre, de excluídos ou marginalizados, sustentando um país concentrador de riquezas, pois no Brasil:

[...] Ao contrário do que ocorre no modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital, *no modelo brasileiro, o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais*. O empresário pagava pela terra, mesmo quando se tratava de terra sem documentação lícita e, portanto, produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente do governo, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. *O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado, modernizando-o*. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo, ao contrário, pois o incentivo fiscal oferecido pelo governo é como um soro para o latifúndio, fazendo com que surja, após o término do regime militar, em 1985, [...] uma nova elite oligárquica, com traços exteriores muito modernos e de mentalidade politicamente arcaica. (MARTINS, 2011, p. 122. Grifo do autor)

Podemos perceber que o governo militar teve seu término, mas suas ações reluzem na sociedade até os dias de hoje. A aliança que ele possibilitou existir

<sup>4</sup> O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 31)

na estrutura fundiária brasileira entre terra-capital ou, definido de outra maneira, a conciliação renda-lucro, surgiu e se recria como uma muralha contra a possibilidade de qualquer alteração substancial nas ordens políticas e sociais.

Houve uma articulação engendradora entre os setores industriais e os proprietários de terra, pois por um lado (industriais) as alianças eram necessárias para implementação do projeto de desenvolvimento capitalista, e por outro (proprietários de terra) esse pacto poderia, como assim o fez, preservar a estrutura fundiária e as formas de dominação e controle social no campo.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, [...] teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades da renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, cresceu a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo, agravaram-se as condições ambientais. (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 43)

A dinâmica da agricultura passou a ser constituída pela dinâmica conjunta da indústria para a agricultura e da agricultura para a agroindústria. A partir daí se consolidam a formação dos Complexos Agroindustriais<sup>5</sup> (CAIs) com o setor agrícola passando a integrar-se em vários complexos.

Todos esses processos de transformações foram amparados pelo Estado, que estimulou a expansão das indústrias e da absorção de seus produtos pelos agricultores por meio de diversos incentivos. O principal deles, o da política de financiamento rural, institucionalizado, em 1965, foi o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

Neste sentido, Iokoi (1991) considera que foi planejado um modelo de desenvolvimento industrial com base SNCR apoiado pela economia transnacional, sendo necessário para sua realização, a apropriação das estruturas históricas e sua submissão à lógica da reprodução, e não a eliminação da excessiva concentração fundiária, como fundamento do novo sobre o velho padrão de acumulação, uma vez que foi pelos incentivos fiscais que os ramos da produção

---

<sup>5</sup> Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MULLER, 1989, p.41).

industrial e/ou de especuladores se apropriaram de parcelas de terras que atualmente controlam o território.

O Estado se tornou o principal agente promotor da modernização agrícola ao mesmo tempo em que consolidou um padrão de desenvolvimento calcado na agricultura capitalista.

Por meio desta lógica, passa a ocorrer, juntamente com o SNCR, um grande investimento na produção e aquisição de maquinários como tratores, semeadeiras, pulverizadores e insumos como fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas, necessários para alcançar um aumento da produtividade. Todavia, essa aquisição só se torna possível inicialmente para os grandes proprietários rurais. Viável economicamente apenas se praticada no sistema de monocultura, cultivo de um único gênero agrícola em grandes extensões de terra.

A agricultura de exportação de oleaginosas se tornou a maior beneficiada pelos créditos e financiamentos rurais. Assim, o processo de mecanização e tecnificação da produção agrícola ocorrem de maneira extremamente desigual no território brasileiro.

Porém, constatamos essa realidade no campo cambeense por meio de conversas com agricultores, pois de acordo com o agricultor **JM** “a gente tem que tentar comprar o que o mercado oferece pra melhorar a produção, mesmo que a gente gaste um pouco mais, tenha que fazer algum empréstimo, economizar com as coisas de casa, melhorar a horta. Temos sempre que tentar, porque sabemos que se chover no tempo certo teremos uma renda um pouquinho maior, e se acontecer algum problema com a safra dos países lá fora, o preço melhora e muito pra gente. E também tem as empresas que hoje são mais camaradas, facilitam e muito nossa vida. Elas vendem o que precisamos, como venenos, sementes, adubos, máquinas e só recebem quando a gente vende nossa colheita”. (Entrevista realizada em 20/09/2011).

Essa mecanização e tecnificação, muito embora baseada em leis, foi e é cruelmente acompanhada de expropriação e de exploração dos trabalhadores rurais, pelo fato que a modernização da agricultura não acabou com a pobreza rural e a precariedade das condições de emprego, assim como também não promoveu a distribuição igualitária dos “frutos do crescimento”, aumentando ainda mais as desigualdades sociais. Segundo Medeiros (2003), as lideranças dos grandes proprietários fundiários afirmavam que a tecnificação traria um aumento da

rentabilidade da agricultura acarretando melhoria das condições de vida e trabalho daqueles que viviam no campo. Porém, o que vemos é um processo desigual e concentrador.

[...] Contudo, ao longo das transformações que implicaram modernização tecnológica das atividades agropecuárias por meio da mecanização em larga escala, introdução de insumos químicos, aumento da produtividade, da agroindustrialização, da redução drástica da população rural em relação à urbana, da expansão da fronteira agrícola, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram e a demanda por terra se intensificou. O rápido processo de modernização trouxe consigo a expropriação de uma parcela significativa dos trabalhadores que viviam no interior das fazendas (como colonos, moradores, parceiros, arrendatários). [...] (MEDEIROS, 2003, p. 25)

O desigual e concentrador processo de reestruturação da base técnica da agricultura brasileira fizeram com que esta se tornasse uma atividade cada vez mais especializada em algumas regiões, caracterizando-se pelo uso intenso de máquinas que substituem em grande escala o trabalho do homem, sendo pouco a pouco dispensada, a mão-de-obra das famílias rurais, pois o projeto de tecnificação da agricultura foi um estimulador da concentração fundiária.

No discurso oficial as políticas públicas agrícolas para modernizar os meios de produção no campo e, com isso, elevar o padrão de vida das populações que viviam no meio rural, iriam dar a elas maiores possibilidades de consumo. Todavia, essas orientações tomaram outros rumos: a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade. Nesse sentido, Santos (1994) aponta que entre 1960 e 1980, o Brasil conheceu o maior êxodo rural de sua história. Um êxodo forçado. Milhares de pessoas foram “expulsas” do campo; não lhes restava outra opção senão migrarem para as cidades. Esse fato constitui um terrível processo de desterritorialização forçada pelo capital. (MATOS, 2011, p. 295)

Por meio do modelo agrícola paranaense podemos visualizar as consequências da tecnificação da agricultura brasileira, pois esse novo padrão de agricultura, com intensas mudanças na produção, foi marcado, nas últimas décadas, pelo aumento da concentração das terras, pela rápida valorização dos seus preços e, principalmente, pelo baixo nível de absorção da mão-de-obra na agricultura, acarretando a expulsão de milhões de famílias agricultoras de suas terras.

[...] o projeto modernizador traz em seu bojo a violência, entendida não somente como violência física - assassinatos, destruição material e cultural - mas também como negação dos direitos aos trabalhadores, portanto, de cidadania. O resultado dessa dupla violência foram milhares de pessoas desenraizadas social e culturalmente, perambulando de um lugar para o outro em busca de sobrevivência, sem eira nem beira, já que foram obrigados a deixar para trás tudo o que possuíam. Transformaram-se em verdadeiros errantes. Um dos pontos de parada foi a periferia das cidades. Data desse período o gigantesco crescimento das cidades brasileiras, sobretudo das metrópoles, e o progressivo esvaziamento populacional do campo. Esse fenômeno foi o resultado da expulsão dos trabalhadores e não simplesmente do êxodo rural. As pessoas não foram para as cidades atraídas por luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico, mas como espaço cultural, como um lugar onde foi possível criar um modo de vida caracterizado pela sociabilidade baseada nas relações com parentes e vizinhos e na religiosidade, capaz de unir a natureza, a terra, as pessoas e os santos padroeiros. (SILVA, 2004, p.40)

Assim, Silva (2004) salienta que essas políticas de tecnificação da agricultura brasileira, historicamente tentam excluir um setor importante da produção: a agricultura realizada pela família, pois esse processo, ao se desenvolver de forma excludente atinge de forma desigual o Brasil, porque se concentrou e se concentra apenas para alguns agricultores, em especial os médios e grandes. Somente em algumas regiões, como o sudeste o sul e o centro-oeste, e para alguns cultivos, com foco principalmente no mercado externo, ou seja, nos produtos voltados à exportação.

Desta forma, conforme afirma Cano (1993), essas mudanças tecnológicas apresentam na verdade um complexo conjunto de transformações em escalas diversas (micro e macro) políticas, industriais, tecnológicas, econômicas, financeiras, organizacionais e de relações laborais, pois os incentivos ofertados pelo Estado privilegiaram o grande capital agrícola, enquanto estimulavam a expropriação e a expulsão do homem do campo; intensificou-se a concentração fundiária; foram privilegiadas as regiões mais desenvolvidas e os grandes produtores rurais, aumentando ainda mais a acumulação de capital nesse segmento.

[...] as vantagens asseguradas pelo Estado, no contexto da política de modernização, atraíram para as atividades agropecuárias e agroindustriais, mas, sobretudo para a especulação fundiária, capitais das mais diversas origens, criando-se uma consolidação de interesses em torno do negócio com a terra embutida na própria máquina do Estado. [...]. (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 48)

Cano (1993) conclui que mesmo com essas políticas voltadas às transformações, a sociedade brasileira permanecia e permanece conservadora, pois as elites almejavam e almejam uma modernização completa nas áreas urbanas, já para o setor rural essa modernidade deveria e deve se realizar de forma parcial, porque essas elites impossibilitaram e impossibilitam que ocorra de fato uma reforma agrária<sup>6</sup>, como ocorreu nos países desenvolvidos.

A não reforma agrária e os grandes atrasos de uma modernização adequada no campo agravaram o êxodo rural, o que potencializou o crescimento urbano desordenado e desigual, que foi acelerado pela industrialização, mas principalmente pela manutenção do atraso baseado na modernização conservadora<sup>7</sup>, pois não se trata de uma modernização auto-sustentada e diligente, mas de uma modernização induzida amparada pelo Estado e paga pela sociedade.

Por meio dessas afirmações concordamos com Martins (1994) pois:

[...] A propriedade latifundista da terra se propõe como uma sólida base de orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. [...] A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. (MARTINS, 1994, p. 12;13)

[...] na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, na se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho [...] (MARTINS, 1994, p. 30).

O setor agrícola paranaense se inseriu no processo de modernização, apresentando alterações significativas na sua estrutura técnica e produtiva. As inovações tecnológicas foram responsáveis pela mudança na pauta da produção.

As bases da atual estrutura produtiva paranaense e, conseqüentemente, de Cambé foram introduzidas definitivamente a partir dos anos de 1970, quando o governo moldou as condições para realizar uma agricultura

---

<sup>6</sup> [...] a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais (OLIVEIRA, 2007, p.69)

<sup>7</sup> Segundo Graziano da Silva (1982), a modernização foi conservadora na medida em que “conservou”, as antigas estruturas de concentração de terras e de renda, ou seja, as bases das desigualdades sociais permaneceram inalteradas. Apesar do aumento das riquezas geradas pelas grandes safras, seus lucros permaneciam concentradas nas mãos dos grandes capitalistas.

denominada moderna. É precisamente a inserção da cultura da soja a partir dos anos de 1970 o elemento mais representativo da modernização da agricultura no campo paranaense, especialmente no norte do Estado.

É a partir deste período que o café (lavoura permanente) passa a se transformar em uma cultura de menor representatividade econômica no norte do paranaense e a soja (lavoura temporária) passa ser o grão mais cultivado. Isso pode ser verificado por meio da tabela 02 e do gráfico 01 a seguir, pois eles demonstram a área dos estabelecimentos do município objeto deste estudo e o tipo de lavoura para que o campo cambeense começa a se dedicar.

De acordo com os dados da tabela 02 e do gráfico 01, verificamos que até o ano de 1970 a principal lavoura cultivada era a permanente, no caso o café. Porém, a partir da inserção do Paraná no processo de modernização da agricultura, com a inserção de culturas denominadas modernas, como as oleaginosas, o café se torna uma cultura menos atrativa aos agricultores nos anos seguintes.

[...] A partir de então se delineia um claro predomínio das lavouras para exportação e/ou para o atendimento das agroindústrias (mesmo o milho a partir de então passa a atender basicamente as indústrias de óleos e rações animais), as quais são altamente mecanizadas e poupadoras de mão-de-obra. (BRAGUETO, 1996, p. 88)

Desta forma, um dos aspectos mais importantes a serem destacados são que as lavouras permanentes vinham aumentando sua importância, porém, a partir de 1970 entram em franca decadência e em 1975, cinco anos após último censo agropecuário, as lavouras temporárias passam a se destacar com consequente aumento das lavouras temporárias e das pastagens. Isso devido aos incentivos fiscais e os créditos bancários, derivados do SNCR.

A partir de 1975 as lavouras temporárias incorporam praticamente a mesma quantidade de terra que as lavouras permanentes e a partir de então, elas passam a se destacar como a atividade econômica mais importante da região (em termos de área ocupada).

Bragueto (1996) destaca que esse extraordinário aumento das lavouras temporárias se iniciou com um crescimento vertiginoso das culturas incentivadas pelas políticas oficiais, ou seja, com demanda de insumos químicos e máquinas, voltadas a atender as agroindústrias processadoras, o mercado externo

e, recentemente, as políticas energéticas, no caso da cana-de-açúcar. Entretanto, além de toda política de incentivo à produção da soja, houve ainda fatores regionais que contribuíram para a expansão dessa lavoura.

Nessa conjuntura, os governos federal e estadual introduziram os elementos necessários à condução das transformações quantitativas da agricultura paranaense. Porém a intensa geada que ocorreu em julho de 1975 acelerou, no Paraná, o processo de erradicação do café e a sua substituição por outras culturas.

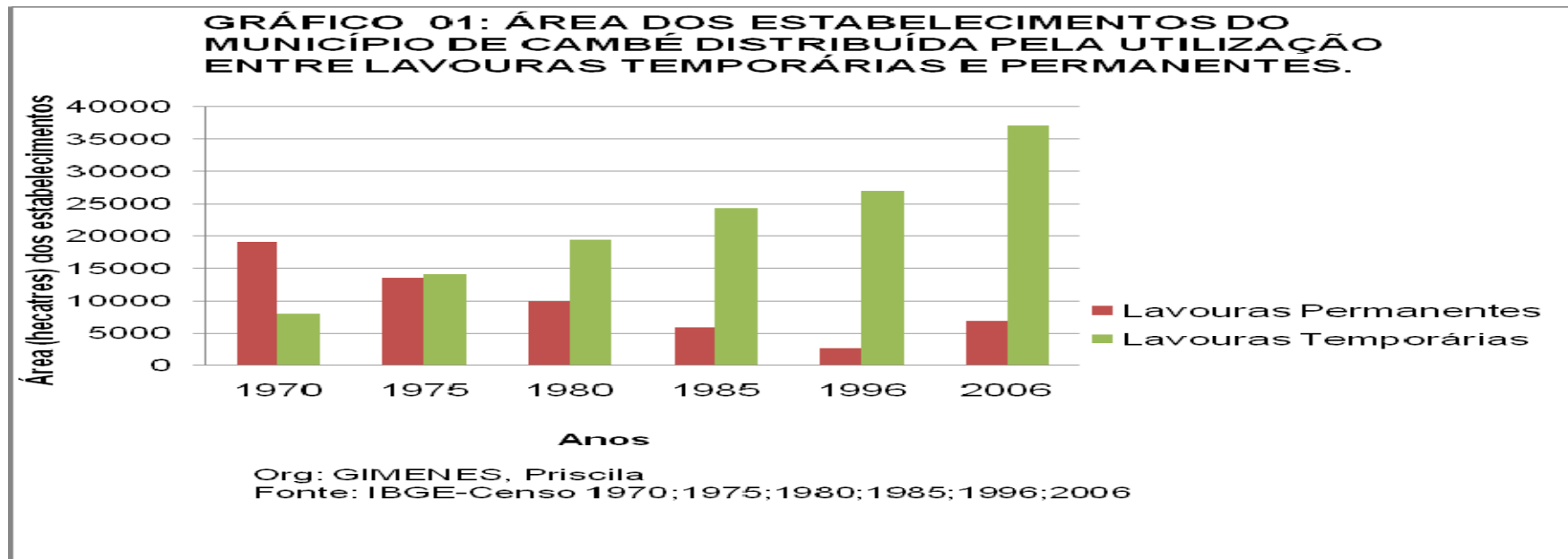
Conforme assinalada Bragueto (1996), com o objetivo de acelerar o crescimento industrial paranaense, praticamente toda indústria de maior complexidade se instala no estado, principalmente após 1975, com foco na região metropolitana de Curitiba, e outras que se instalam no Norte do estado, principalmente nos municípios de Maringá e Londrina: dois pólos regionais. São, em geral, agroindústrias de capital multinacional e ligadas à transformação da soja. Podemos afirmar que até o final da década de 1970 assistimos à redefinição da forma agrícola de produzir. (CARNEIRO, 2002,p.335).

**Tabela 02 – Área dos estabelecimentos (hectares) distribuída pela utilização no município de Cambé**

ANOS	Lavouras			Pastagens		Matas		Terras incultas
	Permanentes	Temporárias	Em descanso	Naturais	Artificiais	Naturais	Reflorestadas	
1970	19171	8127	X	3735	7627	2506	231	847
1975	13640	14052	145	1106	11897	1590	506	1274
1980	9987	19497	130	1420	9272	1704	397	292
1985	5871	24349	157	1162	7305	1673	370	189
1996	2672	27070	255	202	6483	2183	359	37
2006	6975	37096	X*	X	X	X	X	X

Org: GIMENES, Priscila

Fonte: IBGE-Censo 1970;1975;1980;1985;1996;2006



\* A letra X aparece na tabela 02 devido a não compatibilidade dos dados encontrados, razão pela qual não foram inseridos na tabela.

Os anos de 1980 a 1985, tendo em vista a conjunta econômica nacional, podem ser considerados um “período marcado por crises e instabilidade econômica, as quais impuseram alguns limites ao desempenho e incorporação do capital à estrutura produtiva brasileira” (CARNEIRO, 2002). Esses limites, conseqüentemente, foram sentidos no Paraná. Todavia, essa instabilidade não afetou de forma significativa as metamorfoses pelas quais a agricultura paranaense (e conseqüentemente a cambeense) estavam passando. As lavouras temporárias praticamente triplicam a área de cultivo em relação às lavouras permanentes. Ou seja, as lavouras mais tecnificadas e com menor necessidade de trabalhadores, passam a ocupar o posto de principal cultivo agrícola do município e da região.

Na década de 1980 há uma significativa tendência à incorporação de novas áreas com lavouras temporárias e pastagens com conseqüente perda de área ocupada das lavouras permanentes.

Na década de 1990, as mudanças verificadas no setor agrícola do estado na década anterior, se tornam mais rápidas em decorrência da abertura comercial e da valorização do câmbio. Intensifica-se o deslocamento regional da produção agrícola em direção a áreas não utilizadas pelos agricultores anteriormente como as matas, ou em virtude da declividade, fatores climáticos ou por serem áreas de pastagens. Há uma mercantilização cada vez maior da produção agrícola.

Já no censo de 2006, averiguamos que as lavouras temporárias (soja/trigo) continuam sendo o principal interesse dos agricultores e claramente do governo, pois mesmo na atualidade, a soja é o principal produto de cultivo e de exportação. Deste modo o cultivo de culturas temporárias como as oleaginosas ocupam a liderança no conjunto da economia paranaense.

Outro aspecto muito importante é a diminuição de terras incultas e em descanso produtivas e não utilizadas. Segundo Bragueto (1996) isso ocorreu em razão da maior utilização destas terras para a “farta” concessão de créditos rurais, com maiores taxas de subsídios. Tudo isso devido à expansão das fronteiras internas das propriedades juntamente com obtenção do crédito subsidiado, além da própria mecanização, que exigia uma expansão da área trabalhada para evitar a ociosidade dos maquinários. Porém, grande parte deste crédito foi desviado para outros fins, inclusive para a compra de novas terras, que podem ter sido incorporadas com novas atividades produtivas.

Consequentemente, esse processo de tecnificação, modernização ou industrialização foi insuficiente, em razão de ter imposto condições de produção visando primeiramente os grandes produtores. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram trágicas, pois expulsou a mão-de-obra rural familiar para centros urbanos ou áreas de fronteira agrícola, além da exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à tecnificação, ou que possuíam a posse precária da terra.

Bragueto (1996) esclarece que a diminuição mais intensa ocorreu no âmbito dos produtores familiares, fruto do movimento de alterações tecnológicas, ampliação da sojicultura (que exigia um maior emprego de capital), na utilização de máquinas e insumos que inviabilizavam a parceria, cujo fundamento e a utilização da força de trabalho familiar.

Assim, parafraseando Freitas Filho (1991), podemos afirmar que o uso de máquinas nas lavouras se destacou como um poderoso instrumento na substituição da mão-de-obra, produzindo a espoliação de amplos setores sociais (meeiros, arrendatários, parceiros, agregados, peões e filhos de pequenos agricultores) que passaram a perder a posse, a propriedade ou o uso da terra.

Segundo Iokoi (1991), algumas regiões brasileiras consideradas regiões produtoras de grãos, foram estimuladas pelo governo a mecanizar a produção, fator que somado ao aumento do preço da soja forjou a concentração de terras e de capitais, “liberando” grande parte dos trabalhadores rurais e arruinando uma parcela importante da população do campo, devido à mecanização da agricultura, com política agrícola voltada à agroindústria de exportação.

A ação do Estado na articulação e formação de grandes cooperativas no Sul do Brasil via política de cooperativismo, abriu a possibilidade de expansão da cultura da soja [...]. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul têm hoje grandes produções desse produto destinadas principalmente para exportação e cultivadas em rodízio com o trigo. Esse também se expandiu por causa das políticas governamentais de estímulo ao plantio [...]. Assim, o binômio soja-trigo marca sobremaneira essa porção do território brasileiro. (OLIVEIRA, 2007, p. 96)

Podemos afirmar que grande parte do processo de industrialização brasileira foi e é direcionado às práticas agrícolas de exportação. Elas incentivaram

e incentivam a inserção de sementes modificadas, de novos agrotóxicos, de implementos agrícolas, de políticas de crédito, enfim, visando apenas seus benefícios.

Igualmente, percebemos que houve redefinição na forma de produzir, com consolidação da produção agrícola em base material industrial, sendo essa redefinição marcada por especializações de certos territórios em produzir vinculados e dependentes da indústria.

De tal modo, o governo juntamente com o capital internacional se uniram para subordinar a agricultura ao capital, pois a intensificação das relações entre agricultura e indústria acarretam uma mercantilização cada vez maior da produção agrícola, pois as alterações técnicas (de maneira desigual as fases do processo) de produção agrícola, alterando as condições da força de trabalho e o tipo de trabalho que sobressai.

A industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de *internacionalização da economia brasileira*, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado. Portanto, está relacionado, por exemplo, como o mecanismo da dívida externa. Por intermédio desse mecanismo, diferentes governos brasileiros têm tomado dinheiro emprestado no mercado financeiro internacional com a finalidade de ampliar a sua produção, particularmente no setor industrial. Para pagar a dívida o país tem que exportar, isto é, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais. [...] O processo de internacionalização da economia brasileira tem revelado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobretudo, pela industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como processo de introdução do *modo industrial de produzir* no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura. (OLIVEIRA 2007, p.76-77).

Todas essas transformações nas técnicas da agricultura tiveram um impacto socioterritorial muito grande, principalmente quando acarretou a expulsão de muitos dos camponeses, quando transformou e modificou as relações de trabalho e de produção no campo, sendo elas visadas para o crescimento industrial e não social além da estrutura fundiária de cada região.

O município de Cambé é um dos diversos muitos que foram incorporados a esse processo de tecnificação no qual o homem do campo se encontra sem “serventia” e obrigado a migrar para cidade ou para outras áreas de fronteiras em busca terras.

O desenrolar do impacto socioterritorial pode ser analisado através do censo demográfico, pois com ele podemos entender que quando técnicas de produção mecânica foram introduzidas, modificou-se o tipo de cultura, muitos dos trabalhadores foram expulsos do campo sem qualquer indenização pelos trabalhos realizados nos sítios e nas fazendas, e a cidade figurou-se, para muitos, como uma das poucas alternativas.

Cambé sofreu grandes alterações após 1970, pois esse período foi marcado por grandes mudanças tanto na base técnica da agricultura (mais especificamente à mudança na estrutura produtiva no campo) como na sua dinâmica populacional, caracterizando uma mudança socioespacial.

Com isso a tabela 03 e o gráfico 02 demonstram como foi impactante o processo modernizador. Constatamos que até 1970 a população rural representava quase 63% da população total do município, e que 1970 foi o ano em que o governo deu início à inserção do pacote tecnológico modernizador. Sem políticas de reais ações que assegurassem a reprodução do agricultor familiar, muitos que viviam nas áreas rurais não conseguiram se manter no campo em razão do tamanho insuficiente de sua propriedade, da má qualidade do solo, da falta de acessibilidade à cidade, das intempéries do tempo, da falta de crédito suficiente, do endividamento e da posse precária da terra, por exemplo. Some-se a tudo isso a tecnificação das lavouras de monocultura e encontraremos as principais causas do intenso deslocamento migratório do campo para cidade.

As máquinas, e o novo padrão de cultura subsidiado pelo governo em muitos casos, impossibilitaram a (re)produção de milhares de trabalhadores e dispensaram os colonos, meeiros, parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados que moravam, trabalhavam e viviam dos frutos da terra.

De acordo com Silva (2008, p.360):

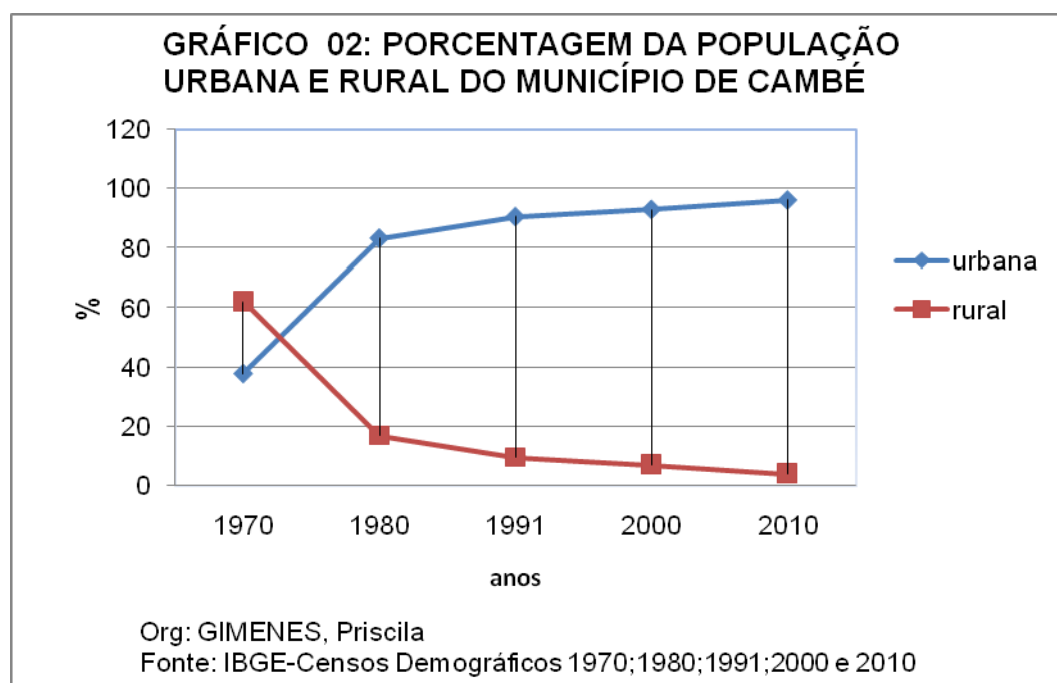
A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegura-se mão-de-obra barata e abundante para outra parcela da população.

**Tabela 3 – Crescimento populacional do município de Cambé -1970/2010**

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	URBANA		RURAL		TOTAL	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
<b>1970</b>	13460	37,79	22161	62,21	35621	100,00
<b>1980</b>	44830	83,24	9027	16,76	53857	100,00
<b>1991</b>	66817	90,48	7025	9,51	73845	100,00
<b>2000</b>	81942	92,91	6244	7,08	88196	100,00
<b>2010</b>	92952	96,09	3781	3,91	96733	100,00

Org.: GIMENES, Priscila

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010



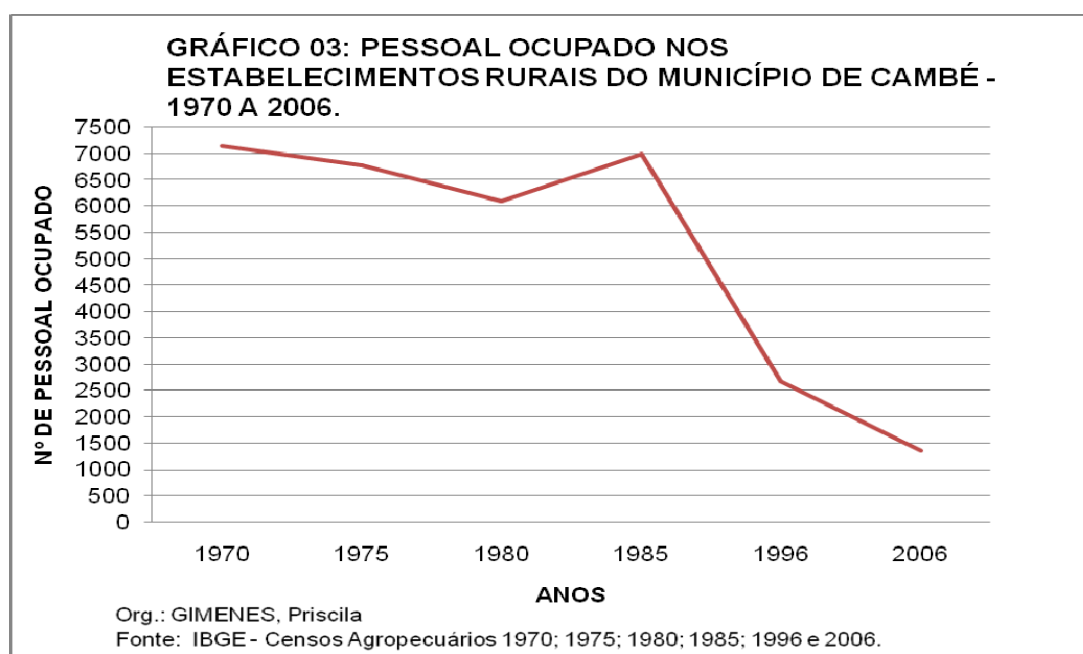
D

ez anos mais tarde (1970 à 1980) a população urbana chega a quase 84% do total do município. Nas décadas seguintes a população urbana foi crescendo em detrimento à população rural, fato que se concretizou na década de 1990 chegando a quase 91% do percentual total da população e nos anos 2000 chegou a marca de 93%.

Portanto juntamente com as alterações quanto à utilização das terras, marcadas pelo crescimento vertiginoso das lavouras temporárias, com alto grau de mecanização, trazendo, conseqüentemente, um processo de concentração fundiária e alterações nas relações de trabalho, há um esvaziamento do campo, [...] no que se refere a grande diminuição populacional, que, em boa, parte migra para áreas urbanas [...]. (BRAGUETO, 1996, p. 213)

Atualmente existem, residindo no campo cambeense, cerca de menos de 4% da população total, com grande maioria de agricultores familiares que possuem uma pequena propriedade e desenvolvem seus trabalhos no campo com sua família, em propriedades nas quais predominam culturas como o café, a laranja, a horticultura, as granjas de aves, a soja intercalando com o trigo, milho e recentemente o sorgo.

O intenso êxodo rural que ocorreu no campo de Cambé até 1985, apenas desterritorializou o produtor familiar, pois ainda era necessária a mão-de-obra. Porém não mais no café e não mais residindo na propriedade: agora de maneira temporária (gráfico 03).



Até 1970 a mão-de-obra era de intensa necessidade e residia no campo, junto ao local de trabalho, devido ao cultivo do café. Porém, a partir desta data começou a ocorrer uma transferência no tipo de cultura e com inserção de máquinas para a realização do trabalho. Com isso houve uma diminuição crescente do número de pessoal ocupado no campo de Cambé. Do período de 1986 em diante cerca de cinco mil trabalhadores ficaram sem emprego.

Segundo Casagrande (1979), nos primeiros quinze anos após a inserção do Paraná ao processo técnico (1970), o que aconteceu na vida dos colonos e dos parceiros, de fato, foi a separação entre o local de moradia e de trabalho. Tal fato se deu em razão da inserção gradativa de culturas temporárias e a

permanência dessas categorias de trabalho na propriedade não era mais necessária. Porém, o campo precisava da mão-de-obra desses trabalhadores e eles se transformaram em trabalhadores volantes, ou seja, os bóias-frias: em geral moradores de áreas periféricas das cidades, com deslocamento diário para as propriedades em que desenvolviam seu trabalho, que agora passa a ser temporário.

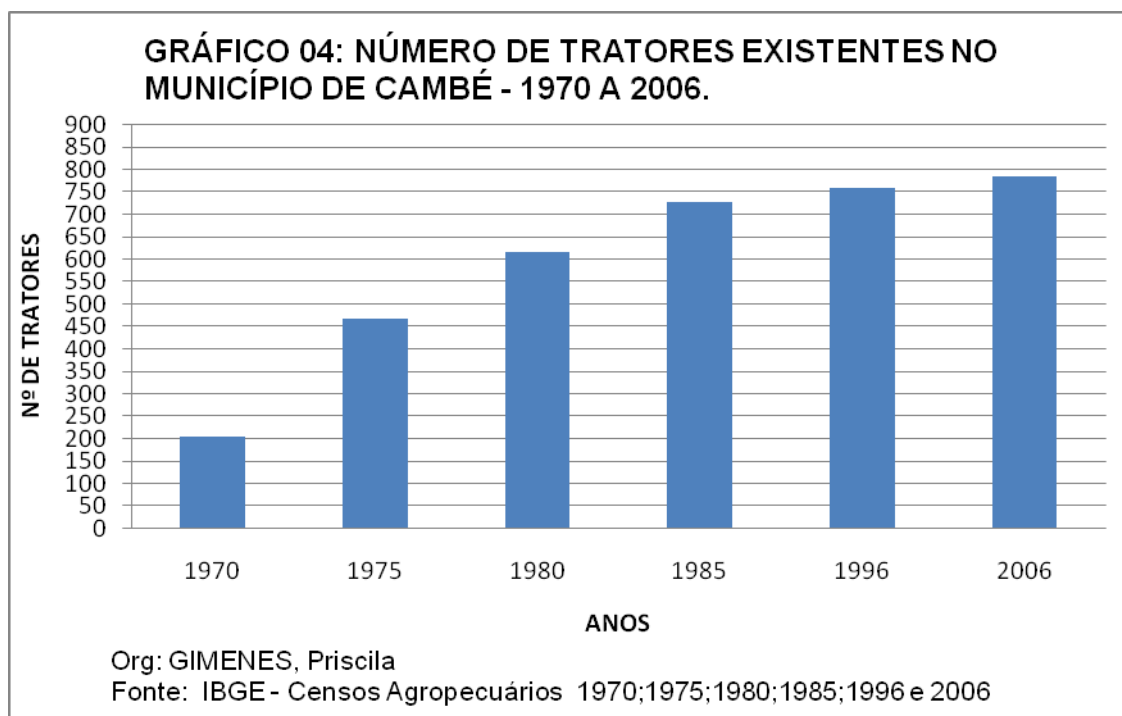
Esse trabalho se torna visível no campo principalmente nos anos de 1985, quando ocorre aumento significativo na mão-de-obra volante, decorrente do insatisfatório efeito dos agrotóxicos, que segundo o entrevistado **PG** “não matava nada, a gente tinha que ficar carpindo a soja, contratando pessoas da cidade pra carpi. Na verdade muitos colegas meus, assim como eu, nem compravam. A gente não ia jogar dinheiro fora, porque aquele que comprava tinha que contratar e quem não comprava também. Pelo menos a gente economizava. Ai quando nós aqui vimos que os venenos começaram a dar certo, pela observação das outras propriedades e dos comentários na Coral, ai nós começamos a comprar e passar, se não a gente não fazia essa loucura não.” (Entrevista realizada em 21/06/2012)

A modernização da agricultura no estado do Paraná seguiu as características históricas da transformação da base técnica no campo brasileiro, representando a mecanização e a tecnificação da produção agrícola, o desemprego no campo, a conseqüente transferência da população rural para as cidades e a manutenção da estrutura fundiária no estado a partir de 1970.

Houve em substituição do trabalho humano um aumento significativo no número de tratores, principal força mecânica utilizada na agricultura atual e nas lavouras temporárias, pois os maiores índices de modernização da base técnica e produtiva do campo cambeense foram verificadas durante a década de 1970, permeados, sobretudo, pelo aumento significativo no número de tratores. Entretanto eles começam de fato a dominar o campo a partir de 1985.

De acordo com o gráfico 04 o número de tratores no município cresceu muito se comparado os dados desde 1970. Como podemos observar nos anos de 1970 para 1980 houve um crescimento em números de quatrocentos e onze tratores. Ou seja, em menos de dez anos, o número de tratores dobrou. Isso devido às políticas de financiamentos criadas pelo governo, pelas quais o agricultor compra o trator ou qualquer outros implemento agrícola e paga em grãos e apenas nas safras. Assim sendo o governo paga aos industriais fabricantes de tratores à vista e o agricultor paga parcelado apenas quando realiza a venda de sua produção. O grão

mais requisitado é a soja, e desta forma, como se realiza apenas uma colheita por ano desse grão, o agricultor tem um prazo de anos para pagar. Isso acontece com todos os implementos agrícolas, (ver foto 01).



Contudo, faz-se necessário ressaltar que o intenso processo de transferência da população rural para a cidade, foi produto também da substituição da lavoura cafeeira (que necessitava de mão-de-obra intensa) pelas lavouras de oleaginosas que necessitam de pouca mão-de-obra no cultivo e na colheita. Não se pode deixar de observar, entretanto, que os agricultores que obtiveram maiores privilégios para se incorporarem ao pacote tecnológico foram os médios e os grandes produtores, pois as políticas agrícolas os privilegiaram de forma discriminatória.

Podemos considerar que a frota brasileira de tratores é o termômetro da modernização, pois grande parte das agroindústrias se dedicam à sua fabricação. É um indicador básico de tecnologia no campo, e a partir dele é possível analisar a intensidade uso de outras máquinas e tecnologia no campo. Um trator pode chegar a realizar o trabalho de 50 homens por dia.

**Foto 1** – Comercialização do implemento agrícola por meio da mercadoria (soja ou milho).



**Fonte:** GIMENES, Priscila. Foto tirada em feira agrícola no município de Cambé, realizada no espaço Arejo, em que os produtores visitantes ganhavam almoço/jantar.  
Data: 17/02/2012

Atualmente, verificamos um total de setecentos e oitenta e três tratores no campo do município de Cambé. Eles são um dos mais importantes maquinários agrícolas modernos inseridos no processo de modernização do campo com a função de substituir o trabalho humano, pois o aumento da utilização de

tratores resultou na eliminação de trabalhos no campo e agravou o êxodo rural. (foto 02).

**Foto 2** – A importância do trator na realização do trabalho no campo.



**Fonte:** GIMENES, Priscila. Foto tirada em trabalho de campo no Sítio São Francisco. Agricultores realizando etapas do plantio da soja.  
Data: 09/10/2011

A partir destas análises entendemos que o processo de modernização nas últimas décadas se caracterizou por profundas transformações no campo cambeense, resultantes da introdução dos mecanismos da “modernização” criados pelo capital nacional e estrangeiro. Com a mão protetora e bem visível do Estado (de caráter conservador, com a manutenção da estrutura fundiária concentrada, das monoculturas voltadas para o mercado externo, a persistência da superexploração do trabalho) as relações tipicamente capitalistas se difundiram e ganharam força no campo brasileiro através do monopólio do capital, tanto na circulação como na produção.

Assim, é comum, no campo brasileiro a presença de alguns grandes empreendimentos capitalistas, como as usinas do setor sucroalcooleiro e, mais atualmente, as usinas de biodiesel para produção dos “biocombustíveis”, atrelados à exploração dos trabalhadores volantes, marcados pela sazonalidade do trabalho, por salários irrisórios e, em alguns casos, até mesmo pela escravidão em razão de dívida.

Podemos então concordar com Oliveira (2010, p.26), quando afirma que dois são os processos que dominam na produção agrícola mundial e, conseqüentemente, na produção agrícola brasileira:

[...] De um lado estava e está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. O exemplo era e é o setor sucroalcooleiro, ou sucroenergético como eles estão autodenominando-se na atualidade. De outro lado, estava e está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária que, sem produzir absolutamente nada no campo, controlava e controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuavam e atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes.

Todas essas transformações modificaram a estrutura fundiária do município de Cambé que, atrelado às alterações em escala mundial, teve mudanças mais concretas após 1970, como já foi mencionado.

O processo de modernização da agricultura foi acompanhado de uma concentração fundiária significativa tanto no estado do Paraná como no município de Cambé, representada pela eliminação de 100.385 estabelecimentos somente na década de 1970. Assim como Cambé, que teve uma diminuição de 142 estabelecimentos agropecuários em apenas uma década.

As tabelas 04 e 05 analisam o resultado do processo de concentração da posse da terra. Observamos diminuição do número de proprietários, mas com ampliação da área explorada. Constatamos ainda que, após as efetivas políticas de modernização agrícola, houve redução de pouco mais de 13% do total de estabelecimentos em condição de proprietários entre 1970 e 2006, o que demonstra certa concentração por parte da posse da terra. Entretanto, em relação à área ocupada, houve um decréscimo de pouco mais de 2% em comparação com os anos de 1970 a 2006, o que é resultado do crescimento da área urbana

Interessante notar também o aumento no percentual dos arrendatários e conseqüentemente de sua área explorada.

Ocorreu um aumento de quase 20% no total de arrendatários e de quase 10% em áreas. Porém essa área é dentro do município de Cambé, e como se apresentará no capítulo 4, houve um grande aumento na área explorada desses arrendatários nas cidades próximas a Cambé, o que os caracteriza como proprietários-arrendatários. Os arrendatários são também a única categoria de produtores que incorporou área entre 1975 e 1980.

**Tabela 04** – Condição do responsável pelos estabelecimentos no município de Cambé

ANOS	Proprietário	%	Arrendatário	%	Ocupante	%	Parceiro	%	Assentado sem titulação definitiva	%	Total dos estabelecimentos	%
1970	928	86,09	38	3,53	12	1,11	100	9,27	0	0	1078	100
1975	817	90,28	33	3,65	6	0,66	49	5,41	0	0	905	100
1980	796	85,41	65	6,97	14	1,50	57	6,12	0	0	932	100
1985	748	82,56	105	11,59	20	2,21	33	3,64	0	0	906	100
1996	566	81,79	74	10,69	16	2,31	36	5,2	0	0	692	100
2006	548	73,07	166	22,23	18	2,4	12	1,6	6	0,8	750	100

**Org.:** GIMENES, Priscila

**Fonte:** Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1970; 1975; 1980; 1985; 1996 e 2006.

**Tabela 05** – Indicação da área (ha) dos estabelecimentos segundo condição do responsável no município de Cambé

ANOS	Proprietário	%	Arrendatário	%	Ocupante	%	Parceiro	%	Assentado sem titulação definitiva	%	Total da área dos estabelecimentos	%
1970	38977	88,85	1433	3,26	563	1,28	3029	6,88	0	0	44002	100
1975	42752	95,07	1239	2,76	199	0,44	777	1,73	0	0	44967	100
1980	40635	91,62	2259	5,09	109	0,25	1347	3,04	0	0	44350	100
1985	37289	88,2	3779	8,94	120	0,28	1092	2,58	0	0	42280	100
1996	35 681	87,85	3 146	7,75	417	1,03	1 374	0	0	0	40617	100
2006	41729	86,61	5255	10,91	500	1,04	216	0,45	483	0,9	48183	100

**Org.:** GIMENES, Priscila

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário 1970; 1975; 1980; 1985; 1996 e 2006

Conclui-se que a concentração de terras vai ocorrer inicialmente e principalmente em função da expropriação das terras em condição de parceria, o que caracteriza esse processo, fundamentalmente, como concentrador, mas não exclusivamente entre os não proprietários.

Já as tabelas 06 e 07, bem como os gráficos 05 e 06, detalham como isso ocorreu por número de estabelecimentos e classes de área (ha) e também por área ocupada dividida em classes de área. Visualizamos que entre 1970 e 2006 houve um aumento de aproximadamente 35% no número de estabelecimento nos extratos de até dez hectares. Por outro lado, quando se observa a área ocupada, entendemos que ela cresceu apenas 1%. Isso se deve principalmente ao sistema de herança, no qual a terra foi dividida após a morte dos pais entre os filhos, acarretando em um aumento de estabelecimentos, porém não de área. Já nos estabelecimentos de 10 a 20 ha houve, no mesmo período, perda tanto no número de estabelecimentos quanto na área por extrato. Tal perda foi de 15% nos estabelecimentos e de área, 7% ou menos.

No número de estabelecimentos de 20 a 50 ha e de 50 a 100 ha, ocorreu também diminuição tanto em quantidade como em sua área total. Os estabelecimentos que mantiveram o mesmo tamanho foram os extratos de 100 a 500 ha, sua área, porém, aumentou cerca de 5%.

No que tange aos estabelecimentos de 500 a 1000 ha e superiores a 1000 ha, percebe-se que ocorreu crescimento exorbitante quanto à área, em detrimento dos pequenos estabelecimentos. O que comprava o fato de que a modernização do campo acarretou em uma concentração fundiária ainda maior dos grandes capitalistas do campo.

**Tabela 6 – Número de estabelecimentos por classe de área (ha) no município de Cambé**

CLASSES DE ÁREA (HECTARE)	1970		1975		1980		1985		1996		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	156	14,47	155	17,13	229	24,57	253	27,92	155	22,40	381	50,60
10 a menos de 20	359	33,30	249	27,51	239	25,64	236	26,05	147	21,24	139	18,46
20 a menos de 50	410	38,03	327	36,13	288	30,90	245	27,04	197	28,47	104	13,81
50 a menos de 100	75	6,96	92	10,17	75	8,05	69	7,62	82	11,85	45	5,98
100 a menos de 500	71	6,59	72	7,96	92	9,87	95	10,49	104	15,03	71	9,43
500 a menos de 1000	3	0,28	5	0,55	6	0,64	7	0,77	6	0,87	9	1,20
1000 a mais	4	0,37	5	0,55	3	0,32	1	0,11	1	0,14	4	0,53
<b>TOTAL</b>	<b>1.078</b>	<b>100</b>	<b>905</b>	<b>100</b>	<b>932</b>	<b>100</b>	<b>906</b>	<b>100</b>	<b>692</b>	<b>100</b>	<b>753</b>	<b>100,00</b>

Org. GIMENES, Priscila

Fonte:IBGE - Censo Agropecuário 1970;1975;1980;1985;1996;2006.

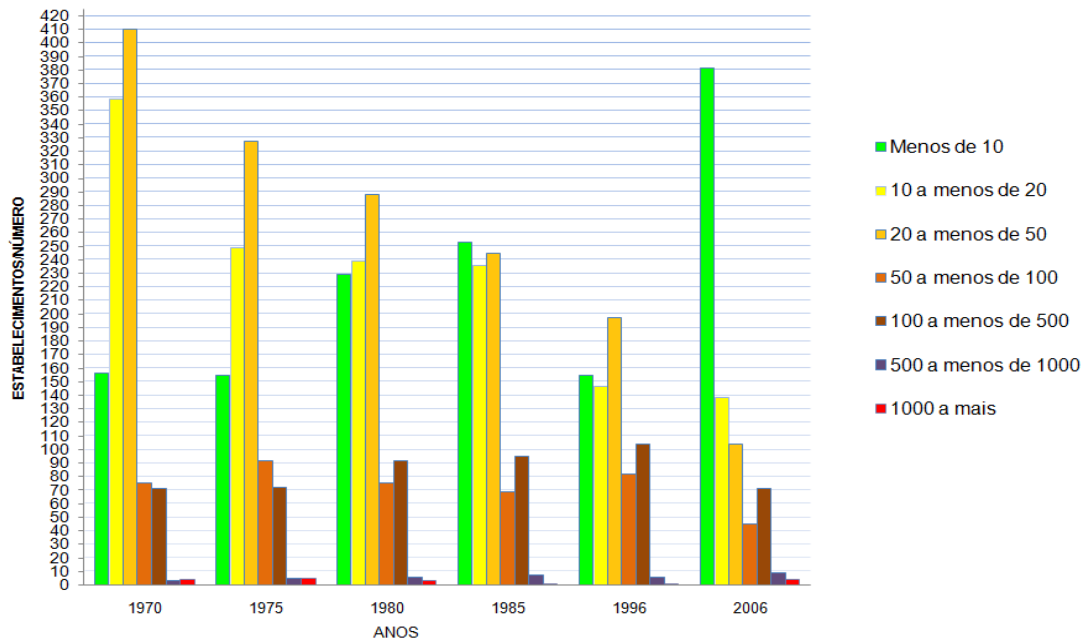
**Tabela 7 – Área ocupada no município de cambé por classes de área (ha)**

CLASSES DE ÁREA (HECTARE)	1970		1975		1980		1985		1996		2006	
	área	%	Área	%	área	%	área	%	Área	%	área	%
Menos de 10	919	2,09	838	1,86	868	1,96	982	2,32	831	2,0	1573	3,26
10 a menos de 20	4.936	11,22	3.410	7,58	3.362	7,58	3.338	7,90	2.016	5,0	1930	4,01
20 a menos de 50	12.368	28,11	10.293	22,89	8.979	20,25	7.712	18,24	6.468	15,9	3330	6,91
50 a menos de 100	5.303	12,05	6.400	14,23	5.324	12,01	4.909	11,61	5.851	14,4	3329	6,91
100 a menos de 500	13.455	30,58	13.901	30,91	17.829	40,20	19.336	45,74	19.602	48,3	17043	35,37
500 a menos de 1000	2.120	4,82	3.856	8,57	4.150	9,36	4.668	11,04	4.368	10,8	7185	14,91
1000 a mais	4.900	11,14	6.270	13,94	3.834	8,65	1.331	3,15	1.479	3,6	13792	28,62
<b>TOTAL</b>	<b>44.001</b>	<b>100</b>	<b>44.968</b>	<b>100</b>	<b>44.346</b>	<b>100</b>	<b>42.276</b>	<b>100</b>	<b>40.615</b>	<b>100</b>	<b>48.182</b>	<b>100,00</b>

Org. GIMENES, Priscila

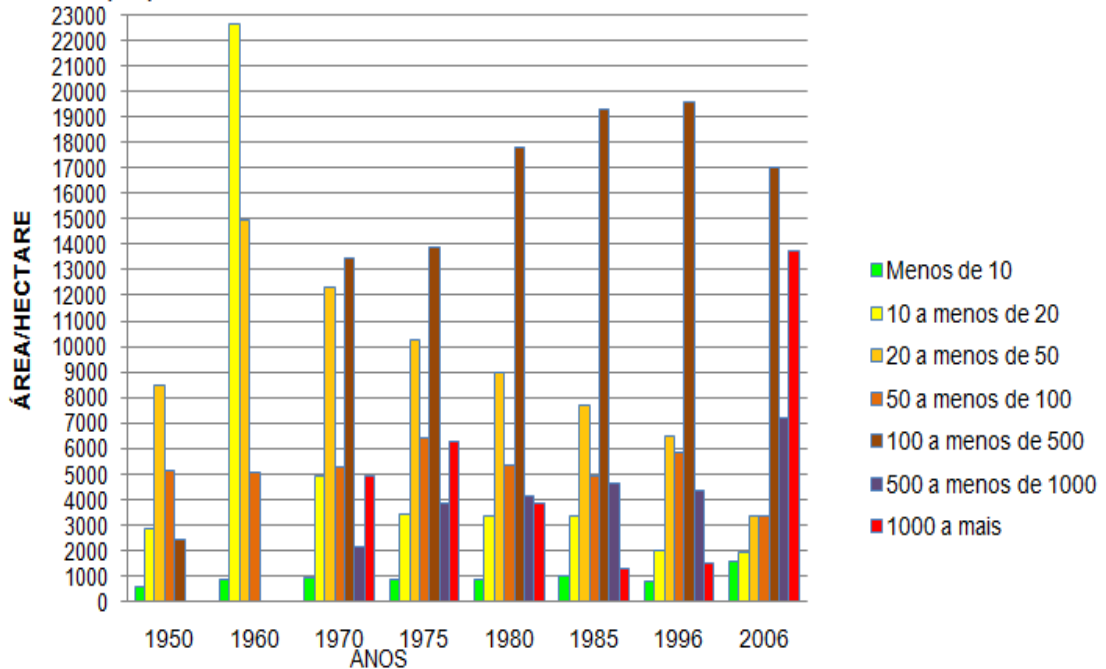
Fonte:IBGE - Censo Agropecuário 1970;1975;1980;1985;1996;2006.

**GRÁFICO 05: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA) NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ.**



Org: GIMENES, Priscila  
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 1970;1975;1980;1985;1996 e 2006

**GRÁFICO 06: ÁREA OCUPADA NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ POR CLASSE DE ÁREA (HA).**



Org: GIMENES, Priscila  
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1950;1960;1970;1975;1980;1985;1996 e 2006

Desta forma, evidenciamos que é a partir de 1970 que as relações no campo e na cidade começam a se processar de maneira mais dinâmica. E para entender melhor como sucederam essas transformações na área rural de Cambé, principalmente em sua estrutura fundiária foi, construído um mapa fornecido pela EMATER-Cambé, do ano de 1982. Infelizmente as principais mudanças na estrutura fundiária do município já haviam ocorrido. Sendo esse ano (1982) de intensa ampliação das lavouras temporárias mecanizadas (em especial o binômio soja/trigo), as mudanças se processavam de maneira acelerada. Porém, considera-se oportuno a construção e análise das propriedades do município neste ano, pois se ocorrer uma comparação entre os dois mapas, as transformações nas mudanças da estrutura fundiária continuam a ocorrer. Atualmente, diferente do que ocorreu no período anterior, a principal categoria expropriada, passa a ser o pequeno proprietário. Por isso se faz necessária uma análise da estrutura fundiária do município.

A partir destes gráficos (05 e 06) compreendemos como ocorre a concentração da terra no município, principalmente porque apenas 4 dos 753 estabelecimentos presentes no campo cambense controlam um total de mais de 1 mil hectares de terra cada um, o que equivale a dizer que controlam cerca de 29% do campo de Cambé.

Devemos levar em consideração que a partir das tabelas 06 e 07 e dos gráficos 05 e 06, a visualização do que foi discutido será complementada por meio dos mapas a seguir.

Optamos por analisar o mapa 06 dividindo-o em duas partes: a área colonizada pela CTNP/CMNP e a área anexada ao município em 1957 (ver mapa p.48).

Ao iniciar as análises pela parte do centro ao sul, verificamos que havia uma presença muito grande de pequenas e médias propriedades no período em tela. Desta forma iniciamos a partir das propriedades com até 10 hectares, por estarem presentes de forma contínua no campo de Cambé. Porém, elas não são as únicas: as propriedades entre 10 a 20 hectares também se fazem presentes de forma quase que igualitária com as propriedades de até 10 hectares.

Todavia, as propriedades com maior representatividade em termos de quantidade, são aquelas com áreas entre 20 e 50 hectares. Também as propriedades de 50 a 100 hectares, se fazem presentes de forma contínua.

Desta forma, podemos caracterizar que a área rural de Cambé se apresentava com uma estrutura fundiária entre 10 e 100 hectares no ano de 1982. Mesmo essa área apresentando cerca de 10 propriedades com um tamanho entre 100 a 500 hectares.

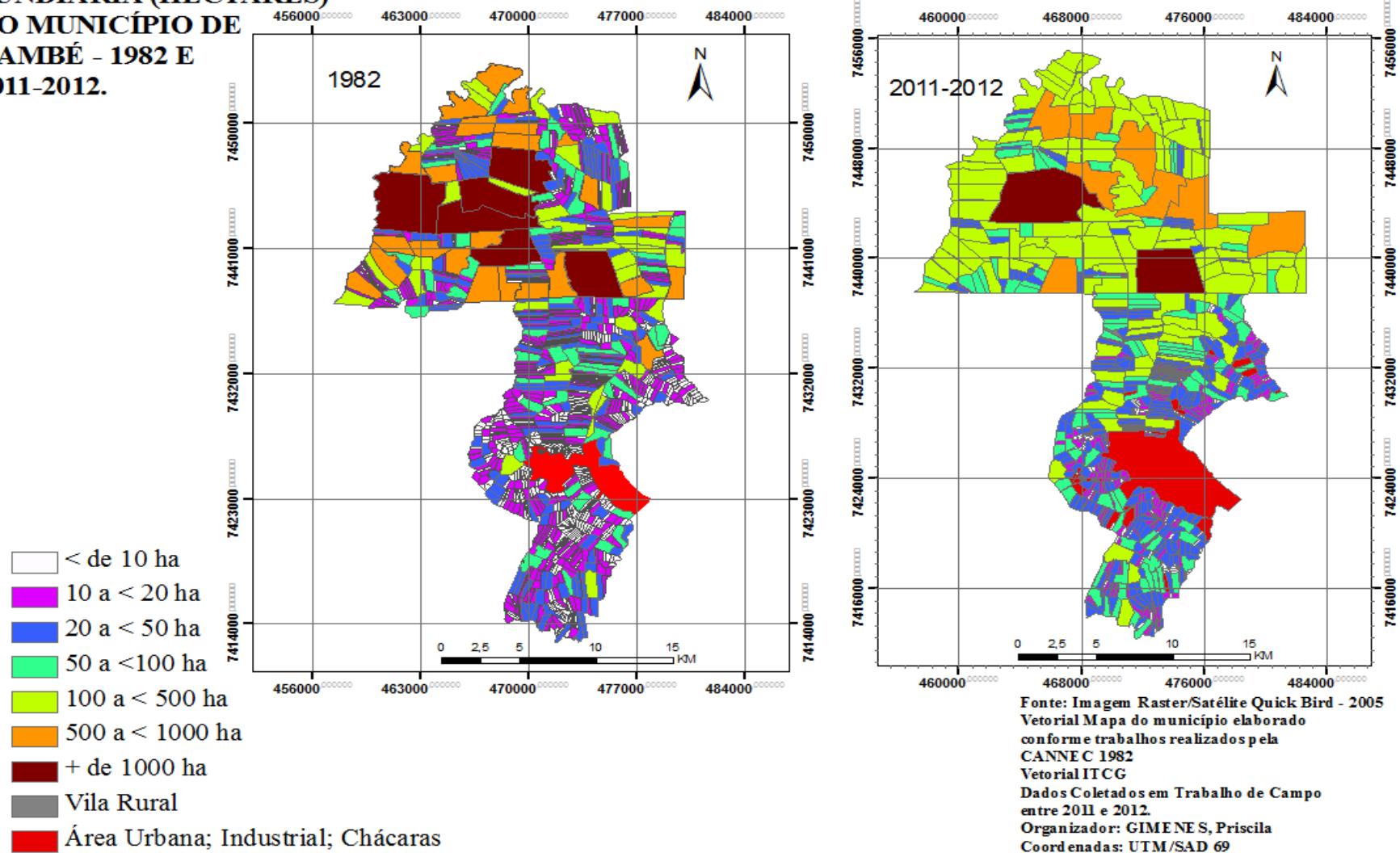
Por outro lado, quando focamos o olhar na análise do Norte rural cambeense, visualizamos que as grandes propriedades (acima de 1000 hectares) concentram-se excepcionalmente nesta região. Há exatamente neste período 6 propriedades com área superior a 1000 há, o que corrobora os dizeres do agricultor **JF**, segundo o qual, esta região de Cambé sempre foi formada por grandes fazendas.

Dentre as áreas de 500 a 1000 hectares, contabilizamos aproximadamente 23 propriedades, enquanto aquelas com área entre 100 a 500 hectares, somavam 21. Porém, o mais interessante é que, mesmo sendo uma região representada por um enorme número de propriedades muito extensas, ainda se faziam presentes aquelas cujas áreas eram inferiores mas que superavam, em número, aquelas mais extensas.

Afirmamos que quando estes dados foram coletados pela Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC) as grandes e profundas transformações já haviam ocorrido. Porém, elas continuaram ocorrendo apesar de mais lentamente e, como é nos territórios que depositamos os reflexos da sociedade, devemos caracterizá-los como não estático visto que seus reflexos são fruto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que se constroem e se destroem temporalmente.

O mapa construído com base nos questionários aplicados nos trabalhos de campo e com a ajuda de alguns agricultores nos permite afirmar que as transformações na área rural de Cambé continuam a ocorrer.

**MAPA 06: ESTRUTURA  
FUNDIÁRIA (HECTARES)  
DO MUNICÍPIO DE  
CAMBÉ - 1982 E  
2011-2012.**



Analisando o mapa 07 da estrutura fundiária de Cambé entre 2011-2012, visualizamos que a área urbana cresceu, principalmente na direção leste, onde fica a cidade de Londrina. Percebemos ainda que existem outros elementos, como as áreas de lazer e as áreas industriais se expandindo ao redor da Rodovia Celso Garcia Cid. (PR 445).

Todavia esses dados, por não serem o foco de nossa análise, aparecem em vermelho, apenas ilustrar como área não rural.

O município também apresenta em sua configuração uma Vila Rural, que foi implantada no ano de 1997 por meio do programa de desenvolvimento Paraná 12 meses.

Averiguamos claramente ao primeiro olhar que as propriedades com até 10 hectares (que em 1982 somavam uma grande quantidade) são praticamente inexistentes. Além disso, houve crescimento na quantidade de propriedades acima de 10 hectares. Em relação aos estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, apesar de ainda existirem, tem sua quantidade extremamente reduzida, o que os torna praticamente imperceptíveis ao observarmos o mapa.

Podemos verificar que houve, em um período de 20 anos, uma incorporação das pequenas propriedades, acarretando aumento significativo na área total das propriedades que as incorporaram, o que ocorreu com propriedades com áreas entre 20 e 100 hectares.

No que tange a áreas anexadas, percebemos que as grandes fazendas ainda são presenças marcantes, porém, ao compararmos com o mapa de 1982, fica clara uma configuração territorial mais ordenada apesar de ter ocorrido diminuição em número de propriedades existentes na região.

Assim, constatamos que a maior propriedade encontrada no mapa, incorporou as outras ao seu redor. E quando analisamos o mapa de 1982 verificamos que algumas das grandes propriedades foram divididas, principalmente pelo crescente número daquela com área entre 100 e 1000 hectares.

Percebemos ainda, diminuição no número de propriedades menores, apesar de ainda serem expressivas e conviverem ao lado das maiores.

É possível afirmar que esse processo de incorporação das propriedades menores pelas maiores causa aumento da concentração fundiária. Isso significa que o processo de expropriação iniciado a partir de 1970, com seus efeitos mais expressivos pós 1975, expulsa também os proprietários de terra.

O processo de expropriação não é linear, pois se desdobra no território de forma contraditória e desigual. Um exemplo é o sul do país, onde apesar da ação direta do capital, ocorre também subordinação e ampliação da propriedade camponesa, quando aquele anexa, por meio da compra, a terra do pequeno (OLIVEIRA, 1991).

[...] O desenvolvimento das forças produtivas, que colocam o avanço tecnológico a serviço das empresas capitalistas para poder aumentar a exploração dos trabalhadores, também está disponível no mercado para os produtores camponeses. Portanto, uma parte do campesinato também tem elevado o grau de produtividade do trabalho familiar [...]. Em muitos casos, tem mesmo conseguido acumular uma poupança que reaplica na compra de mais terra, de seus vizinhos, por exemplo, que não tiveram a mesma possibilidade de acumulação ou que optaram pela migração ou foram expropriados sumariamente. (OLIVEIRA, 1991, p.39 – 40)

Há também outra causa da expropriação, como a divisão das terras entre os membros de uma mesma família, seja por inventário ou por repartição dos bens. Assim, como essa área que já era pequena, torna-se ainda menor e, em virtude da dificuldade de recriação, muitos dos herdeiros decidem vendê-la.

Consequentemente, esse processo é desigual nos aspectos territorial e temporal, pois essa questão tem revelado tanto a expansão como a retração de um e de outro em certas regiões do país e o oposto em outras. Tal processo é caracterizado por movimentos de impulso e contração, visto que pode, em determinado período se impulsionar e, em outro, se retrair seguindo com tais movimentos com menor e maior intensidade.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/ extração da mais-valia/ produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões. (OLIVEIRA, 2007, p. 75)

Assim sendo, esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura capitalista ocorre na utilização de relações não-capitalistas de produção (trabalho familiar), pois poupa investimentos na contratação de mão-de-obra assalariada e utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, os capitalistas recebem concomitantemente parte do fruto do trabalho (seja dos camponeses proprietários,

parceiros, rendeiros, ou posseiros) convertendo-o em mercadoria. Ao vendê-la converte-na em dinheiro e desta maneira metamorfoseando a renda da terra em capital. Esse é o processo de produção do capital que se faz por meio de relações não-capitalistas, com a sociedade dominada pelo capital e abrindo possibilidades de (re)criação de formas não capitalistas.

Portanto, o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado. Sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo, gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2007, p. 80-81)

A partir da evolução e comparação da estrutura fundiária de Cambé, percebemos que a grande propriedade (latifúndio), se faz presente no município. Porém, podemos afirmar e constatar que o território agrícola cambeense não é única e exclusivamente formado por grandes propriedades. Ao contrário, há uma coexistência do latifúndio com as propriedades inferiores formadas por agricultores familiares.

O que de fato podemos constatar é que a categoria realmente expropriada foi a dos parceiros, que possui uma posição praticamente inexistente tanto em condições financeiras daqueles quanto em área ocupada. Por outro lado os arrendatários tiveram um ganho de quase 19% em número de estabelecimentos e de quase 8% no total da área ocupada.

Por seguinte, afirmamos que quando se analisa o meio rural, não unicamente do município, mas do país, constata-se que de fato ocorreram e estão ocorrendo grandes transformações nas últimas décadas, as quais podem ser observadas na paisagem, na configuração territorial (como o caso dos mapas da estrutura fundiária) e na dinâmica social (que em grande medida, foram provocadas pelo processo de reestruturação da base técnica da agricultura, que por sua vez está atrelada em benefício das classes sociais dominantes).

#### 4 O CAMPO CAMBEENSE E SEUS AGRICULTORES.

Como analisado anteriormente, a agricultura brasileira passou por intenso processo de reestruturação em sua base técnica. Essas transformações causaram grande impacto na vida de muitos trabalhadores que tinham a terra e a sua maneira de trabalhar mais tradicional com utilização quase exclusiva de mão-de-obra humana. Porém, essa reestruturação ocasionou grande impacto nos âmbitos econômico, político, social e cultural.

Constatamos que seus reflexos territoriais expropriaram o trabalhador que não tinha a posse jurídica da terra e, posteriormente, do pequeno agricultor proprietário. Entretanto isso não era regra, uma vez que o capital, em suas diferentes formas, utiliza-se do pequeno agricultor, conforme explicou Oliveira (2007).

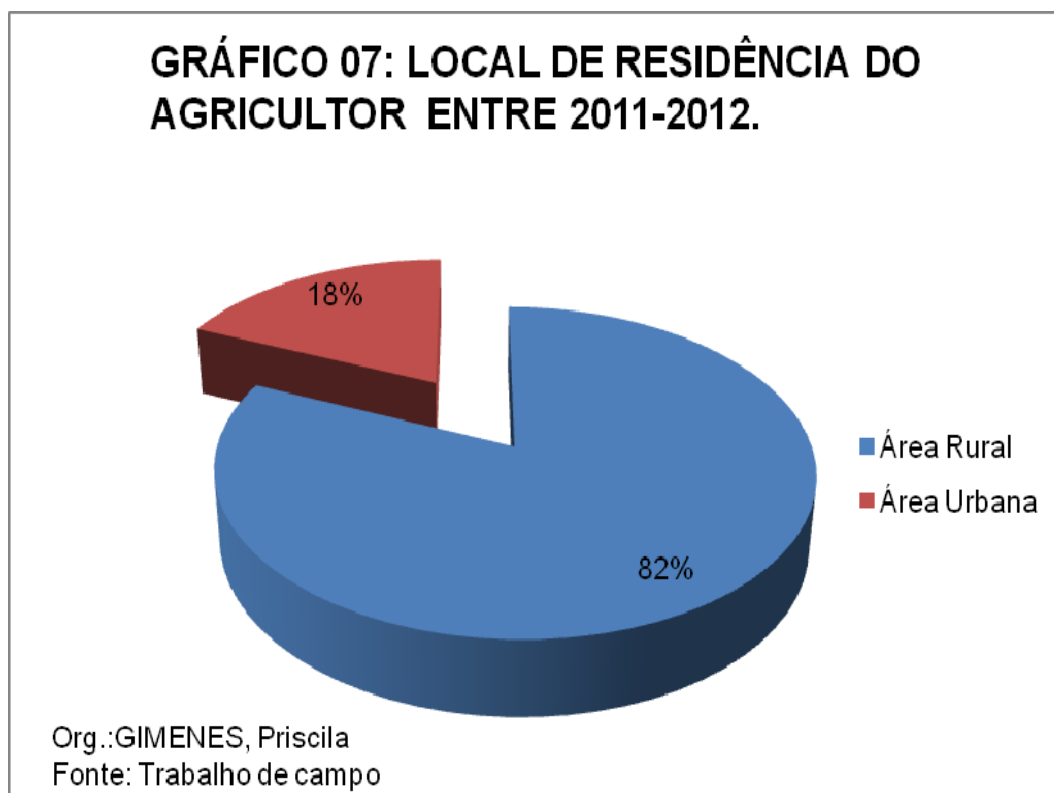
De acordo com as análises da pesquisa afirmamos que o campo cambeense é formado por dois tipos de agricultura: a moderna (capitalista e altamente tecnificada com uso exclusivo de mão-de-obra assalariada e ausência do proprietário em suas terras) e aquela praticada, em sua maioria, por agricultores familiares, os quais trabalham na terra com seus familiares.

Diferentemente de outras categorias sociais, o agricultor familiar é (ou procura ser) de maneira geral, proprietário da terra, dono dos meios de produção, trabalhador e chefe de família, sendo esta o ator principal. Em que pese a diversidade de manifestações, as formas sociais e trajetórias individuais que possam adquirir, ela possui uma característica especial: é organizada como se fosse um trabalhador coletivo. [...] porém, é importante salientar que, embora se faça referência à família como um ator coletivo, como uma instituição sociocultural e econômica que interage no todo social, ela está longe de se constituir num “mundo encantado”, sem contradições. (STROPASOLAS, 2006, p. 133, grifo do autor)

Na propriedade agrícola familiar, a gestão (bem como a maior parte do trabalho) vem essencialmente da família. Ocorre uma não-separação entre negócio e família. O local da morada como local de trabalho são características do arranjo da agricultura familiar contemporânea. Estes residem na terra em que trabalham, e assim essa terra pode ser caracterizada como terra de trabalho, de sustento e de vida.

Agricultura familiar é o resultado de construções e representações sociais diversas e conflituosas, apresenta diferentes interpretações e significados para os intelectuais, especialistas, técnicos, entidades representativas, etc. Abramovay (1997, p.03) concebe a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si, laços de sangue ou de casamento. Porém, o próprio autor relativiza dizendo que há outras concepções. Mais precisamente: "Que esta definição não seja unânime e [...] tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico". Segundo este ponto de vista, o importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas. (STROPASOLAS, 2006, p. 115)

Uma característica presente no campo cambense é que a grande maioria dos agricultores reside na propriedade, ou seja, na terra de trabalho, o que se constitui em um traço fundamental da agricultura familiar. Já os grandes produtores têm como particularidade a residência no núcleo urbano (gráfico 07).



É perceptível que a grande porcentagem de quem produz o campo de Cambé (82% reside na terra onde trabalha) é de agricultores familiares, que não

separam o lugar de trabalho daquele de moradia, pois a terra está empossada para eles dessas funções.

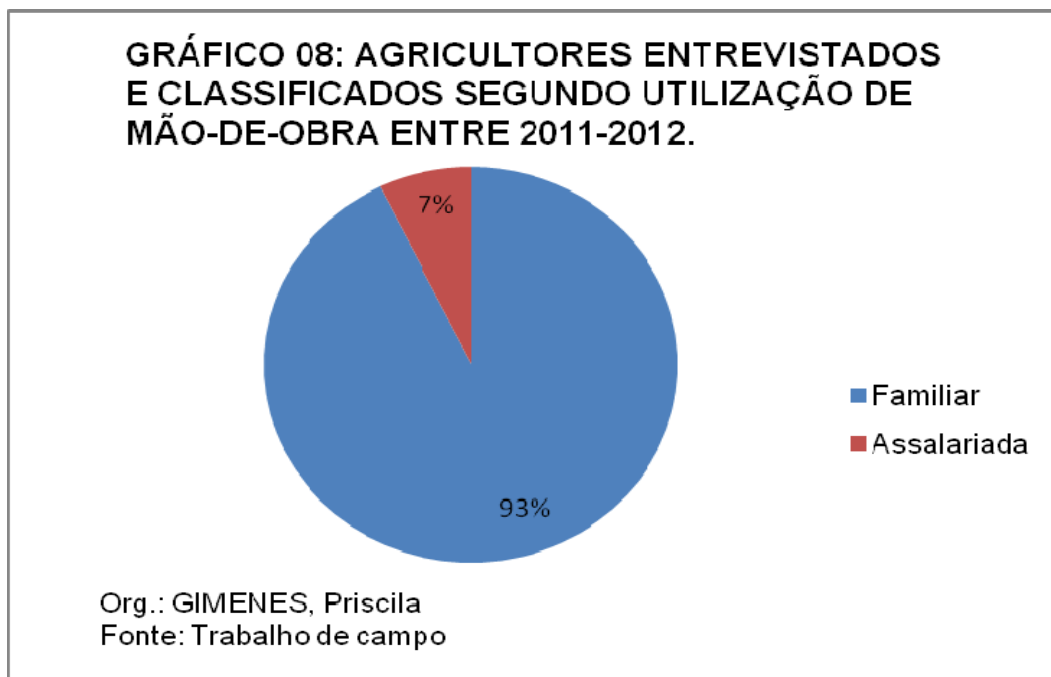
Segundo Stropasolas (2006) é essencialmente em torno da dinâmica reunida nas categorias terra, trabalho e família que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social, que embasam suas estratégias para a reprodução social, econômica e cultural, pois depositam nas categorias e especialmente na terra as esperanças de existência.

Paulino e Almeida (2010) assinalam que a unidade familiar possui características peculiares e próprias, como a inexistência de salário e o fato de a família, além do capital, ser a força de trabalho no processo produtivo. Isso se deve ao fato de que capital e trabalho não se separam.

Grande parcela dos agricultores familiares sempre fica à margem das grandes políticas de modernização da agricultura. Porém, ainda assim, foram também influenciados pelo ideário construído pelo governo e mídia de que tais políticas trariam melhorias na produção e renda em períodos mais curtos. Desta forma, muitos deles utilizam diversos tipos equipamentos agrícolas como mecanismo de intensificação de trabalho e, ocasionalmente, quando há falta de braços para a realização do trabalho, contratam mão-de-obra. Isso ocorre essencialmente em épocas de plantio e colheita, quando o trabalho é intensificado, de forma que os membros da família não conseguem realizar todo trabalho no tempo determinado para tais tarefas.

Para a determinação de que o campo cambeense é formado em sua maioria por agricultores familiares, foi criado o gráfico 08 no qual utilizamos a forma de trabalho para determinas por quem é realizado a maior parte do trabalho: se por meio da mão-de-obra familiar ou assalariada.

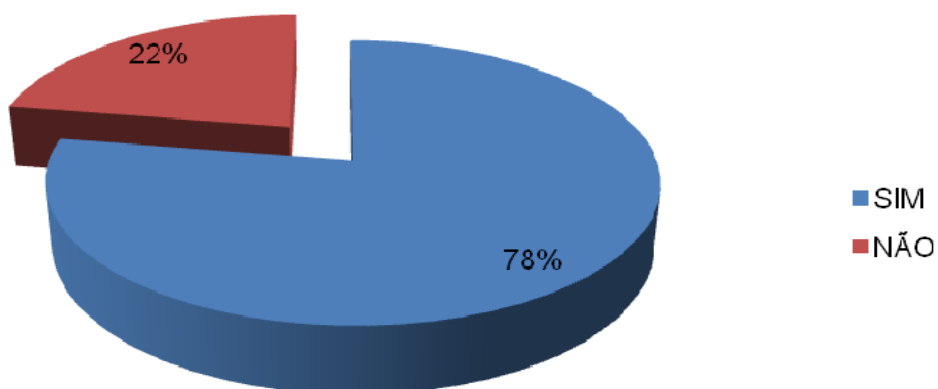
Verificamos que do total de cento e vinte e cinco entrevistas, cento e dezesseis (o que representa 93% do total) são formadas exclusivamente por mão-de-obra familiar. O restante utiliza unicamente a mão-de-obra assalariada.



O agricultor familiar que constitui o quadro agrário do município de Cambé tem como característica a propriedade de terra, o uso dominante do trabalho da família, o acesso à terra mediante a herança, a propriedade como lugar de morada e a conservação de vínculos sociais determinadas nas relações de parentesco. Outros são arrendatários, e o fato de sempre terem trabalhado na agricultura (gráfico 09) é o traço fundamental assentando-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estas unidades passam a estabelecer à medida que se intensifica e se torna mais complexa sua inserção na divisão social do trabalho devido ao projeto modernizador do campo. Ou seja, o envolvimento socioeconômico e mercantil torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista contemporânea.

No universo das entrevistas, verificamos que mais de 78% dos entrevistados trabalharam unicamente na agricultura. Outros 22% já trabalharam em outras atividades por algum período, porém, voltaram para o campo, ao vislumbrarem ali um futuro mais próspero e saudável.

### GRÁFICO 09: AGRICULTORES QUE SEMPRE TRABALHARAM NA AGRICULTURA ENTRE 2011-2012.



Org.: GIMENES, Priscila  
Fonte: Trabalho de campo.

Segundo o entrevistado **RR** “a vida na cidade é uma ilusão: a gente trabalha sem saber o que esta fazendo, recebe ordens, broncas, nunca ganha um elogio ou uma bonificação, sai de casa cedo e volta à noite, não vê o dia passar, tem que pagar aluguel, tem que pagar água, as contas chegam, o salário é sempre o mesmo. Aí meu pai, de tanto me chamar pra voltar pro sítio, convenci minha mulher e voltamos. Aqui eu fico mais tempo com meus filhos, quando a safra dá bem eu ganho um pouco mais, eu vejo minha mulher todo dia. Meus dois meninos adoraram, eles gostam muito do sítio e eu me sinto mais valorizado, porque eu vejo que e sei o que estou fazendo, sei o produto final do meu trabalho. Nunca pensei que voltaria pra cá e seria feliz. Quando eu estudava me ensinavam que na cidade tudo era bom, e acho que cresci com isso. Daí resolvi trabalhar na cidade, mas tive que sofrer muito até aprender que o sítio te valoriza mais, aqui eu e minha família temos um futuro mais saudável e estamos mais próximos.” (Entrevista realizada em 24/09/2011)

Stropasolas (2006) afirma que em todos os países inseridos no processo capitalista de desenvolvimento, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares. Porém elas possuem suas particularidades: podem ser a ponta da lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado, ou pode permanecer arcaica e fundada na

economia de subsistência. Pode ainda ser mantida e reconhecida como a única forma social de produção adequada às necessidades básicas da sociedade. Em outros casos, pode ser excluída de todo o desenvolvimento.

Desta forma, consideramos que para Stropasolas (2006) as particularidades de cada lugar onde se desenvolve a agricultura familiar podem nos revelar a enorme capacidade de adaptação e de resistência da exploração com base familiar.

No entanto, entendemos que a expansão do capitalismo e da tecnologia no campo (mesmo em lugares onde esse processo de modernização da agricultura é mais intenso, atingindo grande parte dos produtores, produtos e territórios, e que haja o predomínio quase que incondicional de salários, sobrepondo as relações de trabalho não-capitalistas) se desenha de forma desigual, contraditória e combinada no território, pois segundo Oliveira (2007, p.73)

[...] O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também igual e contraditoriamente relações camponesas de produção (pela presença e o aumento do trabalho familiar no campo)[...].

Essa contradição nasce das entranhas da produção capitalista, pois segundo Martins (1981) a produção do capital nunca é capitalista, ou seja, nunca se origina de relações tipicamente capitalistas, ela se faz a partir de relações não capitalistas de produção, entendidas como produção familiar. Já a reprodução do capital é produto de relações capitalistas de produção, fundamentadas no trabalho assalariado. Portanto, da extração direta de mais-valia.

Deste modo, a produção do capital se origina no centro da unidade de produção familiar, pois apesar de a família ser uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das múltiplas contradições do desenvolvimento desigual do capital, em que, muitas vezes, está presente no processo de monopolização do território, fazendo com que o produtor familiar sujeite parte de sua renda.

A sujeição da renda da terra ao capital é o processo que se nota em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à

propriedade familiar. Na primeira, o capital unifica ordinariamente as figuras do proprietário e do capitalista, sendo raros os casos em que o proprietário da terra é um e o produtor é outro. Na segunda o agricultor familiar continua dono da terra e sujeita a renda da terra por meio da monopolização do território.

Por meio dessa afirmação podemos entender que:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. Na primeira, o capital unifica as figuras do proprietário e do capitalista [...]. No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade, no sentido da separação entre o burguês e o proprietário. O que vemos claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, [...] o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (MARTINS, 1990, p. 175)

Portanto, o processo de apropriação da renda da terra pelo capital, especificamente no caso brasileiro, atua no sentido de subordinar toda a atividade produtiva não-capitalista, subjugando também os setores frágeis e alguns mais sólidos da economia a seu favor.

Para fraseando Oliveira (2007) é fundamental entender que o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção ditadas pelo lucro capitalista, pois o desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória.

Desta forma, segundo Paulino e Almeida (2010, p. 46):

[...] a drenagem da riqueza produzida pelo trabalho camponês para as mãos do capitalista ocorre mediante a sujeição da renda da terra, porque no caso camponês, ele preserva a propriedade da terra e nela trabalha com a força de trabalho familiar. Logo, insere-se no mercado pelo seu produto, pelo trabalho contido no seu produto, donde a exploração não é direta como a do operário. Neste caso, mesmo que haja uma crescente dependência do camponês em relação ao capital, o que ocorre não é a territorialização, mas a monopolização do território pelo capital.

Assim, o avanço da territorialização do capital por meio da industrialização no campo acarretou, no estabelecimento do trabalho assalariado fixo, parcial e precário do campo. Porém, em razão de ela ser desigual e contraditória, abriu possibilidades concretas e simultâneas para a criação e recriação do trabalho familiar porque o desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado, contraditoriamente, por um processo de incorporação territorial irregular e incoerente, pois:

[...] ao mesmo tempo que amplia o trabalho assalariado no campo, aumenta, igual e contraditoriamente, o domínio do trabalho familiar camponês. Esse processo tem aberto, para estas duas formas de produzir no campo, espaços distintos de predomínio: o familiar, nas pequenas unidades camponesas, e o assalariado, nas médias e grandes unidades capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p. 85).

Por essa afirmação compreendemos que o campo de Cambé é formado pelo trabalho familiar, pois há um predomínio deste, apesar de muitas dessas famílias serem consideradas tecnificadas em virtude de terem incorporado o processo tecnológico, mesmo que essa incorporação ocorra de maneira precária e retardatária para alguns.

A condição de agricultores familiares os liberta do jugo patrão, mas não os liberta dos mecanismos de exploração capitalista, quer através da extração da renda da terra, quer pelo grande capital nacional ou internacional expresso nas figuras das empresas de produção ou comercialização de insumos e máquinas agrícolas, de compra, beneficiamento ou industrialização ou das instituições financeiras e ainda dos sistemas de integração, presentes principalmente na avicultura e suinocultura.

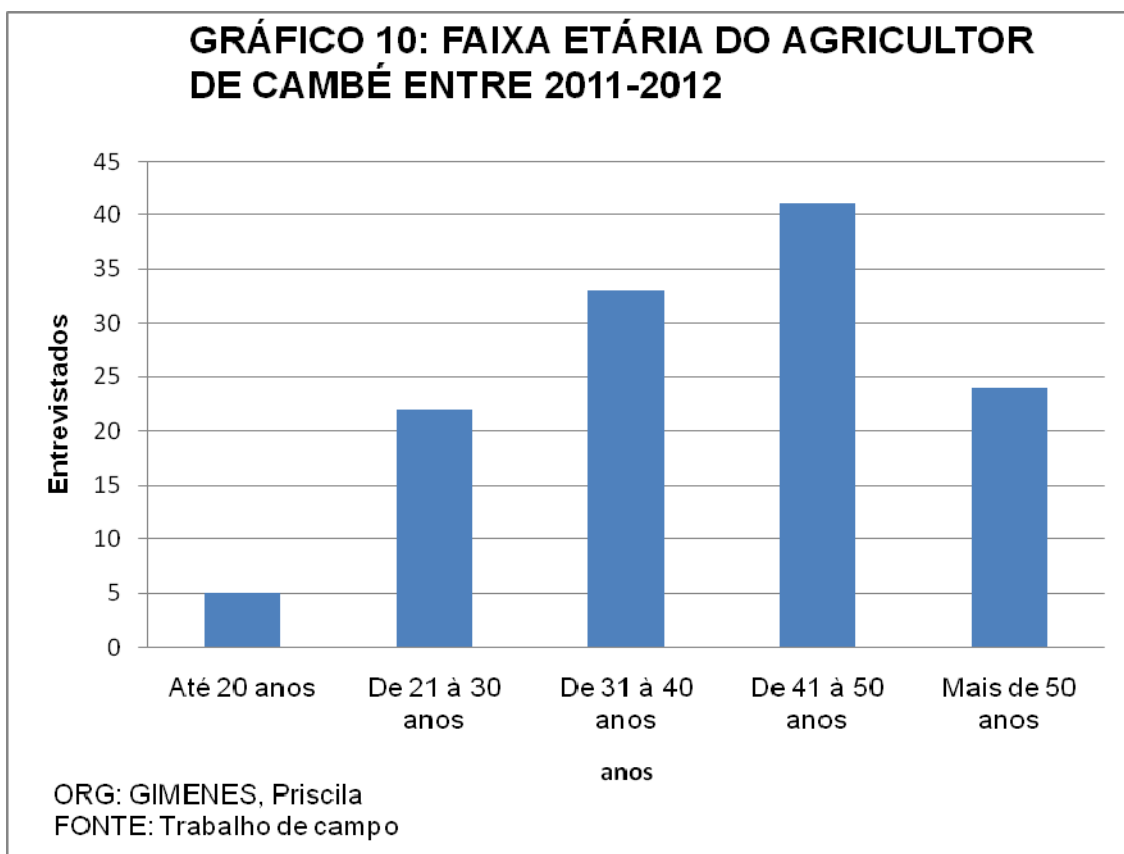
No período em análise, as principais transformações ocorridas na utilização da terra na área rural do município de Cambé vão de encontro às diretrizes da política agrícola, que visavam à modernização da agricultura.

Desta forma, este processo abre possibilidade de expansão à produção familiar, surgindo um agricultor familiar integrado ao mercado e tecnificado, cujo trabalho torna-se cada vez mais intenso, como é o caso dos agricultores familiares que moram e trabalham no campo cambense.

O perfil do agricultor familiar também foi uma características analisadas, através do qual obtivemos algumas características importantes. Com

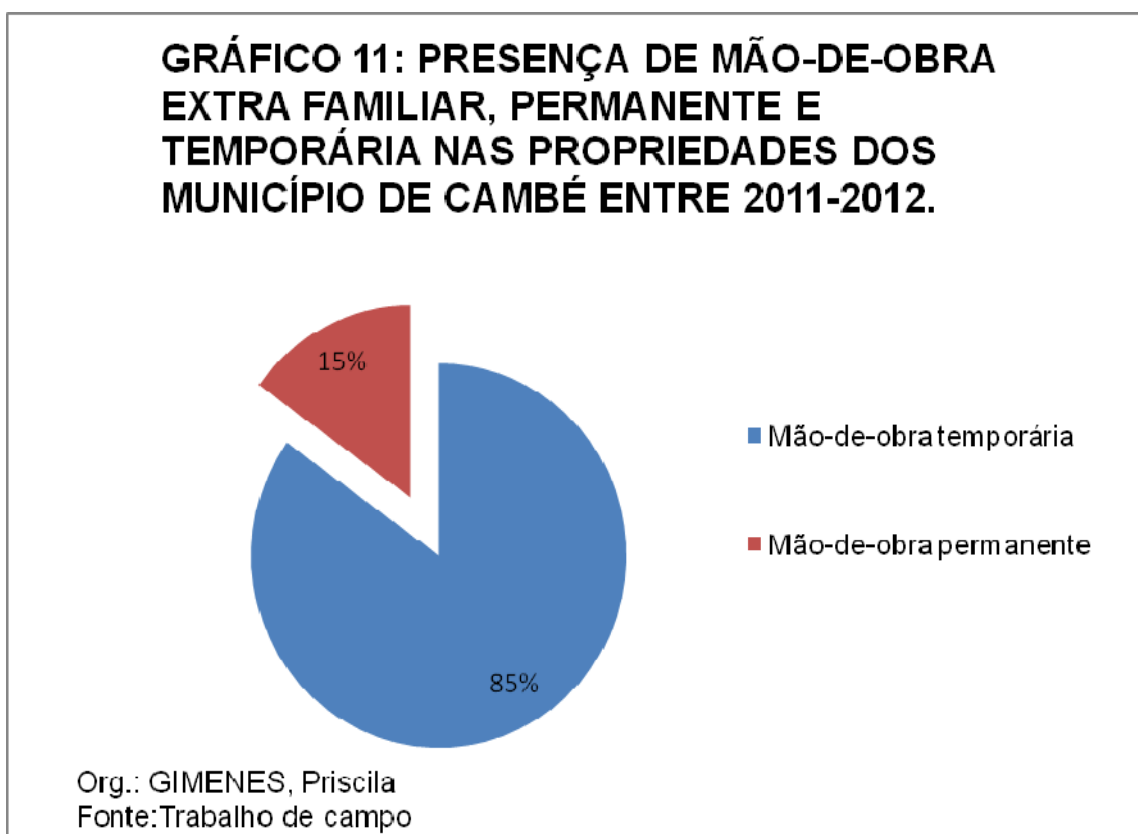
esse levantamento, traçamos o perfil do agricultor, o local de moradia (campo ou cidade), o grau de instrução, a situação da posse jurídica da terra, a sucessão familiar e outras informações importantes que definem o homem do campo.

Com relação à faixa etária do agricultor, foi verificado (gráfico 10) que o campo cambéense é formado, em grande parte, por agricultores com média de idade alta (entre 41 a 50 anos). Ou seja, há um envelhecimento da mão-de-obra rural. Eles nasceram principalmente entre as décadas de 1960 a 1970, em um campo ainda não tecnificado e foram sendo moldados segundo a estrutura produtiva.



O que se observa também é a quantidade ínfima de agricultores jovens, principalmente até 20 anos, o que se caracteriza como preocupação constante dos agricultores familiares, pois os filhos desses agricultores possuem características comuns: estudam, terminam o Ensino Médio e saem à procura de emprego na cidade e curso superior. Segundo as entrevistas, é por volta dos 17 anos que os jovens começam a se desligar da unidade de produção.

Pode se verificar também que, além do desinteresse dos filhos no trabalho na agricultura o número de filhos por família/propriedade caiu muito, assinalando fatores limitantes no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra na unidade produtiva, sendo um dos motivos pelos quais os produtores familiares recorrem ao trabalho temporário em períodos de plantio e colheita como pode ser observado no gráfico 11.



De acordo com o entrevistado **MM** “meu filho não quer saber da roça não, de trabalhar sujo, de ficar no trator comendo poeira, saindo cedo de casa e ficando até tarde no trabalho. Meu filho quer o dinheiro todo mês, todo mundo sabe que o trabalho no campo não dá isso, a gente só pega dinheiro na venda da safra, e isso demora um pouco. A juventude de hoje quer tudo na hora, quer ter pagamento e vale, na verdade acho que eles querem algo melhor e eu não forço ninguém a trabalhar comigo. Quando eram crianças gostavam, até minhas meninas iam na roça, no plantio, na colheita, agora as coisas mudaram muito e eu não sei o que vai acontecer com as minhas terras. Na verdade tenho medo de pensar que eles vão pegar suas partes e vender e tudo o que eu vivi aqui com eles e pra eles, toda nossa

história irá se acabar. Isso também acarreta gastos pra mim, porque como meu filho não trabalha eu tenho menos um braço, ai eu tenho que pagar alguém em momentos onde o trabalho aumenta.” (Entrevista realizada em 08/10/2011)

A necessidade de mão-de-obra aumenta quando se está plantando ou colhendo: é nestes momentos que se torna necessário ao agricultor familiar contratar mão-de-obra extra para conseguir plantar ou colher.

Segundo entrevistas, esses momentos estão caracterizados nos meses em que se colhe a soja e em seguida tem-se que plantar o milho ou o trigo. Depois no momento que se colhe o milho ou o trigo e tem-se que plantar o soja, isso pode ser entendido na tabela 08:

**Tabela 08** – Períodos do ano no qual ocorre intensificação do trabalho

Horas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Menos de 8h	X											X
8 horas					X	X					X	
Mais de 8h		X	X	X			X	X	X	X		

**Org.:**GIMENES, Priscila

**Fonte:** Trabalho de campo

Esses períodos também são caracterizados como de maior procura dos produtores por mão-de-obra temporária. Assim, ao término desse período, essa mão-de-obra não é mais necessária, conseguindo a família suprir os períodos com menos intensificação de trabalho, que correspondem a Janeiro, Maio, Junho, Novembro e Dezembro.

Desta forma, evidenciamos que ocorrem períodos em que se concentram necessidades maiores de mão-de-obra. O trabalho nesses períodos exige maior quantidade de mão-de-obra e maior velocidade em sua execução, havendo um intervalo de tempo bem definido dentro do qual o fruto deve ser colhido.

Constatamos (tabela 08), que ocorre uma alternância entre épocas de trabalho intenso, épocas de menos trabalho e momentos de não-trabalho, o que acarreta uma característica muito peculiar à atividade agrícola: a diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção. O tempo de trabalho pode ser entendido como a quantidade de tempo em que o trabalhador se dedica às tarefas do processo de produção, como preparar a terra, plantar, cultivar e finalmente colher, enquanto o

tempo de produção é a quantia de tempo necessária para que o produto esteja pronto.

Percebemos, portanto, que os afazeres do campo são descontínuos e sazonais, implicando demandas de trabalho variadas ao longo do ano, que dependerão do tipo de tarefa, da quantidade de trabalhadores ou da intensificação de trabalho.

Há sazonalidade do trabalho e esta varia de acordo com o ciclo agrícola. Por isso percebemos que, nos períodos de intensificação do trabalho nas lavouras, ocorre também intensificação na contratação de mão-de-obra. Entretanto, ao término desse ciclo, tal mão-de-obra se torna desnecessária.

Quanto aos períodos sazonais, os agricultores relataram preocupação em virtude de não ser fácil encontrar mão-de-obra capacitada para trabalhar com as máquinas utilizadas atualmente.

Existe também uma preocupação comum entre os agricultores familiares, principalmente no que tange o trabalho no campo e a sucessão familiar, pois os jovens que antes viabilizavam as festas, a produção, os campos de futebol, estão mais vinculados à cidade. Os casais que não tem filhos para sucessão ou que os têm, mas os mesmos não se interessam por continuar na propriedade rural, preocupam-se e lamentam-se sobre o que isso representa pra eles. Especialmente porque a propriedade, na visão do agricultor familiar, é algo passado de pai para filho e representa uma grande conquista, por ser um modo de manter vivo algo que ele construiu.

De acordo com o entrevistado **VM** “meu filho e minha filha fazem Administração na PUC, ganharam meia bolsa do governo. Ele sai cedo daqui do sítio e só chega quase meia noite, ele tem comodidade, vai de carro. Carro que financiou e paga com seu trabalho na cidade. Depois do trabalho pra faculdade, fica inteligente e volta à noitinha pra casa. Até que ele quis trabalhar com a gente no sítio, mas ele queria dinheiro pra comprar roupa da moda, pra sair e a gente no sítio não tem isso. Ele tem uma namorada da cidade e pelo jeito vai casar e ir morar lá. Minha filha a mesma coisa, diz que não casa com ninguém do sítio, pois não quer a vida que a mãe dela tem. Aí eu fico naquela de o que fazer. Não duro pra sempre. Vou morrer e eles vão vender pra um grande meus 5 alqueires. Não tenho pra quem deixar e o pior é que mesmo tendo eles, eu tenho que contratar um funcionário de

vez em quando pra me ajudar no plantio e na colheita, pois tenho de meu 5 alqueires mas toco mais 20 na Warta.” (Entrevista realizada em 12/01/2012)

A educação é um instrumento importante no projeto de vida dos jovens, característica encontrada em grande parte das entrevistas, pois eles estão estudando cada vez mais, e isso os distancia dos afazeres do campo.

As entrevistas mostram ainda que cerca de 55% das famílias agricultoras possuíam preocupação e estavam inseguras pela indefinição de seus filhos quanto à permanência e continuidade no trabalho do campo.

O senhor **VM** demonstra a preocupação da sucessão, mas também entende que a quantidade de terras se tornará muito pequena para garantir a sobrevivência do filho, pois sua porção de terra é pequena.

“Aqui em casa tenho 15 alqueires que é de 4 irmãos e arrendamos mais 320 alqueires aqui por perto. Trabalham todos os irmãos: dois casaram com moças da cidade e moram na cidade e eu e o meu outro irmão moramos aqui mesmo. Meu filho de 23 anos se forma ano que vem. Tá fazendo Administração na Faculdade Catuaí e nunca se interessou no trabalho do sítio. Eu também não incentivei não. Não forço ninguém. O interesse tem que vir dele, mas agora que tô mais velho e cheio de problema não tenho quem me substitua. Até tentei fazer com que ele se interessasse pelo trabalho aqui, mas pra quê? Não é só meu. São só 15 alqueires pra dividir em 4, e não vai sobrar nada pra ele conseguir trabalhar, pra conseguir uma renda melhor. Quem planta soja precisa de área e ele não terá. Não quero que meu filho sofra. O ideal seria eu ter uma 10 alqueires só meu, aí sim ele poderia ficar e viver como agricultor.” (Entrevista realizada em 12/01/2012)

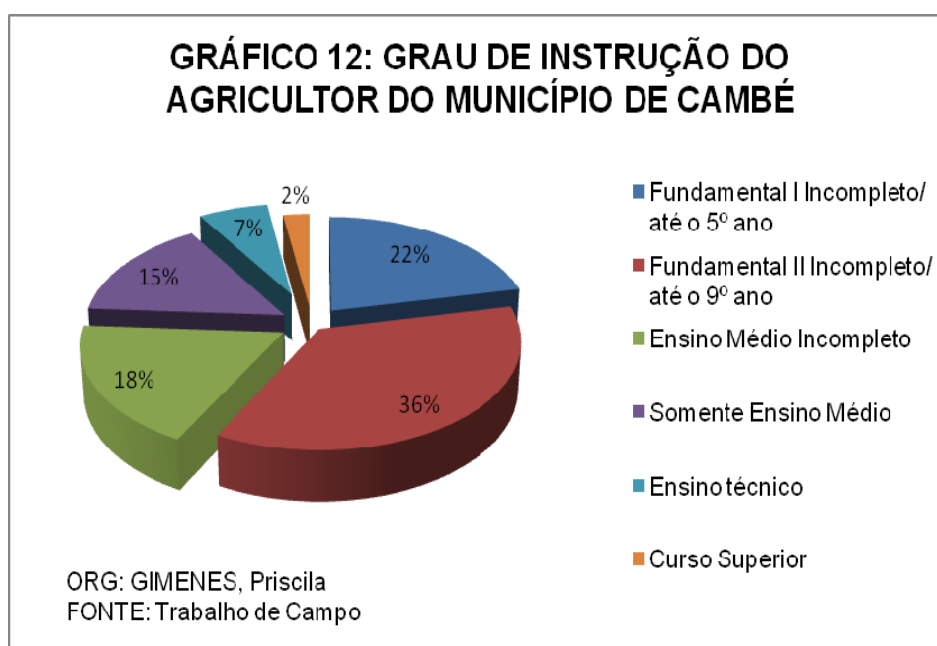
Durante a aplicação do questionário, questionamos aos pais sobre o futuro que almejam. Os pais desejam continuar na propriedade e viver dos frutos que a terra oferece. Já os filhos desejam estudar para obterem um futuro melhor. Este futuro melhor está representado em atividades não-agrícolas, como morar e trabalhar na cidade.

Se o futuro profissional desejado pela maioria dos jovens se concretizar, tudo indica que a sucessão da agricultura familiar no campo cambeense está ameaçada. Em parte, isso também se deve ao pouco incentivo dado pelos pais aos filhos. Observamos, durante as entrevistas, falas comuns aos entrevistados: quando perguntávamos sobre a vida deles no campo a resposta, em geral, era algo como “muito sacrifício com pouco retorno”. Ou ainda, dizeres como: “o agricultor

depende muito dos fatores climáticos, e ninguém manda na natureza”, ou por “não ter muita renda quem tem pouca terra” ou por quererem um “futuro sem muito sofrimento para seus filhos”, ou por pensarem que “eu não estudei, não tive oportunidade, tudo era difícil, mas com meu filho não será assim.”

Deste modo ficou visível que o agricultor, mesmo possuindo pouco estudo, valoriza isso e incentiva seu filho a estudar. Por isso foi fundamental entender qual o grau de instrução de quem produz no campo cambense (gráfico 12).

Foi constatado que o grau de instrução dos agricultores cambenses é ensino fundamental II e, de acordo com as entrevistas, a grande maioria dos agricultores estudaram até a quarta série (atual quinto ano, final do ensino fundamental I) nas escolas rurais e eram transferidos para a cidade nos anos seguintes. Porém, devido à distância, muitos paravam de ir a escola. Entretanto, projetam o sonho de terem estudado em seus filhos.



Há, porém uma característica peculiar presente na área rural de Cambé: agricultores com ensino técnico e com curso superior, principalmente em Agronomia. Todavia, interessante que esses são os filhos dos grandes agricultores que, por possuírem uma grande porção de terra, terão uma profissão na propriedade da família.

A pesquisa de campo nos deu subsídios para concordar com Oliveira (2007, p.83), quando afirma que, em regiões onde o trabalho familiar está

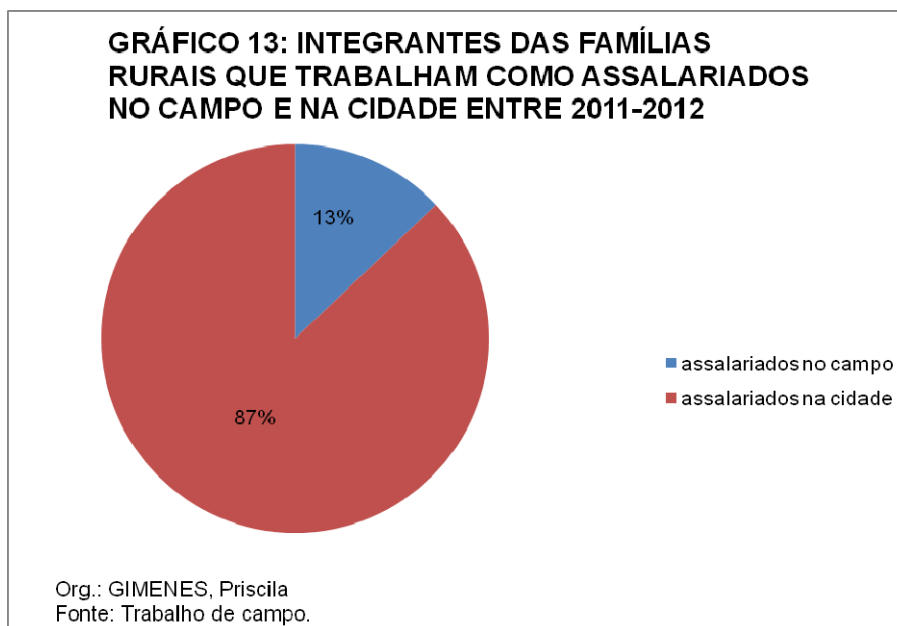
presente de forma intensa, não é necessariamente o processo de expropriação direta do capital que o conduz e define. Outrossim o capital expropria as possibilidades de os filhos se recriarem na terra, como seus pais. É por isso que atualmente são os filhos do campo que se proletarizam. E essa proletarização na família do agricultor não necessita atingir todos os membros da família, mas a maior parte dos filhos. Pois sempre haverá filhos mais vocacionados ao trabalho na terra, e também aqueles inclinados a migrar e ter uma ocupação urbana.

A maior parte dos agricultores familiares estão inseridos no processo produtivo em condição de proprietários e/ou arrendatários. Os proprietários de terra, em Cambé, lutam para conservar a situação jurídica de posse até o fim de suas vidas. A partir de então há o processo de partilha da herança seguido pela venda do lote por alguns herdeiros.

As pesquisas demonstraram ainda que isso está ocorrendo de forma clara no campo cambeense: muitos agricultores relataram que alguns filhos trabalham na cidade e outros, no campo. Entretanto, não na propriedade da família, mas nas empresas que desenvolvem tecnologia para a agricultura, como a TMG (Trangênicos Melhoramento Genético).

Como se verifica no gráfico 13, são os filhos dos agricultores que estão se monetarizando. Dentre os filhos dos agricultores familiares que não trabalham na propriedade da família, cerca de 87% trabalha na cidade como assalariados. O restante está empregado nas áreas rurais, porém desempenham funções alheias a prática da agricultura.

Essa proletarização dos filhos se deve aos mecanismos que o capital cria para expropriar da terra as gerações futuras. Porém ele mesmo se contradiz quando, para ampliar seu lucro, necessita do trabalho e da renda que extrai do agricultor quando lhe paga apenas pela mercadoria, e não pelo seu trabalho.



De tal modo, acreditamos que esse processo de proletarização da maior parte dos filhos dos agricultores, impossibilita-os de se recriarem na terra, como fizeram suas gerações passadas, e esse é um processo fundamental para entender o campo não só cambeense, como o brasileiro. É em virtude desses fatores que as pequenas propriedades são, muitas vezes, absorvidas por outras. Os filhos, na impossibilidade de se manterem na terra, quando ocorre a morte dos pais, muitas vezes, vendem o lugar onde viveram.

Ocorre também que o fracionamento da propriedade as torna cada vez mais insuficientes à produção reprodução social com a proletarização urbana surgindo como solução.

No campo cambeense ocorreram transformações na pequena propriedade agrícola familiar, expressa na destruição de algumas formas históricas de organização e produção do pequeno produtor, seguida da expropriação de uma parcela muito grande da população do campo, como vimos no capítulo II. Além disso, houve ainda a combinação entre atividades agrícolas e o assalariamento de parte dos membros da família para a complementação da renda familiar.

Ficou evidente, durante a realização da pesquisa de campo que o modelo modernizador na agricultura cambeense foi prejudicial à produção de alimentos. A produção de culturas oleaginosas para exportação caracteriza de forma geral o perfil do município como apresenta o gráfico 14.

A principal cultura desenvolvida é a soja: nas entrevistas, constatamos que ela está presente em 103 das 125 propriedades, com o milho em segundo lugar e posteriormente o trigo. A soja é a principal cultura inserida pelo projeto modernizador do campo e ela é considerada pelos agricultores a melhor cultura a ser desenvolvida.

Mas o que também ficou evidente é que os agricultores familiares (mesmo com muitos deles fazendo de sua terra um lugar para as culturas modernas) ainda possuem pomares, hortas e animais para alimentação própria, como o porco, a vaca, a galinha entre outros. Além daqueles que possuem café e plantam feijão em suas ruas para a alimentação.



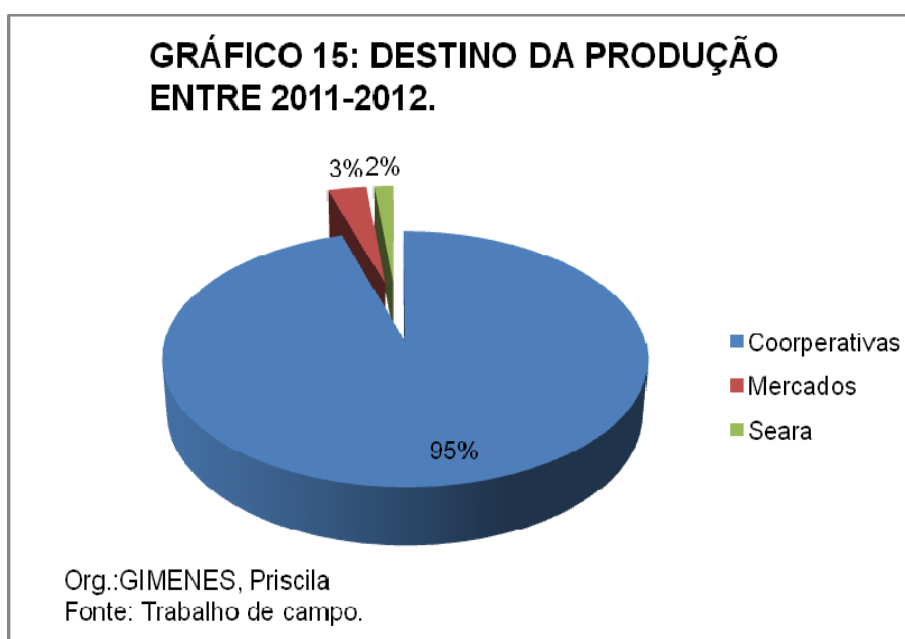
Ianni (1997, p.49) enfatiza que a pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida sócio-econômica no mundo agrário. Porém encontra-se direta ou indiretamente determinada pelas exigências da grande produção, seja pela grande empresa, fábrica ou agroindústria. Ou seja, a pequena propriedade produz matéria-prima para a grande empresa.

Ao realizar a questão sobre o destino dessa produção, verificamos que devido ao grande número de agricultores que cultivam as culturas do pacote tecnológico oferecido pelo governo, há uma quase exclusiva destinação às cooperativas, pois cerca de 95% dos agricultores destina seus grãos exclusivamente

às cooperativas agropecuárias presentes no município e em Bela Vista do Paraíso (gráfico 15).

Quanto aos outros 5%, se dividem em alguns agricultores que comercializam direto com os mercados e o Ceasa. Esses agricultores produzem alimentos relacionados à mesa do consumidor.

Alguns dos grandes proprietários, porém, não entregam em cooperativas. Segundo eles, por possuírem seus próprios silos, comercializam direto com algumas empresas exportadoras ou mantêm os grãos armazenados à espera melhores valores de mercado.

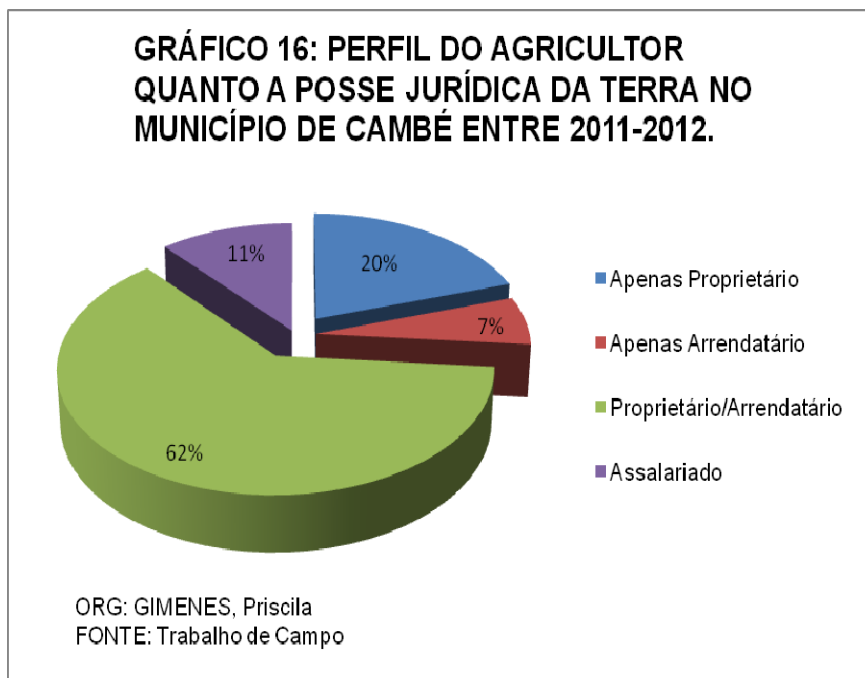


Quanto a posse jurídica da terra entre 2011-2012, constatamos que grande parte dos agricultores são proprietários/arrendatários. Essa característica está presente devido à estrutura de colonização, analisada no primeiro capítulo.

Ser proprietário e arrendatário (gráfico 16) é característica e também estratégia para aumentar a renda por parte do agricultor cambense. Em razão de possuir pequena porção de terra, ele soma à do arrendatário, tornando-o grande, com um alto padrão tecnológico e poder de compra junto às empresas de insumos agrícolas.

Desta forma, uma das características significativas no perfil do agricultor de Cambé se afigura pela prática expressiva do arrendamento, principalmente em outras cidades, geralmente limítrofes, como Ortigueira, Roncador,

Sapopema, São Jerônimo da Serra, Pitangueira, Mauá da Serra, Alvorada do Sul, Primeiro de Maio entre outras.



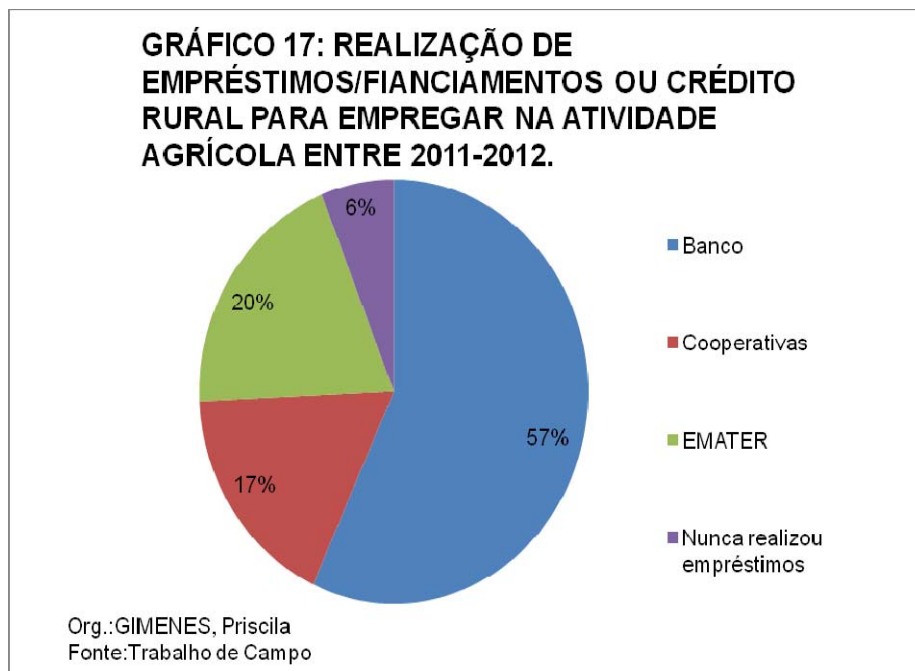
Os proprietários/arrendatários representam um total de 62% dos entrevistados. A área explorada por cada proprietário/arrendatário varia de acordo com seu padrão tecnológico: quanto mais terra possuir, mais máquinas e mão-de-obra serão necessárias.

De acordo com **MM**, agricultor que recebe um valor bruto em torno de 8 milhões por safra de soja, “O produtor de hoje tem que ser mais esperto que antes. Meu pai tinha somente que trabalhar, esperar a natureza fazer o resto e vender nas máquinas de beneficiamento. Agora temos que saber lidar com os contratos que são feitos pra compra/venda de nossa produção, temos que lembrar dos prazos, temos que ser parte do sistema. Temos que saber qual cooperativa é mais séria, temos que comprar muitos agrotóxicos, saber tratar as sementes, dirigir um trator, uma colheitadeira, um caminhão. Temos que saber plantar, porque pra plantar tem segredo: não é qualquer um não, pois bem, hoje ser agricultor é saber que temos que viver com um mercado, não só o do Brasil. Mas o mercado mundial que não tá nem aí pra gente. Só ele quer ganhar. Temos que ter uma visão mais empreendedora, e isso a gente aprende com o tempo e com a lida. E também para ser agricultor é necessária muita fé, porque se não chove no tempo certo ou se

chove demais, fica tudo perdido, seu trabalho de 4 meses, seus contratos, suas expectativas: tudo acaba, menos o contrato, que tem que ser pago. Às vezes tem umas empresas que são mais boazinhas e prorrogam pra próxima safra, mas aí os juros ficam muito grandes, porém temos que aceitar, porque não tem meio termo, a gente assinou o papel né. Eles podem até tomar nossos meios de trabalho. Trabalhar no campo não é fácil não, principalmente por que se for pra viver só das terras que são nossas, estaríamos perdidos. Nós vamos em busca de terras pra arrendar no norte do Paraná todo, onde der pra plantar. (Entrevista realizada em 15/06/2011).

Quanto aos empréstimos, financiamentos e crédito rural, é perceptível que grande parte dos agricultores utiliza tais mecanismos para viabilizar a produção (gráfico 17). O principal órgão destinado a tal finalidade é o Banco do Brasil. As cooperativas de crédito e a EMATER (por meio do PRONAF) também tem realizado importante papel quando o assunto é crédito para produtores.

É o que podemos perceber pelo depoimento do sr **RG**, segundo o qual “elas (as cooperativas de crédito) são hoje como um banco de crédito para o agricultor. Nelas eu posso comprar tudo o que preciso pra realizar meu processo de produção: o veneno, a semente (que a gente paga um pouco mais caro pra já vir tratada), mais veneno, (pra pagar em soja, trigo ou milho - o que eu produzir - e somente na colheita). Consigo às vezes até pegar dinheiro quando tenho algo em vista pra comprar ou algumas contas pra pagar. Elas são melhores que o banco, pois os donos ou agrônomos nos conhecem, sabem a área que produzimos, quanto vamos colher e, como vamos entregar nelas mesmo - porque não tem pra onde fugir - eles não ficam ligando pra cobrar e nem nos negam nada. Pelo contrário, eles precisam da gente e sabem que vão ter em grão o pagamento.”(Entrevista realizada em 26/08/2011)



Entendemos que podem ocorrer dois fatos diferentes e complementares simultaneamente com o agricultor familiar tecnificado: ele pode vir a ser obrigado a vender suas terras (por ter contraído financiamentos para compra de maquinários, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, entre outros – ou devido à excesso ou falta de chuva nos períodos adequados) devido a baixa dos preços daquilo que produziu, ou pode conseguir renda para aumentar suas terras e/ou contratar mão-de-obra assalariada temporariamente em momentos de maior necessidade, como em períodos de plantio e colheita.

Em relação ao uso dos agrotóxicos pelos agricultores ficou claro que sob o ponto de vista estritamente econômico (sob a ótica do agricultor), vale a pena comprar e utilizar o agrotóxico quando o seu custo encontra-se menor do que o benefício esperado na produção.

Segundo o agrônomo **SS** “os benefícios dos agrotóxicos ao produtor já estão de certa forma embutidos nos preços desses insumos e por sua vez são repassados aos consumidores através desses valores sobre o preço final dos alimentos. O agricultor não perde ao comprar os agrotóxicos. Pelo contrário, ele melhora a qualidade de sua produção.” (Entrevista realizada em 07/07/2012)

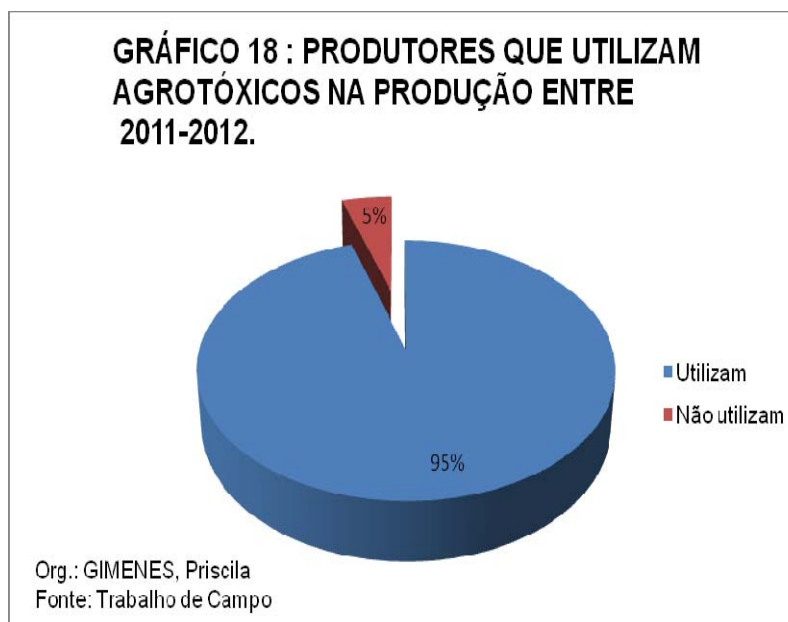
Ao condicionar o crédito rural à compra do agrotóxico, o Estado foi o principal incentivador do pacote tecnológico que representava a modernidade na

agricultura, passando o mercado brasileiro a figurar entre os mais importantes para a indústria dos agrotóxicos.

As entrevistas revelaram que as empresas agroquímicas entraram de forma maciça no financiamento para aquisição de insumos, com prazos (em geral) iguais aos do período de safra, o que possibilita maior compra pelos agricultores devido às facilidades e prazos para pagamento.

Desta forma, o gráfico 18 nos revela a quantidade de agricultores (familiares ou não) que utilizaram agrotóxicos no período de 2011-2012: quase a totalidade (95% dos agricultores).

Segundo o entrevistado **JG** “não dá pra ficar sem os venenos não. Se não o mato cresce, a praga pega, e quem vai querer carpir roça? Na verdade, onde vamos encontrar pessoas pra carpir? E a quantidade de terra hoje é maior, teria que ter muita gente no sítio de novo pra isso. O veneno de hoje facilita a nossa vida. Antigamente ele não tinha efeito não - passava, passava de novo e vez ou outra a gente tinha que ir carpir, mas de uns 7 anos pra cá eles são ótimos, passa e pronto.” (Entrevista realizada 11/10/2011)



A pesquisa de campo também apontou significativas mudanças no consumo do agricultor familiar, principalmente na aquisição de novas tecnologias, como GPS, TV, lap top, celulares, notebooks, computadores, acesso à internet, entre outros. Isso nos deu subsídios para afirmar que o campo cambeense está aderindo

de forma intensa as novas tecnologias. Principalmente o GPS, que está sendo utilizado de forma mais intensa entre os agricultores que arrendam terra.

Verificamos que muitos dos agricultores que possuem GPS, não os possuem como tecnologias embarcadas nos tratores e colheitadeiras. São modelos portáteis, passíveis de serem montados e desmontados em qualquer equipamento agrícola, como tratores e colheitadeiras.

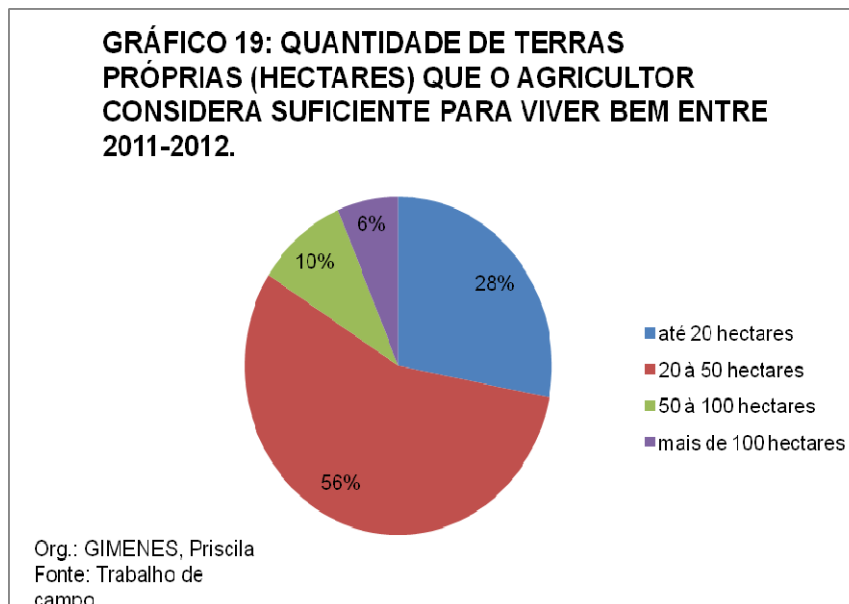
No encerramento das entrevistas foi perguntado a cada produtor, qual seria a quantidade de terras ideal para que ele conseguisse viver bem e se manter enquanto agricultor. Cerca de 58% dos agricultores familiares com propriedade pequena, afirmaram ser de 20 a 50 hectares a área ideal necessária a fim de continuarem com as mesmas culturas. Porém, quando perguntamos aos que são apenas arrendatários (não são proprietários da terra onde trabalham), a área desejada diminui: cerca de 28% desejaria possuir até 20 hectares. Quando o poder de produção aumenta e ele precisa de mão-de-obra permanente para continuar a trabalhar na terra, esse desejo de terra também aumenta: cerca de 10% estariam realizados com uma área entre 50 e 100 hectares. Entre os grandes produtores - cerca de 6% - a área mínima necessária para que conseguissem viver bem como agricultor, seria de 100 hectares.

A partir desta pergunta verificamos mais um contraponto entre os agricultores familiares (que almejam terra para se recriarem como agricultores com uma renda possível de se viver dignamente) e os grandes proprietários (que almejam a terra para auferirem lucro e explorar a mão-de-obra), conforme verificamos no gráfico 19. É em razão dessas particularidades que ocorrem contradições na forma social das relações de produção dinamizadas pelo capitalismo no campo cambeense.

A agricultura assumiu uma racionalidade moderna, porém realizada por agentes sociais diferentes, que utilizam diversas estratégias de produção e reprodução no espaço local.

Desta forma consideramos que a agricultura familiar e do grande proprietário no município de Cambé apresentam diversidades que tornam importantes os estudos e análises de áreas específicas, a fim de compreendermos melhor a organização e reprodução desse segmento. A modernização da agricultura brasileira se deu de forma conservadora e excludente (uma vez que legitimou a

agricultura empresarial capitalista moderna), favorecendo o aumento dos problemas sociais, econômicos e territoriais dos agricultores familiares.



Todavia há de se considerar que o mercado realizou nuanças no tecido social rural, porém essas nuanças não modificaram ao todo a organização dos agricultores familiares, principalmente em relação ao trabalho familiar, pois não ocorreu a decomposição anunciada da propriedade e do trabalho familiar no campo.

Com isso afirmamos que o agricultor familiar e o agricultor capitalista possuem características díspares (quadro 03 e 04) que fazem com que cada um viva em um universo diferente. Porém, no mesmo sistema econômico (o capitalismo), pois a agricultura familiar não é avessa ao capitalismo e sua reprodução social possui ligação com o mercado.

Assim sendo, apesar dos diferentes graus de mercantilização, a lógica do trabalho familiar permanece. Nesse sentido, é de suma importância a construção de quadros comparativos no intuito de compreender tal processo.

**Quadro 3 – Característica da agricultura familiar**

1. **Força de trabalho familiar** – é o motor da produção da agricultura familiar, realizada de forma coletiva pelos membros da família. Quando há necessidade de intensificação da força de trabalho, o agricultor combina com o assalariado alguns dias de serviço. O agricultor familiar é ao mesmo tempo o administrador, o proprietário e o dono da força de trabalho;
2. **A parceria** – na agricultura familiar existe um “contrato” feito por laços sanguíneos, no qual um ajuda o outro quando a renda ou o número de pessoas da família não é suficiente para reprodução familiar, o que caracteriza um trabalho não-monetário, pois o pagamento não é feito em dinheiro;
3. **Trabalho assalariado** – a agricultura familiar só contrata mão-de-obra assalariada quando as atividades exigem um número maior de pessoas. Porém os agricultores familiares não visam lucro, mas melhor renda.
4. **Socialização do agricultor familiar** – o seu trabalho é ensinado aos seus filhos;
5. **A propriedade da terra** – propriedade familiar da terra. Diferente do capitalista, não há exploração do trabalho alheio e normalmente a propriedade é pequena.
6. **Relação com o mercado** – o agricultor familiar se insere no mercado por meio da sua mercadoria, pois ao vendê-la, consegue dinheiro pra comprar mais mercadoria (M – D - M). Desta forma ele se envolve com o capital industrial e financeiro para adquirir seus meios de produção. Porém, não compra apenas mercadoria para sua recriação, ele aperfeiçoa seu processo de trabalho por meio da compra de outras mercadorias, como o GPS, computador, instala internet, compra aparelhos de televisão modernos, trocam de carro, entre outros. O agricultor familiar do campo cambeense visa o que ele chama de melhor qualidade de trabalho e de vida familiar, por meio do acesso a novas e modernas mercadorias;
7. **Jornada de trabalho** – não há tempo cronometrado como no trabalho capitalista, a jornada de trabalho do agricultor familiar tem duração variável, dependendo período;
8. **Lógica da agricultura familiar:** reproduzir-se enquanto agricultores.

**Fonte:** Trabalho de Campo

**Quadro 4 – Característica da agricultura capitalista**

- 1. Força de trabalho assalariada** – é o motor da produção da agricultura capitalista, realizada como uma empresa, na qual o modo de produção tem como objetivo a mais-valia (trabalho social não pago). Quando há necessidade de intensificação da força de trabalho, o agricultor capitalista contrata mais trabalhadores;
- 2. O contrato** – na agricultura capitalista existe um contrato feito juridicamente, no qual a mão-de-obra pode ser descartada a qualquer momento. Por meio desse contrato ocorre a separação entre os donos dos meios de produção (capitalistas) e os que vendem a sua força de trabalho (assalariados).
- 3. Trabalho assalariado** – a agricultura capitalista intensifica a contratação de mão-de-obra assalariada quando as atividades exigem um número maior de trabalhadores e desta forma os capitalistas também acumulam capital por meio da extração da mais-valia, com objetivo de produzir mercadorias para proporcionar o lucro.
- 4. Divisão do trabalho** – cada funcionário fica encarregado de uma função específica: o que planta, o que colhe, o que dirige o caminhão, entre outros. Porém, para não serem descartados ao final de cada ciclo, cada funcionário precisa aprender a trabalhar em tudo, caso contrário seu contrato é encerrado;
- 5. A propriedade da terra** – propriedade privada da terra com exploração do trabalho alheio e grande concentração fundiária;
- 6. Relação com o mercado** – o agricultor capitalista domina parte do mercado e se insere nele por meio do dinheiro para pagar a força de trabalho, comprar mercadoria, vender e auferir mais dinheiro ( $D - M - D'$ );
- 7. Jornada de trabalho** – há tempo cronometrado como em uma indústria: a jornada de trabalho do assalariado tem duração de oito horas por dia, e quando se ultrapassa tal jornada (principalmente nos períodos de plantio e colheita) o assalariado recebe hora-extra;
- 8. Lógica da agricultura capitalista:** concentração e exploração.

**Org.:** GIMENES, Priscila

**Fonte:** Trabalho de Campo.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A década de 1960 foi o marco brasileiro à inserção das políticas de modernização, principalmente com os incentivos do Estado brasileiro em subsidiar a absorção de técnicas modernas na agricultura, o que se consumou com as políticas do SNCR em 1965. Foi esse Sistema de Crédito que possibilitou o acesso aos cofres públicos brasileiros pelos agricultores capitalistas, pois ele contemplava especialmente os grandes e médios produtores. Aos os pequenos, que são maioria absoluta, coube apenas esperar o surgimento de políticas direcionadas à agricultura familiar.

O campo cambeense aqui estudado é, desta forma, resultado do processo histórico que o constitui, com presença efetiva do Estado configurado no Banco do Brasil, na EMATER, no Banco Sicredi e em outras empresas destinadas a crédito para produtores agrícolas.

Essa modernização da agricultura é considerada conservadora e excludente, baseada no uso da força mecânica, na utilização de insumos químicos e no reforço da produção agrícola destinada à exportação. Ela apenas fez com que a concentração de terra aumentasse enormemente no país.

Com a incorporação efetiva do Paraná ao processo modernizador ocorre uma desterritorialização das categorias de trabalho que não possuíam a propriedade legal da terra, como os colonos e os parceiros. Esses se encontram destinados a migrarem para os núcleos urbanos, ou para as áreas novas de fronteira.

O contraste interessante é que embora ocorra uma expulsão do colono e do parceiro do campo, sua mão-de-obra continua necessária. Assim, ele se torna um trabalhador volante, que mora na cidade e trabalha nas propriedades agrícolas. Porém, agora ele é um trabalhador temporário, pois não tem emprego fixo, trabalha e procura trabalhos em épocas de plantio e de colheita.

Isso pode ser verificado no município de Cambé, pois mesmo com o intenso êxodo rural, a mão-de-obra volante foi fortemente utilizada, principalmente de 1970 a 1985, quando ocorre um pico em contratações volantes. Esse fato é devido à falta de eficiência dos agrotóxicos, principalmente no controle das pragas. Após os anos 2000 houve a concretização da eficiência do pacote tecnológico no controle de pragas e no melhoramentos genético.

O campo cambeense sofreu grandes alterações, principalmente no que tange às paisagens, fortemente modificadas. Primeiro ocorreu um grande vazio populacional, depois as lavouras (que antes eram permanentes se transformaram em temporárias e a cada 4 meses - tempo de plantio até a colheita) se tornaram combinadas, pois de novembro a março se produz soja e de março a setembro cultiva-se o milho/trigo. As máquinas se efetivam como parte do fazer no campo, e estão cada vez melhores.

No bojo da modernização no campo, convivem a agricultura familiar e a agricultura capitalista. O que as distingue (além do tamanho e da produção nas unidades agrícolas) é a condição de acesso às tecnologias de ponta e às políticas destinadas à atividade. Nas propriedades familiares encontramos maior diversificação agrícola, enquanto nos estabelecimentos maiores predominam a monocultura e o trabalho assalariado.

O fato que não mudou foi a característica do trabalho familiar no campo, que continua a existir de forma quase absoluta em Cambé, pois dentre os entrevistados, cerca de 93% tem base familiar.

Esses produtores, além de familiares podem ser caracterizados como proprietários-arrendatários, pois verificou-se durante os trabalhos de campo que grande parte possui pequena propriedade apesar de auferir renda melhor quando se transformam em arrendatários. Quanto a essa nova categoria de trabalho (a dos proprietários-arrendatários), constatamos que a grande maioria dos agricultores familiares buscam terras para arrendar nas cidades limítrofes do município.

Quanto à estrutura fundiária, desde 1982 vem ocorrendo um processo de concentração, tendo ficado comprovado que os pequenos e médios agricultores, segundo classificação do INCRA, estão perdendo área para os grandes proprietários

Todavia, com as análises sobre a concentração fundiária, verificamos que ela existe e se encontra entre as classes de área de 500 a mais de 1000 hectares, principalmente na parte norte do município.

Quanto ao perfil do produtor, constatamos que grande parte é formada por agricultores acima de 30 anos e que há um envelhecimento de quem produz o campo. Além disso, eles foram moldados de acordo com as exigências das indústrias. A maioria possui um nível escolar baseado no Ensino Fundamental II

incompleto e uma minoria (principalmente os filhos dos grandes proprietários) cursaram ou estão cursando agronomia.

Quando se tratou da sucessão familiar, foi constatada uma questão que tem preocupado os agricultores familiares: verificamos que a maioria dos filhos trabalha na propriedade até aproximadamente os 17 anos, quando então passam a focar nos estudos e buscar trabalho na cidade, em busca de salário e dinamizar a vida nas formas de diversão urbana.

Porém encontramos também a concretização dos dizeres de Oliveira (2007), segundo o qual: sempre tem um filho apto ao trabalho agrícola. Às vezes ele pode, a princípio, tentar a vida na cidade. Mas devido aos baixos salários, e ao elevado custo de vida que a cidade exige, ele acaba voltando ao campo e aos trabalhos agrícolas.

Sabemos que o trabalho no campo não é vislumbrado por muitos, principalmente pelo fato de que praticamente não existem mais escolas rurais, na qual o filho do agricultor se relacionaria com o outro do mesmo “mundo”. Assim a escola na cidade serve como fator de atração aos jovens do campo, além dos meios de informação, que valorizam a cidade como o “melhor lugar para se viver.”

Entretanto, quando esse jovem se insere no mundo de trabalho urbano, há uma frustração e o campo se torna um lugar de retorno para muitos. O que aconteceu com o entrevistado **RR**, que voltou ao campo e será o sucessor de seu pai na pequena propriedade.

Entendemos dessa forma que a modernização do campo, ou seja, a “infestação” capitalista na agricultura, utiliza-se de sua reprodução: tanto ao grande como ao pequeno. Porém ao pequeno, ela vai expropriando de maneira indireta, retirando a possibilidade da maioria dos herdeiros do campo se recriarem enquanto agricultores.

Dessa forma, consideramos que as transformações da agricultura no campo cambeense foram intensas, o que determinou uma nova configuração territorial, articulou a economia agrária do município ao mercado mundial e aumentou a produtividade das plantas com os melhoramentos genéticos. Por outro lado, implicou no aumento do desmatamento pela necessidade de mais áreas, no uso indiscriminado de agrotóxicos, na contaminação do seres vivos, rios e solos, na elevação do preço da terra, provocou intenso êxodo rural, além de alterar a concentração da terra, pois as políticas públicas são destinadas principalmente àqueles que produzem as culturas modernas (soja/trigo/milho/cana-de-açúcar)

## REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANTONELLO, Ideni Teresina. Reestruturação Produtiva no espaço rural: forjando mutações nas relações urbano-rurais. **Dossiê: relações campo-cidade temas & matizes**. n. 16, 2009, p. 24-51. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/download/3933/3046>> Acesso em: 28 nov. 2012.
- BRAGUETO, Claudio Roberto. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil história: economia, e política de Getúlio Vargas e Lula**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS**. Buenos Aires: Clacso, 2011.
- CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu. **Introdução a ciência da Geoinformação**. Disponível em: <<http://mtcm12.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2012.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense-1900/1970**. Curitiba, Grafipar, 1981.
- CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE – UNICAMP, 2002.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Maringá: CMNP, 1975.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FREITAS FILHO, Almir Pitta. Tecnologia e escravidão no Brasil: aspectos da modernização agrícola nas exposições nacionais da segunda metade do século XIX (1861-1881). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, p. 71-92, mar./ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.
- GONZALES NETO, José Garcia. **Cambé: repensando sua história**. Cambé: Imagem, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós - moderna**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. As Lutas Camponesas no Rio Grande do Sul e a Formação do M.S.T. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Associação Nacional dos Professores Universitários de História/ Marco Zero, v. 11, n. 22, p. 49-70, mar./ ago. 1991. Dossiê: Estruturas Agrárias e Relações de Poder.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LEITE, Sérgio Perreira; ÁVILA, Rodrigo V. de. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.

LÊNIN, V. I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do Norte do Paraná. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla: 1892 a 1992**. Cuiabá, MT: Entrelinhas: UFMT, 2007.

MULLER, Geraldo. As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais. **Rascunho**. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações recentes no campo. In: CARLOS, A. F. A. **Os novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 63 – 110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês**. Agrária, São Paulo, n.12, p. 3-113, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. 2003. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Questão agrária e ensino de Geografia: um debate necessário. In: KATUTA, A. M. et al. **Geografia e mídia impressa**. Londrina: Moriá, 2009. p. 61-85.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2.ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. **A luta pela terra experiência: e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: UFSC, 2006.

SUZUKI, Júlio César. **Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial.** En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Dezembro 2006, p. 213-223. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/edicion/lemos/12suzuki.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2013.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1998.

**ANEXOS**

## ANEXO A

### Questionário

Período: Abril de 2011

Data de realização da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Área da Propriedade: \_\_\_\_\_

Nome do Titular: \_\_\_\_\_

#### I- Elementos de Identificação do entrevistado:

- 1.1 Nome.....
- 1.2 Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
- 1.3 Naturalidade:.....
- 1.4 Idade:.....
- 1.5 Nível de escolaridade:  
 ( ) Fundamental I ( ) Fundamental II ( ) Ensino Médio ( ) Nível Superior  
 ( ) completo ( ) incompleto
- 1.6 Continua estudando? ( ) sim ( ) não Por que?  
 .....  
 .....

Qual o seu parentesco com o titular da propriedade? .....

- 1.8 Local de residência atual: ( ) na propriedade ( ) na cidade outros
- 1.9 Quantidade de pessoas na família:  
 ( ) crianças ( ) adolescentes ( ) adultos ( ) idosos
- 1.10. Quantidade que trabalha na propriedade:  
 ( ) crianças ( ) adolescentes ( ) adultos ( ) idosos
- 1.11. quantidade que trabalha na cidade  
 ( ) adolescentes ( ) adultos ( ) idosos
- 1.12 quantas pessoas da sua família estuda? .....
- 1.13 qual o nível de escolaridade de cada um?  
 ( ) Fundamental I ( ) Fundamental II ( ) Ensino Médio ( ) Nível Superior
- 1.14. Qual instituição ele estuda?  
 ( ) escola publica ( ) escola particula
- 1.15 Se possuir nível superior onde cursa ou cursou uma universidade ou  
 faculdade?

.....1.16  
 qual curso? .....

#### II-Trabalho, produção agropecuária e renda

- 2.1 Trabalha na agropecuaria? ( ) sim ( ) não
- 2.2 sempre trabalhou na agricultura?
- 2.3 Seus pais sempre trabalharam na agricultura? ( ) sim ( ) não
- 2.4 Seus avós trabalhavam na agricultura? ( ) sim ( ) não
- 2.5 Quanto à posse da terra seus antepassados eram:  
 ( ) proprietários ( ) arrendatários ( ) meeiros ( ) moradores ( ) agregados  
 outros.....
- .....
- 2.6 Quanto à produção, o que se produz:  
 ( ) soja ( ) Trigo ( ) Milho ( ) Café ( ) Laranja ( ) Outros  
 .....
- 2.7 Quais os instrumentos utilizados na lavoura?  
 ( ) trator ( ) Colheitadeira ( ) enxada ( ) outros  
 .....

- 2.8 Utiliza agrotóxico na plantação? ( )sim ( )não
- 2.9 Quanto gasta na compra de agrotóxicos? .....
- 2.11 O que utiliza para combatê-las?  
.....
- 2.12 Como avalia o método empregado? ( )ruim ( )razoável ( )bom ( )ótimo
- 2.13 A área onde se localiza a propriedade é:  
( )íngreme ( )parte íngreme e parte plana ( )plana  
Outros.....
- 2.14 Considera a propriedade como uma área agrícola:  
( )ruim ( )razoável ( )boa ( )ótima
- 2.15 Utiliza sistema de irrigação? ( )sim ( )não
- 2.16 Caso utilize, qual o custo para a manutenção do sistema?.....
- 2.17 Trabalha quantas horas por dia? ( )menos de 8h ( )8h ( )mais de 8h
- 2.18 Trabalha quantos dias na semana? ( )menos de 5 ( )5 ( )mais de 5
- 2.19 Qual o período do ano que mais trabalha? ( )jan ( )fev ( )mar ( )abr ( )maio ( )jun ( )jul ( )ago ( )set ( )out ( )nov ( )dez
- 2.20 Contrata pessoas para ajudar? ( )sim ( )não
- 2.21 Caso contrate, quanto gasta? .....
- 2.22 Troca dias de serviço com o vizinho ( )sim ( )não
- 2.23 Arrenda a sua terra ( )sim ( )não
- 2.24 Arrenda terra de outros ( )sim ( )não
- 2.25. quantos alqueires são arrendados?.....
- 2.26 A produção é vendida para quem?  
( ) Cooperativas ( ) outras.....
- 2.27 Obtém renda com a venda de produtos não agrícolas? ( )artesanato ( )pequeno comércio ( )não obtém outro tipo de renda ( )outros.....
- 2.29 Existem aposentados na família? ( )sim ( )não
- 2.30 Quantos?.....
- 2.31 Alguém da família trabalha como assalariado? ( )sim ( )não
- 2.32 A renda do trabalho propriedade permite a sobrevivência da família?  
( )sim ( )não
- III. Elementos de natureza sócio-econômicas:**
- 3.1 Alguém da família já adoeceu pelo uso de agrotóxico? ( )sim ( )não ( )não utiliza agrotóxico
- 3.2 Qual o destino das embalagens de agrotóxico?  
( )enterra ( )reutiliza ( )leva para depósitos ( )joga fora ( )queima  
( )não utiliza agrotóxico ( ) outro.....
- 3.3 A água usada para beber é: ( )filtrada ( )fervida ( )clorada ( )não tratada
- 3.4 Quais os eletrodomésticos que possui: ( )televisão ( )geladeira ( )liquidificador ( )fogão ( )telefone ( )aparelho de som ( )computador  
outros.....
- 3.5 Já recebeu algum tipo de empréstimo agrícola? ( )sim ( )não
- 3.6. Que tipo? ( )crédito individual de custeio ( )crédito individual de investimento ( )crédito coletivo ( ) nunca recebeu crédito  
outro.....
- 3.7. Quais as políticas de crédito já utilizadas? ( )PRONAF A ( )PRONAF B ( )PRONAF A/C  
( )PRONAF Jovem rural ( )PRONAF Agroecologia ( )PRONAF mulher ( )Cooperar ( )Procera ( )nenhum

outros.....

3.8 Conseguiu quitar a dívida? ( )sim ( )não

3.9 Obteve bons resultados? ( )sim ( )não. Por quê.....

3.10 Qual área acha ideal pra você e sua família continuar a se recriar?

---

3.11 Em quais empresas você costuma comprar seus insumos?

( ) Brasmak ( ) Solo tecnica ( ) casa do Produtor ( ) Bela Agricola

( ) Cocamar ( ) Nutri 100 ( ) outras \_\_\_\_\_

---

3.12 Você tem filhos aptos à sucessão familiar ( ) não ( )sim

Por quê.....

**ANEXO B**



ANEXO C

# MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ



Organizador: Priscila Gimenes  
Fonte: Spot/ITCG

